

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Telma das Dores Pio Fernandes

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO NA CIDADE DE
DIAMANTINA, MG (1914-1938)**

Diamantina, Minas Gerais

2021

Telma das Dores Pio Fernandes

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO NA CIDADE DE
DIAMANTINA, MG (1914-1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas –
da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Pereira de Arruda

Diamantina, Minas Gerais

2021

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

F363p Fernandes, Telma das Dores Pio
2021 O processo de urbanização e saneamento na cidade de
Diamantina /MG(1914-1938) [manuscrito] / Telma das Dores Pio
Fernandes. -- Diamantina, 2021.
124 p.

Orientador: Prof. Rogério Pereira de Arruda.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) --
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Diamantina,
2021.

1. Diamantina. 2. Saneamento. 3. Urbanismo. 4.
Higienização. 5. Progresso. I. . II. Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFMG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário Rodrigo Martins Cruz / CRB6-2886
Técnico em T.I. Thales Francisco Mota Carvalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TELMA DAS DORES PIO FERNANDES

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO NA CIDADE DE DIAMANTINA/MG, (1914-1938)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em CIÊNCIAS HUMANAS.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Pereira de Arruda

Data de aprovação: 06/05/2021.

ROGÉRIO PEREIRA DE ARRUDA

(Doutor - UFVJM) - Orientador

DAYSE LÚCIDE SILVA SANTOS

(Doutora – IFNMG)

NADJA MARIA GOMES MURTA

(Doutora -UFVJM)

ANA CRISTINA PEREIRA LAGE

(Doutora – UFVJM)



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pereira de Arruda, Vice-Coordenador(a)**, em 12/05/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Maria Gomes Murta, Servidor**, em 12/05/2021, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE LÚCIDE SILVA SANTOS, Usuário Externo**, em 12/05/2021, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Pereira Lage, Servidor**, em 13/05/2021, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0352222** e o código CRC **7B9F1331**.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por dar-me forças, as quais achei que jamais tinha.

À minha família por dar-me o equilíbrio necessário, ao meu irmão por mostrar que a fé supera todos os entraves e agruras da vida e que fêz-nos dar forças para lutar todos os dias.

À minha mãe, Maria Expedita, por ser o motivo de força e resiliência para encarar os momentos difíceis e sabedoria para me guiar quando me sentia perdida.

À minha irmã, pela presença contínua na minha vida. Através desses ensinamentos compreendo que, o processo de construção do saber é complexo, envolve vários atributos, como: o meio sociocultural em que vivemos, as pessoas que nos cercam. Muitas delas nos tocam de forma profunda, outras menos. No entanto, algumas não sabem a importância de um incentivo em meio às angústias da escrita e das escolhas feitas durante o processo de construção do saber. Por isso agradeço a essas pessoas que contribuíram para esta dissertação, de forma direta ou indireta.

Ao orientador e professor Dr. Rogério Pereira de Arruda pela paciência, persistência e pela empatia em compreender determinados momentos difíceis.

À professora Dr^a. Ana Cristina Lage pela sinceridade e sensibilidade. Muita gratidão aos professores por ensinar-me muitíssimo a respeito da vida acadêmica.

À Dr^a. Nadja Murta e a amiga Neusa Ribeiro pelo apoio contínuo por sempre acreditar no meu potencial e incentivar nas horas difíceis, por ajudar-me nas escolhas feitas nesse trabalho, pela paciência, dedicação.

À Meirelle Almeida Loredó, a Celeste Corrêa, ao Erick Meira e a Rosa do Vale pelas palavras amigas e pelo apoio. Aos professores Dr^a. Dayse Lúcida Silva Santos e Dr. James William Goodwin Jr. por ter o carinho especial por mim. Aos funcionários da Biblioteca Antônio Torres/IPHAN e da Câmara Municipal de Diamantina.

À diretora do Museu do Diamante Dr^a. Sandra Martins Farias e ao professor Dr. Wellington de Oliveira pelos empréstimos de livros e artigos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Dr^a. Teresa Cristina Vale, Dr^a. Adriana Paiva e Dr^a. Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani pela disponibilidade, respeito, ética e pelas atitudes extremamente humanas na construção desse trabalho.

À Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), pela oportunidade.

Enfim, as madrugadas silenciosas onde pude desenvolver esse estudo e aos irmãos de luz por emanar positividade.

Obrigada!

RESUMO

Este trabalho realiza um estudo sobre o processo de urbanização e saneamento na cidade de Diamantina (MG), no período entre 1914 e 1938, partindo do pressuposto que saneamento e urbanização não se desvinculam, mas se complementam. A data inicial de 1914 tem relevância na pesquisa por apresentar a inauguração do ramal ferroviário “Vitória a Minas” em Diamantina, evento que representou na ocasião a interligação da cidade aos demais centros econômicos regionais por meio da malha ferroviária. Esse marco temporal pode ser associado à urbanização de novas áreas da cidade diamantinense, por exemplo, Largo Dom João cujo se situava o prédio da estação ferroviária. Esse advento proporcionou dinamicidade socioeconômica e uso de tecnologias, tanto na arquitetura, como na comunicação do lugar. A data final, 1938, corresponde ao período de intensas reformas, obras de urbanização e embelezamento urbano, pois comemorava-se o centenário da cidade. Destaca-se ainda, o tombamento da cidade pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O trabalho analisa o processo urbanizador da cidade de Diamantina para compreender as contradições, os ideais de modernização almejados pela elite política diamantinense, o contexto histórico, sociocultural e ideológico. Pontuam-se as diferenças entre a cidade idealizada pelos atores políticos diamantinenses e a realidade vivenciada cotidianamente. Para tanto, tornou-se necessário abordar os movimentos higienista e sanitaria ocorridos no País nas primeiras décadas do século XX, de modo a dimensionar como esses discursos foram codificados, inseridos e efetivados pela gestão pública local.

Palavras-chave: Saneamento. Urbanismo. Higienização.

ABSTRACT

This work conducts a study on the urbanization and sanitation process in the city of Diamantina (MG), in the period between 1914 and 1938, assuming that sanitation and urbanization are not unrelated, but rather complementary. The initial date of 1914 is relevant in the research for presenting the inauguration of the railway branch “Vitória a Minas” in Diamantina, an event that represented at the time the interconnection of the city to other regional economic centers through the railway network. This time frame can be associated with the urbanization of new areas in the city of Diamantina, for example, Largo Dom João, where the railway station building was located. This advent provided socioeconomic dynamism and the use of technologies, both in architecture and in the communication of the place. The final date, 1938, corresponds to the period of intense renovations, urbanization works and urban beautification, as it commemorated the city's centenary. Also noteworthy is the city's listing by the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN). The work analyzes the urbanization process of the city of Diamantina to understand the contradictions, the modernization ideals pursued by the Diamantina political elite, the historical, sociocultural and ideological context. The differences between the city idealized by the Diamantine political actors and the reality experienced daily are highlighted. Therefore, it became necessary to address the hygienist and sanitary movements that took place in the country in the first decades of the 20th century, in order to assess how these discourses were codified, inserted and implemented by the local public administration.

Keywords: Sanitation. Urbanism. Hygien.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Praça Cavallhada Velha (atual Praça Dr. Prado)	63
Figura 2 - Inauguração de reforma Chafariz da Rua Direita.	67
Figura 3 - Obras feitas no Reservatório nº 3 na Praça Barão Guaicuihy (atual Barão de Guaicuí), entre o período de 1926 a 1931.	68
Figura 4 - Reservatório nº 3 na Praça Barão Guaicuihy (atual Barão de Guaicuí).	69
Figura 5 - Reservatórios de água Potável da Cidade de Diamantina- MG em 1931	71
Figura 6 - Saneamento Básico da Cidade de Diamantina – MG em 1931.....	72
Figura 7 - Tanque fluxível na Rua Campos Carvalho.	75
Figura 8 - Obras de canalização de água potável no Beco do Mota.	78
Figura 9 - Ranchinho no Rio Grande.	80
Figura 10 - Município de Diamantina, em 1927.	84
Figura 11 - Placa Simbólica para construção da Estação Ferroviária	98
Figura 12 - Arborização no Largo Dom João	100
Figura 13 - Largo Dom João (antigo Largo do Curral).....	101
Figura 14 - Basílica Sagrado Coração de Jesus no Largo Dom João	102
Figura 15 - Calçamento de Rua – Parte Alta da cidade.....	106
Figura 16 - Estação Ferroviária – Largo Dom João.....	106
Figura 17 - Largo Dom João e bairro Bom Jesus.....	108

SIGLAS

ACMD	-	Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina
ADPSA	-	Acervo Digitalizado do Pão de Santo Antônio
AEAD	-	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina
AMCD	-	Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina
APM	-	Arquivo Público Mineiro
BAT	-	Biblioteca Antônio Torres IPHAN/ Diamantina
DNSP	-	Departamento Nacional de Saúde Pública
EFVM	-	Estrada de Ferro Vitória a Minas Gerais
FUNASA	-	Fundação Nacional de Saúde
LAODH	-	Laboratório de Organização de Documentos Históricos
SESP	-	Serviço Especial de Saúde Pública
SPHAN	-	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFVJM	-	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Metodologia, possibilidades de análise, estrutura do trabalho e aportes teóricos... 18	
2. HIGIENISMO, URBANISMO E SUAS VERTENTES.....	26
2.1. Políticas de Saúde Pública: a organização dos espaços urbanos em meados do século XIX e início do século XX	26
2.2. As influências do discurso higienista e sanitarista no ordenamento urbano	40
2.3. Urbanismo como higienização social	44
2.4. Saneamento do Brasil no período republicano	50
3. A URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE DIAMANTINA	58
3.1.Diamantina Republicana e o processo de melhorias do espaço urbano	61
3.2.Ordenamento urbano em Diamantina.....	79
3.3. A política local e sua escolha pelo saneamento da cidade de Diamantina.....	82
3.4.O papel dos periódicos para as mudanças comportamentais	86
4. O LARGO DOM JOÃO SOB A ÓTICA DO PROGRESSO: O RAMAL FERROVIÁRIO VIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....	92
4.1 A estação ferroviária e sua contribuição para a mudança da paisagem no Largo Dom João.....	97
4.2. Largo Dom João: do progresso excludente a local dos indesejáveis	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	118

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo central analisar o processo de urbanização e saneamento na cidade de Diamantina, Minas Gerais, no período compreendido entre 1914 e 1938, visando compreender as contradições e os ideais de modernização almejados pela elite política diamantinense. Ademais, o estudo busca interpretar o contexto histórico, sociocultural e ideológico no qual essa elite estava inserida; pontuar as diferenças entre a cidade idealizada pelos atores políticos locais e a realidade vivenciada cotidianamente; refletir sobre os movimentos higienistas/sanitaristas ocorridos no País nas quatro primeiras décadas do século XX, de modo a verificar como esses discursos foram codificados, inseridos e efetivados pela gestão pública local.

Esse estudo está vinculado à linha de pesquisa “História, Cultura e Arqueologia”, especificamente, produzida na sublinha “História das Cidades, Cultura Visual e História da Fotografia”. O campo de pesquisa que norteia o trabalho é a História das Culturas Políticas, pois possibilita uma melhor interpretação dos fenômenos políticos, uma vez que enfocam os diversos aspectos culturais, tais como as normas e os valores, de modo a permitir a compreensão das ações e manobras políticas nas esferas públicas.

Este estudo permite observar como o homem ocupa os espaços urbanos, ou seja, as obras de saneamento e melhoramento urbano das cidades são de suma importância, pois permitem contextualizar uma parte significativa da memória socioespacial das cidades, como propunha Milton Santos. Para este geógrafo é possível perceber o conceito de espaço geográfico e as desigualdades ocorridas ao longo dos tempos (SANTOS, 1986). Tal ideia permite compreender a história urbana buscando conhecer as suas especificidades. São detalhes que permitem que as sociedades contemporâneas valorizem e compreendam a cidade atual, o tempo e o espaço presentes, bem como as contradições pretéritas e coevas do sistema social que os produziu.

Os diálogos com a Geografia, o Urbanismo e a Sociologia permitem entender os diferentes agentes sociais e interpretar a sociedade do período estudado. O Urbanismo é um campo de suma importância para a compreensão das transformações e organicidade técnica da cidade, de forma científica e totalizante.

O recorte temporal proposto para esta dissertação foi escolhido de modo a possibilitar a realização de reflexões em torno dos ideais de modernidade e progresso, almejados pela cidade no período compreendido. A data inicial de 1914 foi escolhida por representar a inauguração

do ramal ferroviário “Vitória a Minas” na cidade de Diamantina, o que representou, na ocasião, a interligação do município aos demais centros econômicos regionais por meio da malha ferroviária. Marco temporal este que pode ser associado à urbanização de novas áreas da cidade estudada, como o Largo Dom João, local onde se situava o prédio dessa estação ferroviária, iniciativa que proporcionou dinamicidade socioeconômica e uso de tecnologias na arquitetura, na comunicação, etc. A data final, 1938, corresponde ao período de intensas reformas e obras de urbanização e embelezamento da cidade, ano em que se comemorava o centenário daquele município. Destaca-se ainda, o tombamento do centro histórico da cidade no mesmo ano pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), denominado a partir de 1970 de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1.1. Metodologia, possibilidades de análise, estrutura do trabalho e aportes teóricos

A metodologia empregada neste trabalho busca firmar-se fundamentalmente na abordagem qualitativa documental. Nesta perspectiva, Marconi e Lakatos (2011) informam que a abordagem na pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa não só por empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. Segundo Le Goff (1990), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, trata-se de um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que aí detinham o poder, portanto, caberá ao historiador usá-lo cientificamente, com certo conhecimento de causa.

Partindo da presente premissa, a pesquisa faz uso de diversos documentos produzidos pela municipalidade, tais fontes como relatórios, atas, leis e posturas, além de periódicos produzidos pela elite letrada local. Tais bases documentais passaram a fazer parte da metodologia utilizada neste trabalho, sendo tratadas em três etapas: primeira, a seleção dos documentos; segunda, o acesso a esses; terceiro, a análise.

A pesquisa foi realizada por meio da consulta a quatro acervos de instituições locais, a saber: Biblioteca Antônio Torres (BAT), Associação do Pão de Santo Antônio (APSA), Câmara Municipal de Diamantina (CMD) e Laboratório de Organização de Documentos Históricos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAODH/UFVJM).

No arquivo da BAT foram consultados alguns periódicos, como: *O Piruruca*, *A Ideia Nova*, *Estrela Pollar* e *A Diamantina*. Outro documento analisado foi o Relatório de Prestação de Contas da Câmara de 1931, produzido pelo agente executivo municipal e presidente da

Câmara municipal. Este último foi apresentado ao juiz da Comarca do município no ano referido.

Foi analisado, no terceiro capítulo, o documento denominado discursos pronunciados pelo Deputado Carlos Ottoni nas sessões de 25 e 28 de novembro de 1904 a respeito da Estrada de Ferro de Diamantina, publicado pela Imprensa Nacional. Cabe ressaltar que esses documentos apresentam artigos e dados que versam sobre o urbanismo da cidade e melhoramentos urbanos. No relatório, constam gastos da municipalidade com a infraestrutura urbana. São exibidas fotografias de obras, como por exemplo, a pavimentação das ruas, as construções de três novos reservatórios, a implantação e a ampliação das redes de abastecimento de água e a canalização do esgoto sanitário de determinados bairros da cidade.

A partir da leitura desse relatório foi possível mapear as principais obras concretizadas de saneamento urbano e puderam ser verificados os orçamentos gastos com a municipalidade no que diz respeito ao saneamento e ao fornecimento de água potável nos novos espaços da cidade. Observam-se no documento as novas práticas de engenharia desenvolvidas na construção da malha sanitária. Essas técnicas apresentadas sofreram a influência do engenheiro Saturnino de Brito (1864-1929) no tocante às técnicas e práticas desenvolvidas na construção da malha sanitária de Diamantina.

No Relatório de Prestação de Contas da Câmara de 1931 foram apresentados os serviços executados pela municipalidade com relação às atividades de serviços e instalações da canalização do esgoto. A seção II – “Serviços de exgottos” especifica o projeto executado pela gestão pública, detalha a canalização dos esgotos em alguns bairros da cidade de acordo com as plantas aprovadas pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais. Cabe ressaltar que a política de saneamento passou por um processo de consolidação institucional somente a partir dos anos 1940, iniciando os serviços de saneamento, pautada em autarquias e mecanismos de financiamento para o abastecimento de água, com influência do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), atualmente denominada Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Portanto, nas décadas de 1910 e 1920, os projetos careciam de um aval de um engenheiro renomado e o nome do engenheiro Saturnino de Brito foi extremante requisitado, como demonstrado pelo referido documento:

Foi, como o de agua, executado de accordo com a planta e orçamento approvados pela Secretaria da Agricultura do Estado. A rêde é de systema separador absoluto, com lavagens periódicas por meio de tanques fluxíveis do typo ideado pelo dr. Saturnino de Britto. A parte executada foi feita de acordo com projecto geral, de modo a permitir à Camara estender a rêde cada anno, à medida de suas posses, observando aquelle

projecto. Nos collectores foram empregadas manilhas de 0,15 e 0,20, fornecidas pela Ceramica João Pinheiro, por concorrência (FONSECA, 1931, p. 27).

Os projetos de saneamentos urbanos no Brasil, as obras de melhoramentos e saneamentos urbanos das primeiras décadas do século XX, muitos dos projetos do urbanismo sanitário foram influenciados pelos trabalhos de Francisco Saturnino de Brito (1864 - 1929): engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886. Saturnino conseguiu promover estudos estatísticos que influenciaram as aplicações de melhoramentos sanitários durante as primeiras décadas do século XX. Após sua morte em 10 de março de 1929, na cidade de Pelotas (RS), seu legado nas práticas urbanísticas serviu de modelo para as demais gerações de engenheiros brasileiros.

Müller (2002) aponta que Saturnino de Brito se dedicou tanto às pequenas quanto às grandes reformas e sua preocupação era “não” interferir bruscamente sobre o meio social, evitando desestabilizar a ordem estabelecida ou a harmonia das famílias. Esse diferencial no seu trabalho fez que seus projetos e planos fossem implantados em quase toda sua totalidade em diversas cidades do País. Dotado de senso prático, o engenheiro contribuiu para o desenvolvimento de técnicas de saneamento por meio de inovações reconhecidas em esfera internacional, como a proposta de uma fórmula para o cálculo de vazões máximas para o dimensionamento de redes pluviais e o desenvolvimento de reservatórios de descarga destinados à limpeza de redes de esgotamento sanitário (NASCIMENTO; BERTRAND; BRITTO, 2013).

As técnicas de saneamento urbano desenvolvidas por Saturnino nas primeiras décadas do século XX fizeram desse profissional um prestigiado e renomado engenheiro. Como apontam Nascimento, Bertrand e Britto (2013), Saturnino tornou-se mestre das inovações em hidrologia urbana e saneamento, passando a ser modelo para outros engenheiros no Brasil e no exterior, por meio de suas publicações. Era grande conhecedor das experiências europeias e americanas, despertando, assim, os interesses dos dirigentes políticos brasileiros de sua época. A municipalidade de Diamantina inspirou-se nos trabalhos exercidos por Saturnino de Brito no País em suas reconhecidas técnicas de engenharia sanitária, tanto que algumas delas foram empregadas na rede de esgotamento sanitário da cidade, conforme o Relatório de Prestação de Contas da Câmara de 1931.

Neste relatório foi apresentado que a administração diamantinense contratou Symphronio Brochado Junior como responsável para execução das obras de saneamento e abastecimento, na década de 1920. Constatam nele que as técnicas de engenharia sanitárias

utilizadas por esse engenheiro nas obras de esgotamento sanitário de Diamantina foram as mesmas desenvolvidas por Saturnino de Brito. Enfim, esse assunto será relatado junto ao tema urbanização na cidade estudada, mais especificamente, ao processo de abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário.

Em análise dos impressos jornalísticos foi possível identificar a construção do discurso de cidade “civilizada”. Nesses jornais, havia o interesse em estimular nos cidadãos letrados a adoção de novos hábitos citadinos, condizentes com o período estudado. Era comum os periódicos incutirem os ideais de civilidade, além de agirem com a função de elucidar e definir novos padrões de etiqueta e comportamento social. Os leitores necessitavam adaptar-se aos novos tempos, adotando as novas posturas municipais. Portanto, nesse aspecto, os jornais agiam como condutores da “civilidade”. Acreditavam seus redatores que a inserção na modernidade só era possível com a polidez da sociedade diamantinense, com adaptação da população aos novos costumes. Práticas como bebedeira, mendicância, meretrício, falta de pudor da juventude, péssimas condições de higiene com o corpo e com o espaço público eram compreendidas como forma de atraso e desordem. Enfim, muitos dos hábitos corriqueiros arraigados na sociedade deveriam ser revistos; as pessoas deveriam refinar-se.

Portanto, os jornais serviam para propagar novos ideais funcionando como elos que interligavam a cultura local às práticas “ditas civilizadas” das grandes cidades. As adoções dos novos hábitos eram mais condizentes com o Brasil republicano, cujo símbolo era a ordem e o progresso.

No Arquivo da Associação do Pão de Santo Antônio foi viabilizado o acesso ao acervo de seus jornais digitalizados. Nesse material, foi possível observar sucintamente as permanências, as modificações, os aspectos socioculturais e políticos que se reproduzem no espaço urbano diamantinense. Outra informação importante a respeito dessa fonte primária é que o jornal *Pão de Santo Antônio* possuía caráter conservador, apresentava corriqueiramente notas referentes às normas, condutas socioculturais e religiosas. As práticas e valores católicos eram repassados semanalmente em suas colunas para que as famílias pudessem ter o contato com os valores cristãos.

Em análise no arquivo da Câmara Municipal de Diamantina, foi possível o acesso às atas digitalizadas. No entanto, a pesquisa carece de uma dedicação maior na elaboração do banco de dados, pois as atas do recorte temporal são manuscritas e de caligrafias de difícil compreensão.

O acervo digital disponível do Laboratório de Organização de Documentos Históricos (LAODH) da UFVJM auxiliou nas pesquisas de fontes documentais e cartográficas do município de Diamantina, Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

É importante salientar que as atas produzidas pela Câmara Municipal de Diamantina, nas primeiras décadas do século XX, foram digitalizadas e encontram-se disponíveis no *site* do LAODH, sediado na UFVJM. Observa-se nestes documentos que alguns dirigentes políticos locais (vereadores e respectivos presidentes da Câmara) sabiam de sua representatividade na escrita de boa parte da história da urbanização da cidade, nos primeiros decênios do século XX. Portanto, as atas contavam com discurso pontual, objetivo e contido, diferentemente dos apresentados nos jornais do mesmo período. Outro ponto percebido a partir das diversas leituras nos jornais locais é que a imprensa possuía função educadora ou mesmo missionária. Em suas páginas, deveria demonstrar as imagens do cotidiano urbano aos moldes da civilidade e, muitas vezes, tais veículos de informações serviam como instância civilizadora, condutora dos bons hábitos, dando aos munícipes a possibilidade de se atualizarem aos novos costumes, entendidos como mais elegantes.

Certamente, os periódicos e atas são documentos distintos feitos para públicos específicos. Logicamente, os jornais eram de cunho imediatista, transmitiam as notícias e ideologias com a maior celeridade possível à população alfabetizada. No caso das atas, apresentavam caráter de perpetuação do discurso de eficiência legislativa. Os “homens do poder” que as escreveram acreditavam que seriam as possíveis referências para o norte mineiro. Consequentemente, era necessário deixar para a posteridade o legado de civilidade pautada nas práticas ligadas à austeridade e à credibilidade, devendo ser visíveis nos documentos, embora, por muitas vezes, foram sucumbidos os conflitos sociopolíticos que ocorreram em prol do ordenamento dos espaços urbanos na cidade.

Cabe ressaltar que os dados coletados nas leituras dos jornais *Pão de Santo Antônio*, *Voz de Diamantina*, *Diamantina*, *Estrela Pollar* e no *Relatório de Prestação de Contas da Câmara de 1931* passaram por técnica de análise qualitativa e interpretação de conteúdo. Assim, permitiram perceber as relações da sociedade e das políticas públicas no que diz respeito às medidas sanitaristas e saneadoras presentes em artigos, colunas específicas com relação ao tema nos impressos. Esses documentos analisados demonstram como a cidade de Diamantina era objeto de reflexões e planejamento dos agentes políticos e dos homens da imprensa. Levando-se em consideração a quantidade de pessoas alfabetizadas na época e a localização do espaço regional (atual Vale do Jequitinhonha), o município possuía expressiva quantidade de

impressos jornalísticos. Alguns deles apresentavam as interações socioculturais no espaço urbano, os preceitos de civilidade, o novo ordenamento urbano.

O trabalho procura interpretar essas propostas oriundas das fontes documentais supracitadas. São transcritos trechos dessas fontes e em certos momentos foi necessário tecer considerações para a compreensão de termos de época; entretanto, essas foram mínimas, pois a dissertação parte da premissa adotada por James William Goodwin Júnior, ao afirmar que:

(...) a exposição dos textos de época torna a discussão histórica muito mais saborosa, e não creio ser possível falar da imprensa, e dos jornais, sem compartilhar um pouco do gosto e do prazer (e do risco de devaneios), que é folhear essas páginas, muitas das quais gastas e amareladas, outras perigosamente embelezadas pelo bordado das traças (GOODWIN JÚNIOR, 2015, p. 32).

Nos jornais, percebe-se a inserção de novos hábitos e costumes na sociedade diamantinense, eles apontam alguns exemplos de bom refinamento, como assistir uma sessão de cinema ou frequentar uma cafeteria. Essa imprensa cobrava também da administração pública maior responsabilidade, celeridade em obras de melhoria urbana. Os impressos jornalísticos apresentavam uma discussão mais profunda em relação às mudanças e adoção de novos hábitos higiênicos. Alguns jornais procuravam aliar-se às novas correntes ideológicas como os movimentos higienista, sanitarista e urbanizador. Exigia-se da população diamantinense maior polidez e posturas exemplares, condizentes aos ideais de ordem e progresso. Aqueles que não se enquadravam eram objeto de crítica e exclusão.

As atas produzidas pelo legislativo possuíam debates menos entusiasmados em comparação aos periódicos, no que tange à urbanização e ao movimento sanitarista. Nelas, estão registradas, prioritariamente, as deliberações e decisões de caráter prático com a finalidade de realizar as melhorias urbanas na cidade, muitas delas de cunho sanitário.

Como salientam Machado e Carvalho (2016, p. 13), “a imprensa é produto histórico-social, determinado por fatores sociais, políticos e econômicos, inter-relacionados”. Este veículo de comunicação possibilita ao historiador ampliar o seu conhecimento a respeito de um tema, pois esse profissional tem a possibilidade de refletir e contextualizar o momento que a notícia no jornal foi produzida, compreender a realidade complexa, dicotômica e ao mesmo tempo permeada de contradições. Ele deve questionar os motivos que levaram à publicidade de determinados conteúdos, o destaque e local recebido, a finalidade e qual público pretendia atingir com sua veiculação. Portanto, a pesquisa se define com cunho bibliográfico, teórico e documental.

Em relação à metodologia adotada, optou-se por realizar as leituras na íntegra dos periódicos para identificação das publicações que trataram sobre a urbanização e suas vertentes contidas nos impressos jornalísticos diamantinenses.

As fotografias utilizadas, em sua maioria, são provenientes do Relatório de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina de 1931. Outras imagens fotográficas que mostram a urbanização da cidade são de autoria do fotógrafo Zé da Sé. Muitas delas encontram-se digitalizadas no Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina, nos blogs com foco na História de Diamantina, a saber: <http://passadiçovirtual.blogspot.com> e <http://zedaseblog.blogst.com>. Essas figuras, de fato, foram aportes para essa pesquisa tendo servido como fontes que anunciavam obras, mudanças nas paisagens e anunciadoras da modernidade.

Com o intuito de desenvolver e aprofundar as análises acerca do eixo norteador do processo de urbanização da cidade de Diamantina, entre dos anos de 1914 a 1938, esta dissertação apresenta três capítulos.

O primeiro capítulo procura apresentar uma abordagem dos conceitos urbanismo sanitaria, especificamente os princípios ideários urbanísticos como os saneamentos das cidades que emergiram nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. Algumas ações urbanísticas sanitarias e as intervenções do Estado neste texto serão apresentadas.

Foram elencados os seguintes autores para embasarem a discussão do primeiro capítulo, a saber: Françoise Choay (1965; 1979), Gilberto Hochman (1998), Jaime Benchimol (2003), Michel Foucault (2001; 2008) e dois ideólogos influentes do movimento higienista: Fonssagrives (1870) e Belisário Penna (1918). Estudos apontam que aquele foi um dos principais teóricos do Ocidente sobre o movimento higienista no XIX, importante base teórica para os médicos e para os engenheiros do Brasil no período estudado. Este último tornou-se peça fundamental para o desenvolvimento do movimento sanitaria brasileiro.

Essa corrente ideológica foi de suma importância para a urbanização do interior brasileiro, porque a partir dela muitas cidades tiveram de (re) organizar seus espaços e polir os hábitos da população interiorana. Françoise Choay proporciona um maior embasamento teórico para a metodologia desta dissertação. Seus estudos possibilitaram a compreensão do conceito de urbanismo, por meio de sua obra “O Urbanismo” (1979). A partir da leitura de sua obra, percebem-se as ambiguidades do termo “urbanismo” que ora nos primórdios foi empregado como sinônimo do trabalho de “engenheiros civis”, ora como plano das cidades e, ora, ainda, com outros nomes relativos às formas urbanas. As características de cada época são evidenciadas no urbanismo moderno como uma visão de ciência e como arte.

No segundo capítulo enfatizou-se o urbanismo sanitista em Diamantina, no período de 1914 a 1938. A discussão tem a sustentação teórica baseada em pesquisadores que escrevem sob a história local, tais como James William Goodwin Jr. (2007; 2015), Dayse Lúcida Silva Santos (2015), Marcos Lobato Martins (2014), Antônio Carlos Fernandes (2004) e Felipe Augusto de Bernadi Silveira (2005; 2010). A documentação primária estudada no primeiro capítulo foi a mesma usada nos demais outros à qual está acrescentado material cartográfico.

Por fim, no último capítulo são abordadas as práticas urbanísticas efetivadas na cidade ao longo do período estudado. Para tal, será analisado o processo de urbanização do Largo Dom João nas primeiras décadas do século XX e a busca incessante da elite política local em sanar os problemas de infraestrutura. Esse espaço urbano foi escolhido pela administração municipal para ser o símbolo de modernidade e progresso, uma vez que neste local seriam construídos os equipamentos urbanos e uma infraestrutura de serviços públicos e privados.

No Largo Dom João foi construído o prédio do ramal ferroviário, sendo esse o principal símbolo de modernidade. Neste espaço localizava-se o Seminário, construção arquitetônica diferente da área central, um prédio em estilo neogótico. O Largo é uma área com aspecto físico diferenciado com relação a outros espaços da cidade. Este não possuía uma geografia acidentada com grandes aclives e declives, facilitando a logística da época menos um entrave para a circulação do trem de ferro.

2. HIGIENISMO, URBANISMO E SUAS VERTENTES

2.1. Políticas de Saúde Pública: a organização dos espaços urbanos em meados do século XIX e início do século XX

A fim de obter maior compreensão do trabalho, serão apresentados nesta parte do capítulo alguns dos principais ideólogos do movimento higienista, profissionais da classe médica, de fortes influências e representatividade no período. São eles: os médicos Belisário Penna, Jean-Baptiste Fonssagrives e John Snow, brasileiro, francês e britânico respectivamente. O primeiro deles é focado ao longo desta dissertação devido à sua representatividade nas campanhas sanitaristas pelo interior brasileiro e ao seu esforço político-administrativo, além de sua influência na política no período republicano. Belisário foi a personificação desse movimento ideológico no País.

Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939) nasceu em Barbacena, Minas Gerais. Higienista, médico conceituado que durante o primeiro período republicano mobilizou a opinião pública, organizou movimentos em defesa da saúde pública no interior do País; militante e defensor de políticas públicas sanitárias; entusiasta e propagador das ideias sanitárias tanto para as classes médicas e as elites intelectualizadas, quanto para a população empobrecida do interior do Brasil.

Belisário Augusto de Oliveira Penna, matriculou-se em 1886 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas concluiu o curso na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Comissionado por Oswaldo Cruz, Penna partiu em 1906 para combater o impaludismo [malária] entre os operários que construíram a ferrovia, no norte de Minas Gerais. Ali permaneceu por três anos, participando da principal descoberta médica do período: a descrição da etiologia de uma moléstia ainda desconhecida, a tripanossomíase americana. Caso raro na história da medicina, Chagas descreveu todo o ciclo evolutivo da doença: o microrganismo causador da moléstia, os hospedeiros, como o tatu e o gambá, o inseto vetor, chamado barbeiro, e as manifestações clínicas no homem. Nos anos seguintes, no entanto, alguns médicos contestaram algumas das afirmações de Chagas, o que gerou controvérsias sobre a descoberta. [...] em 1913, Penna solicitou licença de seis meses e, por conta própria, percorreu estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para estudá-los, como fizera em relação aos estados do Norte. Depois reassumiu o cargo de inspetor sanitário no Rio de Janeiro, passando a trabalhar nos subúrbios da Leopoldina. Instalou em Vigário Geral (DF), em março de 1916, o primeiro posto de profilaxia rural do Brasil, que mais tarde seria transferido para Parada de Lucas e Penha. [...] Penna em 1918, foi nomeado para o Serviço de Profilaxia Rural, criado pelo presidente Wenceslau Brás. Em 1920, quando foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP, Penna instalou serviços de profilaxia rural em 15 estados durante a sua gestão. Exonerou-se do Departamento em 1922. Penna filiou-se Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, em 1932, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão supremo do movimento. No ano 1933, assumiu interinamente o Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitando sua aposentadoria naquele mesmo ano [...]. Após

aposentadoria e viuvez Belisário Pena faleceu no município de Sacra Família no Rio de Janeiro em 1939 (THIELEN; SANTOS, 2002, pp. 387-404).

Belisário Penna e a classe científica da época conheciam as descobertas no campo da microbiologia e a respeito dos processos infecciosos provocados por organismos que causavam doenças como cólera, varíola e febre amarela. Penna foi denominado o “caixeiro-viajante da higiene”, por fazer o trabalho de divulgação, de palestrante da saúde e dos bons hábitos da higiene nos rincões do Brasil. No entanto, sua estratégia e militância adotadas para a melhoria das condições médico-sanitárias exigiram que o campo de ação ultrapassassem a transmissão dos conhecimentos científicos, provocando sensíveis modificações sobre os modos de vida das populações atingidas (SANTOS, 2012, pp. 45 - 68).

Em seu livro publicado no ano de 1918, *Minas e Rio Grande do Sul: Estado da Doença Estado da Saúde*, Belisário Penna revelou a ideia de que os cuidados com a higiene da população e a saúde seriam responsáveis pela regeneração do povo e consolidação de uma nação. Penna foi um dos principais nomes ligados a essa linha de pensamento vigente entre os profissionais e atores políticos dos primeiros decênios do século XX. Ele era, portanto, um dos representantes máximos do movimento sanitarista no Brasil, sendo também um dos responsáveis pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920.

Tal movimento tinha como premissa a intervenção direta no corpo social. Para compreender o processo, permite-se citar Michel Foucault (2001), uma vez que esse pensador possibilita a compreensão do papel da Medicina no que tange à regulação e controle dos corpos. Em outras palavras, era em nome da Medicina que se delineava o tecido urbano, como exemplo, em relação à normalização das construções de casas, da necessidade de criação de praças e arborização das *urbes*. Assim, a Medicina interferia nas mais distintas esferas, tanto na urbanização quanto na moralização dos costumes. Em seu nome, catalogavam-se e interditavam-se os doentes, os dementes, os vadios, outros mais. De acordo com Foucault (2001):

A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constitui fatores que desempenharam um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos seus habitantes. A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar [...] (FOUCAULT, 2001, p. 201).

Foucault (2001), enfatiza que o discurso da higiene apresenta duas novidades fortemente interligadas: poder disciplinar, no âmbito dos indivíduos; sociedade estatal, no campo do coletivo. Para esse autor, verifica-se na modernidade:

[...] o privilégio da higiene e o funcionamento da medicina como instância de controle social. A velha noção de regime entendida como regra de vida e como forma de medicina preventiva tende a se alargar e a se tornar o “regime” coletivo de uma população considerada em geral, tendo como triplice objetivo: o desaparecimento dos grandes surtos epidêmicos, baixa taxa de morbidade, o aumento da duração média de vida e de supressão de vida para cada idade. Esta higiene, como regime de saúde das populações implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle [...] (FOUCAULT, 2001, p. 201).

As ações políticas de revitalização dos espaços urbanos das primeiras décadas do século XX, no Brasil República, não foram produtos genuinamente brasileiros. Os políticos e profissionais médicos usaram como exemplo as teorias e experiências desenvolvidas e realizadas em países europeus, como a França. Paris tornou-se um exemplo de cidade moderna e requintada. O Barão Georges Eugène Haussmann, prefeito de Paris, era aclamado e, por muitas vezes, suas estratégias urbanísticas foram importadas pelos agentes públicos brasileiros que comungavam dos mesmos ideais, principalmente o prefeito do Rio Janeiro, Pereira Passos. Este último tentava reproduzir, à sua maneira, “modernidades”, por meio do seu poder coercitivo, com a aplicação do “bota a baixo”, processo que, resumidamente, visava à desocupação e à destruição de cortiços no centro da cidade do Rio Janeiro. Segundo Sevcenko (1993), a revitalização das áreas nobres da cidade representava para os políticos e para a elite enriquecida a quebra do arcaico colonial para a chegada de uma arquitetura mais refinada, oriunda da Europa.

Sevcenko (1993) ressalta que o termo “bota a baixo” surgiu no ano de 1902, quando o engenheiro Francisco Pereira Passos, então prefeito da Capital Federal, recebeu total liberdade orçamentária e legal para proceder à urbanização da cidade carioca. Sevcenko (1993) enfatiza a análise do jurista e biógrafo Afonso Arinos, em 1902, na qual o novo estatuto de organização municipal para o Distrito Federal possuía leis equivocadas, arbitrárias, atribuindo poderes tirânicos ao prefeito e retirando qualquer direito de defesa da comunidade. Sevcenko (1993) discorre a respeito dos abusos ocorridos durante a Primeira República, no artigo 25 do estatuto, em que o despejo, a remoção, a interdição e outras medidas, enfim, são citadas. Havia até mesmo um auto afixado no local que previa penalidades contra as desobediências.

[...] O artigo 25 dispunha que o despejo dos residentes nos prédios a serem demolidos, bem como a remoção dos respectivos móveis e pertences, seriam feitos pela polícia.

[...] Daí vieram os números casos de demolição, com famílias recalcitrantes ainda dentro de prédios. [...]. Completando o sistema de exceção, o artigo 26 estabelecia que os assentamentos nos livros das repartições municipais, sobre transferências de imóveis para os fins da lei, valeriam como escritura pública, independente da outorga uxória e da transcrição do título (SEVCENKO, 1993, pp. 46 - 47).

Como aponta Korndörfer (2018), o prefeito Pereira Passos foi influenciado na elaboração de suas obras de revitalização da Capital Federal por três cientistas brasileiros: Oswaldo Cruz¹, Arthur Neiva e Belisário Penna – cientistas que tinham o discurso voltado para o saneamento do Brasil. Respectivamente, Penna e Neiva foram os responsáveis por expedições no interior brasileiro, principalmente no Nordeste, com o aval do Instituto Oswaldo Cruz.

A partir dessas excursões, ocorridas no ano de 1912, foi elaborado o impactante relatório de 1916, que continha informações de caráter sociológico, antropológicos, fotográfico, geográfico e socioeconômico de boa parte dos estados nordestinos como, por exemplo, Piauí e Bahia. Outras regiões foram também contempladas, como o norte de Minas Gerais e Goiás. Após a publicação desse documento, o discurso em favor da efetivação do movimento pelo saneamento do Brasil tornou-se forte (KORNDÖRFER, 2018, pp. 437 - 438). Os relatórios dessas expedições vinham dos bolsões de pobreza do Brasil e neles eram retratadas as deploráveis condições socioeconômicas brasileiras, as suas mazelas, além dos mapas das doenças que assolavam o interior e as péssimas condições sanitárias vivenciadas pelas populações pobres sertanejas esquecidas pelos agentes públicos. No mesmo documento constavam ainda o diagnóstico e as soluções para atenuar a realidade encontrada.

Os relatórios elaborados pelos sanitaristas brasileiros trouxeram à tona as reais condições sanitárias interioranas brasileiras e com tais documentos, as vísceras brasileiras ficaram expostas, a ponto de ser criada, em 1918, a Liga Pro Saneamento, cujo objetivo era alertar as elites políticas e intelectuais para o lastimável quadro sanitário instaurado no Brasil. Para compreender o surgimento das instituições nacionais voltadas para a área da saúde é necessário contextualizar a situação do País, naquela época. Como afirma Souza (2019), o Brasil das décadas de 10 e 20 do século XX esteve fortemente influenciado pelo coronelismo e

¹ Na obra *Quem é bom nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*, Oswaldo Cruz foi considerado pelas elites dirigentes o “Cristo da religião do saneamento, o precursor da cruzada patriótica da redenção da raça e da reabilitação nacional”. Por essa demonstração da força sanitária, acreditava-se que, a partir da saúde resgatada do brasileiro, cheio de vigor físico e com grande capacidade produtiva, nasceria a consciência dos deveres e direitos, o bem-estar e gozo de viver, uma vez provado que não era inferior racialmente, nem inóspito, o nosso clima. Ao ser conscientizado, esse homem da terra reconheceria o grande homem que teria sido o dr. Cruz, passando à história, ainda nas palavras de Rui Barbosa, como o maior dos brasileiros e cognominado Oswaldo Cruz, “o Salvador”. (MOTA, 2003, p. 24).

clientelismo. Aquele constituiu-se como um sistema político nacional baseado em permutas entre o governo e coronéis: o governo estadual garantia os poderes dos coronéis que se compunham em sua maioria por proprietários rurais, chefes políticos locais sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo rendendo-lhe o controle dos cargos públicos. O poder dos coronéis consolidou-se após a política dos estados implantada pelo então presidente Campos Sales, em 1898, perdurando até 1930 (CARVALHO, 1997, pp. 229 - 250).

Conforme Carvalho (1997), pode-se afirmar que o coronelismo se configurou como um fenômeno que abrangem relações de interesses sociopolíticos e econômicos, cuja relação está condicionada também aos laços pessoais existentes entre o coronel e seu eleitorado. Segundo esse autor, o conceito de coronelismo por muitas vezes é confundido com clientelismo, sendo este engendrado ao longo da história do País que esse ampliou com fim do coronelismo (CARVALHO, 1997). As relações clientelistas se dão sem a presença dos coronéis, elas podem ocorrer diretamente entre o governo e setores pobres da população; essas trocas podem dar-se tanto nas esferas executivas e legislativas, enfim, os votos podem significar futuros empregos públicos.

À medida que os poderes dos chefes políticos locais declinavam, ou sejam, perdiam a capacidade de persuasão, controle e coerção sob o eleitorado, esses políticos eram descartados pelo governo passando a ser tratados como simples eleitores. Essas políticas eram desfavoráveis ao crescimento do extrato social menos abastado, fazendo com que as populações empobrecidas ficassem à mercê dos detentores do poder.

As classes menos favorecidas economicamente só possuíam o acesso ao sistema de infraestrutura básica e ao progresso intelectual caso os coronéis achassem que esse extrato social fosse merecedor a tê-los, ou então conveniente aos políticos detentores do poder. Pois, essa inclusão a infraestrutura básica significava uma possibilidade de troca de favores futuros. Portanto, predominava a agenda política brasileira no período republicano: negar a instrução e o conhecimento para as classes sociais pobres.

Belisário Penna afirmava em *“Minas e Rio Grande do Sul: estado da doença, estado da saúde”*, escrito em 1918, que os dirigentes públicos mineiros eram relapsos com relação às

doenças como a ancilostomose ² e a malária ³. Segundo ele, ambas as doenças acometiam cerca de 4/5 da população mineira. Penna (1918) expunha que os políticos sabiam da profilaxia dessas enfermidades e conheciam os custos financeiros em combatê-las. Entretanto, faziam pouco para mudar essa realidade. Penna acreditava que os políticos tinham um conceito *sui generis* com relação à saúde, pois os dirigentes políticos sabiam do risco de que as epidemias poderiam causar prejuízos financeiros à economia mineira e, conseqüentemente, muitas vidas poderiam ser ceifadas, prejudicando assim, o comércio, as fábricas, os interesses das classes econômicas. Assim, Penna se referia aos políticos:

[...] Para elles só são prejudiciais e exigem combate as molestias que revestem character epidemico, que alarmam, porque atacam muita gente a um tempo e matam em poucos dias. As endemias, que tomam a forma chronica e em regra inutilisam mais ou menos lentamente o individuo, essa são, na sua opinião, inevitáveis, são contingencias fataes do clima e ou da raça [...] (PENNA, 1918, p. 19).

Penna expõe o medo que as pessoas tinham com relação à propagação das epidemias. O sanitarista apontava o descaso e despreparo das classes que detinham o poder em prevenir determinadas doenças consideradas menos graves.

Cabe esclarecer que o temor às doenças não é apenas um receio da sociedade contemporânea. De acordo com Ujvari (2003), em 430 A. C. na Grécia, Tucídides descreveu detalhadamente por meio de relatos elaborados durante a Guerra do Peloponeso a aversão que a população ateniense tinha com relação às epidemias e ao contágio ⁴.

O temor de ficar doente sempre permeou a humanidade, conseqüentemente as principais reações foram a reclusão e o medo. Foucault (2001) explana que o pânico real da cidade patogênica exigiu um discurso médico sobre a morbidade urbana e uma vigilância constante,

² Amarelão ou Ancilostomose, termo científico para a doença, também pode ser conhecida pelos termos populares "doença do jeca-tatu", "mal-da-terra", "anemia-dos-mineiros", "opilação", etc. Essa enfermidade é uma helmintíase que pode ser causada tanto pelo *Ancylostoma duodenale* como pelo *Necatur americanos*. As pessoas portadoras desta verminose são pálidas, com a pele amarelada, pois os vermes vivem no intestino delgado e, com suas placas cortantes, rasgam as paredes intestinais, sugam o sangue e provocam hemorragias e anemia. As principais medidas de prevenção consistem na construção de instalações sanitárias adequadas, evitando assim que os ovos dos vermes contaminem o solo; uso de calçados, impedindo a penetração das larvas pelos pés. Disponível em <https://www.sobiologia.com.br/conteudos/Reinos2/Ancilostomiose.php>.

³ A malária é causada por protozoários do gênero *Plasmodium* transmitidos ao homem por fêmeas de mosquitos do gênero *Anopheles* infectadas. Somente 4 de aproximadamente 100 espécies desses protozoários são responsáveis por infectar seres humanos: *P. falciparum*; e *P. malariae*, sendo o *P. falciparum* [...]. Os sintomas da malária são febre, calafrios, cefaleia, vômito, anorexia, fadiga, diarreia e anemia. Se não tratada adequadamente a doença pode apresentar complicações como edema pulmonar, complicações renais, icterícia e obstrução de vasos sanguíneos no cérebro (nos casos graves da doença), situação que poderá levar à morte do indivíduo (FRANCA, 2008, p.1271-1278).

⁴ Em sua obra, Ujvari relata o surgimento do contágio no Mundo Ocidental, expõe o conceito de transmissão e o receio que a população tinha de ser contaminada (UJVARI, 2003, pp. 10 - 312).

além de promover todo um conjunto de disposições, de construções e instituições. O Brasil não fugiu à regra: criou-se aqui o receio às epidemias, tanto que foram criados alguns laboratórios que ajudavam a dar resposta científica às moléstias corriqueiras no final do século XIX. Os primeiros laboratórios brasileiros foram edificadas nas zonas portuárias do estado de São Paulo e ajudaram os profissionais da saúde a mapear e diagnosticar diversas doenças, evitando uma maior mortalidade.

Hochman (1998) relata que no início do século XX, os integrantes da Liga de Pró-Saneamento do Brasil acreditavam que a higienização, o sanitismo e o progresso poderiam regenerar o povo brasileiro, salvando-os das doenças ligadas à ausência de saneamento básico e à ignorância oriunda da falta de investimentos públicos na área da educação. De acordo com Hochman (1998), a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi fundada em 11 de dezembro de 1918, no primeiro aniversário de morte de Oswaldo Cruz.

Para Penna (1918), o progresso da nação dependia do trabalho e da produção, mas estas duas válvulas propulsoras achavam-se emperradas, por efeito da generalização das endemias que abatiam as energias do homem produtivo. Penna, juntamente com outros sanitaristas, confiava que por meio da urbanização, do saneamento, da eliminação de casas insalubres e construções edificadas de pau a pique, poderia haver melhorias na qualidade de vida dos indivíduos.

As habitações construídas com a técnica de pau-a-pique são edificações feitas com matérias simples como terra crua, cipó ou madeira. Trata-se de uma tecnologia milenar, oriunda do Oriente Médio e popularizada no Brasil nos séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX. As casas feitas pelas populações desprovidas de recursos financeiros utilizavam materiais simples como barro e madeiras de baixa qualidade, resultando, com o passar do tempo, em problemas estruturais nas construções, como fissuras, umidade e trincas, que permitiam a proliferação de insetos hematófagos, como o "*Triatoma infestans*", os barbeiros, causadores da enfermidade de Chagas.

Como aponta Mato Neto e Pasternak (2009), a doença de Chagas acabava atingindo a população mais pobre, desfavorecida, principalmente no interior do país. Sabe-se que a técnica de construção pau a pique foi estigmatizada e marginalizada pelos sanitaristas e políticos, pois a compreendiam como algo precário, devendo ser substituída por técnica de construção mais avançada como a alvenaria e o uso de ferragens. Segundo os sanitaristas e engenheiros da época, as tecnologias aliadas às novas descobertas no campo da saúde poderiam garantir o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, tirando assim, o interior do atraso e das endemias.

A Liga desempenhou uma importante função na medicina social da nação e seus primeiros anos trouxeram marcos cronológico bem marcante. O primeiro momento foi caracterizado por trabalhos de divulgação da Liga e de pesquisas de campo como: mapeamento, registros e criação de bancos estatísticos das epidemias. Os dados foram revertidos e apresentados às classes políticas que, posteriormente, transformaram-na em uma política de saúde pública nacional. Isso fez com o país passasse por um processo de maior controle das epidemias e endemias que afligiam os sertões do Brasil (HOCHMAN, 1998, p. 63).

É importante salientar que o mal de Chagas⁵ tornou-se uma endemia do interior brasileiro, ou seja, uma doença que afetou um número considerável de pessoas, durante um período constante ou permanente e em uma determinada região. Principalmente, as regiões que passavam por dificuldades financeiras brasileiras como o Norte, o Nordeste do Brasil, o estado de Minas Gerais era acometido por essa enfermidade especificamente o Norte e o Nordeste mineiro. De um modo negativo constata-se que as localidades mais pobres são as mais afetadas por serem desprovidas de cuidados médicos, pois o profissional da saúde era o detentor do saber da cura, portanto, era necessário ensinar aos indivíduos do interior as regras fundamentais de higiene que estes deveriam apropriar-se dos ensinamentos médicos em benefício de sua própria saúde e dos demais. Logo, a higiene do *habitat* era necessária para sobrevivência de todos.

Como observa Amato Neto e Pasternak (2009), a doença de Chagas recebeu esse nome devido à descoberta, em 1909, feita pelo cientista e sanitarista brasileiro Carlos Chagas (1887-1934). A moléstia causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi* é transmitida por um inseto hematófago (que se alimenta de sangue), popularmente conhecido como barbeiro, comumente encontrado em casas simples de pau-a-pique.

A enfermidade revelou as péssimas condições econômicas e de higiene nas quais vivia grande parte da população brasileira. Carlos Chagas revelou, em 1934, as precárias moradias das classes pobres, acreditando que esses locais eram verdadeiros criatórios de insetos que poderiam estar infectados.

Quanto à trypanozomíase americana nada custará erradicá-la das zonas extensas onde é endêmica, uma vez que tudo ahi depende da providência elementar de melhorar a residência humana e não mais consentir que o nosso camponez tenha como abrigo a

⁵ A doença de Chagas é a infecção causada pelas principais espécies de barbeiros que são: *T. brasiliensis*, *Panstrongylus megistus*, *T. pseudomaculata* e *T. sordidas* e, por último, o *T. infestans*. Essa última espécie infectou a população brasileira, todavia, com medidas de controle do Ministério da Saúde conseguiu-se interromper a transmissão da doença por este tipo de barbeiro. A doença é transmitida pelo barbeiro transmissor que se infecta com o parasita quando suga o sangue de um animal contaminado. A doença de Chagas é transmitida ao ser humano quando a pessoa coça o local da picada e os parasitas das fezes, eliminadas pelo barbeiro, penetram pelo orifício da picada ou nas mucosas. DOENÇA DE CHAGAS, 2014.

cafua primitiva, infestada pelo insecto que lhe suga o sangue e lhe injecta o parasito, cafua às vezes imprestável como habitação de suínos e de todo incompatível com a civilização de um povo (DIAS; DIAS, 1989, p.52 *apud* CHAGAS, 1934, p. 1).

Os integrantes da Liga Pró-Saneamento do Brasil tinham um pensamento e o imaginário pautados numa política moderna. Nessa concepção intelectual, o interior brasileiro deveria ser civilizado, adquirindo, segundo os sanitaristas, a decência necessária para fazer o Brasil crescer economicamente, tornando-o uma nação desenvolvida. Alguns políticos, jornalistas e funcionários públicos acreditavam nesses ideais, tanto que ajudaram a divulgar as publicações, artigos produzidos por integrantes da Liga Pró-Saneamento do Brasil em veículos de imprensa. Costa (1986) salienta que foram atribuídos ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), concebido pela Liga Pró-Saneamento do Brasil, os serviços de abastecimento de água, esgoto, enfim, engenharia sanitária. Com isso, os primeiros governos republicanos trouxeram consigo a legitimidade e o aparelhamento estatal para o interior do Brasil.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil era marcada por ter um discurso crítico com relação às condições sociais e médicas do país. Entre os membros da Liga, o professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) e presidente da Academia Nacional de Medicina (ANM), Miguel Pereira, proferiu um discurso polêmico e de repercussão nacional nos jornais e revistas da época. O médico descrever a nação como um imenso hospital, cuja população era atrasada, doente, improdutiva e abandonada à própria sorte, carente de disciplina e saneamento. O brasileiro deveria deixar os péssimos hábitos maléficos ao organismo, como o alcoolismo e desajustamento moral, para que o Brasil pudesse chegar ao progresso.

Compreende-se que a concepção de progresso estava ligada à evolução social, individual e natural. Portanto, era imprescindível ao governo uma política alinhada aos novos conceitos e descobertas médicas, investir na profilaxia das doenças epidêmicas: a racionalidade médica moderna deveria ser a meta e o equilíbrio desejado para uma nação.

Os mentores intelectuais do Brasil do início do século do XX defendiam o pensamento disciplinar voltado tanto para saúde do corpo como para a higiene social:

O discurso apresentado pelos intelectuais sobre as condições de saúde pública apresentava-se articulado à determinado conjunto de conhecimentos e práticas sociais políticas. Seu objetivo era obter dos indivíduos uma conduta correta, segundo as regras ditadas pelas disciplinas que estavam transformando o mundo. As descobertas no campo da microbiologia desvendaram os processos infecciosos provocados por organismos que causavam doenças como Cólera, Varíola e Febre Amarela (SANTOS, 2012, p. 50).

Percebe-se a crença que tais intelectuais depositavam nos novos adventos científicos, acreditavam que as descobertas no campo da medicina e do sanitarismo poderiam assegurar melhores condições para os prolongamentos das vidas humanas. Era necessário, contudo, tornar o homem ordeiro, disciplinado, podendo mudar assim, as suas condições sociais e econômicas. Belisário soube utilizar os meios de comunicação da época para explanar sobre as condições insalubres vivenciadas pelas comunidades interioranas brasileiras. Exemplar, nesse sentido, foi sua colaboração regular no jornal *Correio da Manhã*, no qual escrevia, principalmente, sobre saneamento (THIELEN; SANTOS, 2002, p. 395).

Como afirma Costa (1986), já existiam no estado de São Paulo, em 1892, laboratórios de saúde pública que faziam os serviços laboratoriais, entre eles, análises químicas, bacteriológica e vacinogênico, criados para combater ou mitigar as constantes epidemias (cólera, febre-amarela, etc.) que se alastravam pelo interior paulista. O porto da cidade de Santos foi identificado como a principal fonte de entrada de determinadas doenças que eliminavam as vidas, principalmente dos imigrantes que chegavam ao Brasil.

A administração pública adotou medidas preventivas para neutralizar as epidemias, com algumas experiências positivas ao combate à febre amarela. Muitas desses experimentos foram importados de países da América Central. Cuba, por exemplo, com ajuda dos norte-americanos, realizava o controle dos mosquitos transmissores da doença. Como expõe Costa (1986), algumas obras de infraestrutura ajudavam a amenizar os surtos de epidemias.

[...] as classes dominantes estaduais empreenderam em Santos e outras cidades grandes trabalhos com fim de melhorar as condições sanitárias gerais, estas obras consistiram em obstrução de poços, drenagem de águas estagnadas, drenagem profunda do solo, retificação de cursos d'água [...] (COSTA, 1986, p. 43).

As obras sanitárias descritas demonstram o pensamento vigente da época, que era o de eliminar os vetores de propagações miasmáticas. É inegável que o país passava por diversas transformações nas áreas do saber e a elite intelectual buscava conhecimento científico, em sua maioria, em obras literárias produzidas por teóricos estrangeiros. Muitos profissionais médicos e da engenharia sanitária liam o teórico francês Dr. Fonssagrives, um dos precursores do movimento higienista na Europa, que inspirou centenas de outros médicos em suas formações. Não somente os profissionais da área da saúde embasaram-se em Fonssagrives, como foi também fonte de referência para arquitetos, educadores e políticos que lidavam com as questões de saúde pública e saneamento urbano, no século XIX e primeiras décadas do XX.

José Gonçalves Gondra (2003) revela que Dr. Fonssagrives possuía prestígio internacional, devido às suas teorias higienistas. Ele foi professor da Faculdade de Medicina de

Montpellier, médico criador de Tratados de Higiene e teórico do Movimento Higienista europeu do século XIX. O estudioso elaborou manuais e guias da boa educação física das meninas e dos meninos, unificando procedimento no interior da ordem médica. Gondra (2003) aponta que as obras *L'éducation physique des garçons* e *L'éducation physique des filles* publicadas por Fonssagrives foram estudadas por profissionais da área da saúde, como médicos, farmacêuticos, etc.

Fonssagrives ressalta o saneamento na obra *Hygiène et Assainissement des Villes* (Higiene e Saneamento das Cidades), publicado no ano 1874, que possibilitou aos leitores brasileiros ter melhores referências médicas tecnológicas advindas da Europa, especificamente neste caso, a França. Os cientistas brasileiros e alguns outros interessados portemais médicos sanitaristas dos meados do século XIX e início do século XX, estavam preocupados com as novas descobertas no campo científico, queriam saber quais eram as novidades e descobertas científicas oriundas dos países europeus ocidentais, notadamente em relação aos temas ligados à saúde pública e ao saneamento das cidades.

Na obra *Hygiène et Assainissement des Villes* (Higiene e Saneamento das Cidades) há um capítulo específico dedicado ao tema saneamento, dividido em três temas/artigos: canalização, os esgotos e os cemitérios. Fonssagrives dedicou-se ao estudo da drenagem das águas nas cidades e de como a canalização poderia melhorar as condições de higiene dos habitantes das *urbes*. Fonssagrives explana de forma técnica as eliminações e destinações dos resíduos. Para Fonssagrives, a canalização das cidades deveria ser dividida em dois canais: os canais eferentes, destinados a exportar para longe da cidade os resíduos orgânicos ou industriais que prejudicam a saúde e os canais aferentes, que distribuíam água e gás. Destaca-se a importância das drenagens em locais onde os terrenos eram de constituição argilosa, associando à existência destas ao combate de algumas doenças infecciosas como a cólera (FONSSAGRIVES, 1874, p. 216- 222).

Quanto aos esgotos, o autor enfatizava que estes eram essenciais para a higiene pública, observando que cidades como Roma Antiga e Babilônia dispunham desistemas de esgotamento sanitário, o que não vinha ocorrendo de maneira satisfatória nas cidades francesas como, por exemplo: Nantes, Lyon, Marseille, Bordeaux, Toulouse, dentre outras (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 222 - 228).

Fonssagrives apontava para um debate técnico para a construção dos esgotos, ainda havia uma discussão entre os engenheiros sobre o tipo de material a ser utilizado – se pedra ou tijolo associados ao cimento. A escolha de um ou de outro dependia de como o engenheiro responsável pela obra trataria a permeabilidade do esgoto. Quanto à forma, havia diversas, mas

à época era consenso que a melhor era a ovoide, por apresentar menos atrito, mais solidez e economia de material. Essa técnica apresentava vantagens econômicas na medida e o custo da manutenção era bem menor.

Em relação às dimensões, era recomendado 1,50 metros de altura e 1,0 metro de largura, sendo recomendado que se observassem também a frequência das chuvas para se estabelecer a sua dimensão efetiva. A inclinação poderia variar de 0,3 metros a 0,5 metros por quilômetro. Em relação à profundidade, havia duas recomendações: a de Strandtford – mínimo de 1,2 metros e máximo de 4,86 metros; e a de Rugby – mínimo de 2,12 metros e máximo de 7,60 metros. Outros aspectos a serem observados durante a construção dos esgotos era sobre como seriam os pontos de contato com as casas e as estradas por um lado, e com os canais, rios ou portos, por outro. Era também recomendado que se construíssem bueiros de 50 a 50 metros (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 234 - 238).

Quanto aos bueiros também havia na época uma discussão se a superfície deveria ser aberta, havendo comunicação entre as águas pluviais e as dos esgotos, ou se fechadas, impedindo a liberação de odores e a comunicação entre elas. Sobre esta discussão, Fonssagrives (1874, p. 245) apontava: “em minha opinião o princípio do fechamento dos bueiros deve prevalecer, mas sob uma condição: que essas artérias subterrâneas sejam providas de meios poderosos de desinfecção, limpeza e renovação do ar”⁶

Segundo o autor, outros pontos de importância para o bom funcionamento da rede eram a limpeza dos bueiros, a lavagem e a desinfecção dos esgotos. A limpeza dos bueiros consistia na retirada de materiais que impediam a entrada das águas pluviais. A lavagem dos esgotos poderia ser natural ou artificial. A natural se dava pelas águas provenientes das chuvas. Tal método não era o mais recomendado, pois poderia se esperar meses até a chegada da estação chuvosa. A artificial se dava por dois métodos: i) pequenas barragens que retinham temporariamente o conteúdo nos esgotos, ao qual se acrescentava água advinda de canalização, sendo os fluidos diluídos; ii) sistema de válvulas composto por cilindros e bolas de 85 centímetros de diâmetro que eram introduzidos nos canais dos esgotos para a sua desobstrução. Em relação à desinfecção dos esgotos, o estudioso aponta que era uma ação complexa e que não havia consenso em relação ao melhor método: filtração ou depuração química, sendo que ambos eram pouco utilizados (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 245 - 267).

⁶ Tradução livre.

No capítulo VIII - *Les Eaux des Villes (As águas das cidades)*, Fonssagrives, tece considerações sobre a água como fator de salubridade das cidades, abordando três tópicos: quantidade de água necessária nas cidades; origem das águas públicas; distribuição das águas (FONSSAGRIVES, 1874, p. 285).

Em relação à quantidade de água necessária nas cidades, Fonssagrives apresenta algumas recomendações como a da Comissão Geral de Saúde de Londres, que recomendava 62,8 litros por habitante/dia, sem se considerar o necessário para as indústrias e serviços públicos. Para Paris, havia a proposição de 150 litros por dia, distribuídos em 90 litros para uso doméstico (incluindo jardins) e 60 litros para os demais (indústrias e serviços públicos), com a proposição para 135 litros por dia/habitante e um total de 215 litros/dia para atender os serviços públicos e particulares (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 287 - 288).

Quanto à origem das águas, o médico higienista relatava serem dos rios, das nascentes, de poços (superficiais e artesianos), de cisternas (oriundas de águas pluviais), citando o exemplo do abastecimento de Londres e Paris. Em Londres, o abastecimento era alimentado pelos rios Tamise e Lea, por dois poços artesianos e nascentes próximas a cidade. Em Paris, pelo rio Sena e das águas oriundas das fontes naturais de Belleville e de Rungis (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 289 - 290).

Fonssagrives destacava ainda que a qualidade das águas podia variar conforme o tipo de captação e tratamento. As águas oriundas dos poços superficiais eram consideradas as de pior qualidade, por poderem conter matéria orgânica. As águas advindas de poços artesianos eram pouco arejadas, pois continham substâncias salinas e eram sujeitas às variações das marés. As águas das fontes eram consideradas de melhor qualidade, pois continham mais substâncias minerais e eram sujeitas a menor contaminação. Já as águas provenientes dos rios não eram totalmente seguras, pois também podiam conter matérias orgânicas e outros produtos tóxicos. Estas últimas deveriam passar por decantação e uma dupla filtração em bancos de cascalho e areia para posteriormente serem destinadas às casas. Dentro das residências era aconselhada a utilização de filtros de carbono (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 292 - 320).

Quanto à distribuição das águas, o pesquisador higienista inicia este tópico fazendo alusão à preocupação das antigas civilizações em relação à higiene delas, destacando os aquedutos romanos e seus reservatórios. Para Fonssagrives, a altura do local onde se localizava os reservatórios era um dos princípios fundamentais, pois as águas deveriam chegaraos locais de destino por gravidade (“sua própria pressão”). Havendo necessidade, vários reservatórios poderiam ser distribuídos pela cidade. Outro ponto importante era a sua refrigeração natural. Era necessário que os ductos condutores não propiciassem contato com o meio externo,

evitando assim a sua evaporação e contaminação (FONSSAGRIVES, 1874, pp. 324 - 332). O autor elabora críticas à utilização de ductos de chumbo e os seus possíveis efeitos nocivos.

É importante ressaltar que Fonssagrives atuava não só na área sanitária, mas em outros campos científicos. Além de médico higienista era um clínico vitalista, que ajudou a combater diversos mitos como o ceticismo terapêutico, considerado por ele, como uma verdadeira praga, grande inimigo da arte de curar. Este teórico higienista acreditava que a cura de determinadas doenças poderia vir da natureza (SAYD, 1998, p.113).

Segundo Sayd (1998) o renomado médico francês tinha o pensamento voltado para as temáticas da natureza, para os avanços na área da botânica, para os advenços na química e demais outras disciplinas das ciências. Esse estudioso utilizava novas técnicas médicas e farmacêuticas como experimentações de ervas, tinturas, pedras, metais e minerais, que, aos poucos, irão provendo o grande arsenal das drogas farmacêuticas introduzidas nos tratamentos e curas dos pacientes (LUZ, 1988, p. 87).

O ceticismo radical leva à expectativa, mas não à expectativa hipocrática. Estacoloca as prerrogativas da natureza e da arte de curar em seus devidos lugares; o médico é o intérprete e auxiliar da natureza, e observa e intervém nos momentos azados. O ceticismo radical leva a uma expectativa preguiçosa, a uma impotência e fatalismo terapêuticos (SAYD, 1998, p. 112).

No âmbito acadêmico, alguns classificaram Fonssagrives como teórico essencial para aprimoramento das técnicas terapêuticas e para área da medicina higienista. As ideias e temas diferentes sobre os quais o médico higienista debruçou-se foram interpretados, estudados e aprimorados com maiores detalhes pela comunidade científica.

O médico e pesquisador português Aureliano Pinto (1880) apresentava aos seus leitores a necessidade de afastar a população do contato com os focos causadores das enfermidades. Acreditava-se que o ar poderia ser corrompido através do lixo, portanto, esse propagador de doenças deveria ser retirado do ambiente urbano. Enfim, a comunidade científica da época acreditava que as epidemias eram causadas pelos ares atmosféricos, enfim, tinham a crença na propagação de doenças pelos odores fétidos.

É notório que existia no Brasil a subserviência à cultura e à ciência europeia como relata Felipe Bernardi Silveira (2010). O historiador descreve que os médicos do século XIX constituíam-se por uma junta de ex-estudantes das duas renomadas faculdades de medicina francesa: Paris e Montpellier, que serviriam de modelo para a criação de instituições congêneres no Brasil. Fator conseguinte, essas influências estenderam-se até o Brasil Republicano.

Outro cientista prestigiado pela classe médica brasileira foi o Dr. John Snow. O teórico britânico publicou um artigo em 1849 sobre a doença denominada cólera. A publicação tornou-se relevante para gerações posteriores. Dr. Snow acreditava que o esgoto misturado à água potável era o principal fator, e não um fator secundário, para a propagação do cólera, sendo considerada “a descoberta mais importante conquistada pela ciência médica na prevenção de epidemias de cólera” (SNOW, 1999, p. 34).

Snow foi importante para as pesquisas com relação à contaminação hídrica e, por meio de intensa investigação, mapeamento e métodos epidemiológicos quantitativos, identificou a origem do bacilo transmissor do cólera. Snow conseguiu relacionar o consumo de água aos casos de mortalidade por cólera, comprovando assim, a sua teoria de transmissão. Ele conseguiu cartografar e correlacionar os 616 casos de mortalidade que acometiam um determinado distrito de Londres ao fornecimento de água proveniente de bomba de água da Broad Street. O médico verificou que estabelecimentos próximos que não faziam uso da bomba de água apresentavam poucos casos de cólera; inclusive um hospício bem próximo dela tinha 535 internos e somente cinco deles adoeceram. Snow percebeu que o surto de cólera estava ligado a contaminação hídrica e não a fatores atmosféricos ligados à Teoria Miasmática (SNOW, 1999, pp. 115 - 163).

Luz (1988) afirma que a classe médica no século XIX passou a desfrutar de *status quo*, envolvendo-se em assuntos do governo com relação à saúde coletiva. Os médicos exerciam influências sociais, passaram a exercer funções de sociólogos e políticos, dando soluções de cunho científico para todos os problemas sociais. Assumiam cada vez mais um lugar importante nas estruturas administrativas.

É preciso dispor que os desenvolvimentos da ciência e das técnicas médicas proporcionaram à sociedade ocidental o entendimento da natureza, das causas das doenças, assim tornaram-se possíveis medidas de controle por parte de organizações públicas e, por consequência, o prolongamento da vida.

2.2. As influências do discurso higienista e sanitarista no ordenamento urbano

Françoise Choay (1979) salienta o papel do planejamento urbano enquanto norteador das ações relacionadas à cidade. A autora ressalta a funcionalidade e eficiência da cidade e elucida que os urbanistas progressistas se preocupavam em separar zonas de trabalho e espaços de habitação, áreas destinadas ao encontro de vários órgãos e entidades administrativo-culturais (chamados de centros cívicos) e os espaços destinados ao lazer, entre outras categorias ou subcategorias. Choay (1979) aponta que neste novo modelo progressista, havia a rejeição

sentimental ao legado estilístico do passado; o plano progressista não estaria ligado à limitação cultural, mas à procura da liberdade da razão, a serviço da estética e da eficácia. A eficácia estaria então relacionada à cultura do corpo, à saúde, higiene, helioterapia (tratamento médico que utiliza a luz solar), além da medicina. Choay (1979) ainda afirma:

[...] o modelo progressista é também cidade-espetáculo. A estética é um imperativo tão importante quanto a eficiência para esses urbanistas-arquitetos a quem a tradição europeia deu, em alto grau, uma formação de artista. Mas, conforme a seu modernismo, rejeitam qualquer sentimentalismo com respeito ao legado estético do passado. Das cidades antigas, que devem ser replanejadas, só mantêm o alinhamento, praticando esse urbanismo de ponta de faca que também satisfaz as exigências do rendimento [...] (CHOAY, 1979, p. 23).

Como afirmam Sevcenko (1993) e Benchimol (2003), o planejamento urbano brasileiro nas primeiras décadas do Brasil republicano foi um paradoxo: ao mesmo tempo em que representava o símbolo de progresso, acirrava as disparidades socioculturais. As construções de novos espaços como praças e alamedas acentuavam as divisões sociais e espaciais entre pobres e ricos. As classes empobrecidas eram vistas como ameaça à nova ordem política e econômica – um entrave para manutenção da ordem pública, pois, oferecia perigo de contágio das diversas doenças infecto contagiosas. A burguesia e a classe política acreditavam que as técnicas empregadas pela engenharia sanitária deveriam dar às cidades paisagens modernas, demolindo cortiços, afastando os casebres e dando lugar às novas construções imponentes, condizentes aos padrões burgueses. O povo indolente deveria ficar em bairros distantes, contudo, vigiado, impedindo assim, alguma possível subversão social.

Hochman (1998) salienta que o movimento sanitarista passou a ser um discurso político e ideológico estatal, tornando-se, assim, uma estratégia política da elite que detinha o poder. Para compreender essa dinâmica, faz-se necessário observar as influências da elite política e das classes médicas. Os médicos-sanitaristas proporcionaram intervenções no espaço urbano e estabeleceram a nova ordem higienista – ações sanitárias e medidas de profilaxia como inspeções de casas, vistorias em logradouros e bairros para eliminar os focos de mosquitos transmissores de Febre Amarela.

A preocupação com a higiene é revelada por Costa (1986) como tema de reflexão dos Tratados de Higiene e das teses defendidas na faculdade de Medicina da Europa e do Brasil. Os médicos higienistas estabeleciam relação entre as condições de habitabilidade, de adversidade financeira dos populares, à falta de conhecimento e a disseminação de doenças.

Como aponta Gondra (2003), o projeto higienista foi profundo e bem embasado, compreendendo as esferas política, médica e educacional. Esse movimento passou a fazer parte

da agenda da educação brasileira e as escolas tiveram papel primordial na efetividade do movimento sanitarista. A higiene do corpo e do espaço deveria ser ensinada nas diversas escolas do Brasil. Os jovens seriam os elos do movimento higienista e propagariam aos seus familiares a base do movimento. Para Gondra:

[...] Com esse esforço, a educação é convertida em caminho privilegiado para fazer disseminar a perspectiva higienista e higienizadora. Por seu intermédio, guiada pela matriz médico-higiênica, a humanidade poderia ser reinventada, dando origem a uma nova espécie: o *Homo hygienicus*. Utopia cunhada sob o signo da razão que, até hoje, contrariando os iluministas mais otimistas e radicais – das grandes verdades e dos valiosos conselhos –, tem demonstrado ser insuficiente para promover de modo igualitário o tão perseguido e tão sonhado projeto higienista (GONDRA, 2003, p. 35).

O discurso de cidade limpa e população polida relacionavam-se com a utopia de cidades livres de quaisquer epidemias ou endemias. Tal sonho, por sinal, podia ser traduzido em medidas impopulares e autoritárias. O caráter disciplinador e ao mesmo tempo segregador estava presente na agenda política do período. Diamantina, no interior mineiro, não fugia às regras, e passou a utilizar-se de normas e diretrizes de higienização. Certamente, menos coercitivas do que as que ocorriam nos grandes centros urbanos. Para os indivíduos que não enquadrassem nessa ordem sociopolítica, cabia a exclusão.

Rezende (1997) relata que o medo urbano de contaminação era uma preocupação contemporânea advinda da Grécia Antiga, em 1.400 a.C. Em seu estudo, consta que foram encontrados vestígios de vasos sanitários com descargas na ilha de Creta, que ilustram a preocupação com a higiene pessoal e coletiva no cotidiano das cidades gregas.

Outro momento histórico crucial para o fortalecimento de uma saúde social foi o século das Luzes (séc. XVIII), em que Estado passou a compreender que era necessário formar uma polícia médica, formada por soldados, médicos, higienistas, sanitaristas, etc., ideia decisiva para o desenvolvimento das *urbes* modernas (REZENDE, 1997, pp. 8-12)

Sayd (1998) acredita que a ascensão do iluminismo trouxe mudanças substanciais à medicina, pois o racionalismo presente nesse período histórico diminuiu as heranças medievais, sobretudo, as ligadas às doenças. A doença perde o seu *status* medievo de produto mágico, castigo divino, evento religioso e volta a ser compreendida como um evento natural, tendo o corpo enfermo a capacidade de se autorregenerar. O médico passa a dar respostas mais objetivas, coerentes e condizentes as doenças que acometiam a sociedade.

Recorrendo a Sayd (1998), pode-se afirmar que os médicos iluministas percebiam a natureza e o corpo com otimismo, preocupavam-se com diagnóstico e prognóstico, sem praticar intervenções violentas e, por isso, são denominados de médicos hipocráticos, confiavam na

capacidade de ler a natureza e conhecer sua ordem intrínseca, confirmando poderosa fonte para as atitudes terapêuticas dos novos cientistas (SAYD, 1998, pp. 51 - 52)

O controle das habitações, das ruas, dos hábitos das pessoas, dos ares fazia-se presente nas políticas governamentais europeias e no Novo Continente (Américas). O temor da doença contraída por meio das emanações oriundas dos corpos putrefatos acarretou o afastamento dos cemitérios nos bairros e/ou dentro dos templos religiosos. Essa opção de replanejamento urbano, imposta pela teoria miasmática, passou a alterar os velhos hábitos culturais, a proximidade entre mortos e vivos passou a ser vista como uma tradição perigosa.

Para os cientistas, os odores, as decomposições, os ares insalubres, os pântanos e as decomposições materiais orgânicas de origens vegetais ou animais passaram a ser objetos de estudos. Eles acreditavam que as emanações nocivas poderiam estar presentes nos solos úmidos, nas habitações dos pobres, nos hospitais, nos cadáveres, nos doentes, nas multidões, nas águas malcheirosas.

É importante salientar que a teoria miasmática esteve presente no terreno científico durante os séculos XVIII até as décadas finais do século XIX, quando a teoria bacteriológica se firmou como ciência. Sayd (1998) afirma que a medicina começou a dispor da microbiologia de forma lenta e gradual. Alguns médicos brasileiros passaram a questionar a teoria microbiana, considerando absurdas as afirmações de Pasteur com relação à ligação entre os germes e os acometimentos de doenças como meningite e tuberculose. Isto demonstra que a teoria miasmática estava arraigada tanto no imaginário das pessoas como nos estudos acerca dela. Elementos das teorias miasmáticas permaneceram até a década de 30 do século XX, certamente vinculados a outras teorias, como exemplo, a bacteriológica.

As décadas 80 e 90 do século XIX assistiram a uma transição importante na medicina ocidental. As descobertas nos campos da microbiologia e da bacteriologia promovidas por Koch (1843-1910) e, respectivamente, por Louis Pasteur (1822-1895) trouxeram significativas informações que contribuíram para quebrar as barreiras.

A medicina e novas medicalizações melhoraram a qualidade de vida de algumas pessoas. Um avanço importante foi a descoberta do soro “antidiftérico”. O responsável por esse avanço da medicina foi Behring (1854-1917), esse cientista conseguiu controlar a difteria, em crianças que sofriam dessa moléstia. Esse avanço na medicina fez com índices de mortalidade infantil fossem controlados em alguns países que utilizavam esse medicamento.

É importante salientar que a difteria ou crupe é uma enfermidade respiratória infectocontagiosa, causada pelo bacilo *Corynebacterium diphtheriae* que se instala nas

amídalas, faringe, laringe, nariz e, podendo alojar-se, nas mucosas e na pele (SAYD, 1998, p. 87).

No final da última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou a investir timidamente em ações contra as doenças. O estado de São Paulo esteve na vanguarda de elaborações das leis e decretos em relação ao setor de higiene pública e saúde social. Nos primeiros anos do regime Republicano, surgiram no estado de São Paulo os institutos o Bacteriológico, o Butantã e o Laboratório de Análises Clínicas.

A medicina urbana, como afirma Foucault (2001), estava vinculada ao poder público. Os administradores adotavam medidas de controle social das habitações, do fornecimento de água potável e esgotamento sanitário. O controle significava, portanto, controlar as epidemias e endemias, baixar as taxas de morbidades, aumentar a expectativa de vida populacional. Para Foucault (2001, p. 201), os agentes políticos investiram em órgãos de controle e construções de institutos voltados para as descobertas científicas. Em nome da Higiene, houve intervenções autoritárias e foram adotadas medidas de controle da população. Ou seja, era necessária a disciplinarização dos corpos, as técnicas disciplinares deveriam ser exercidas em diversos núcleos de poder, como os hospitais.

2.3. Urbanismo como higienização social

O Brasil das primeiras décadas do século XX experimentou o movimento urbanista de caráter elitista, sobretudo, coercitivo, que não pensava em mudar as condições socioeconômicas da população, mas impor a esse extrato social as normas e o controle social, o que demonstra que o urbanismo tinha o aspecto de “higienização social”.

A higienização, o saneamento e a imposição de posturas passaram a ser os fundamentos da sociedade do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O conhecimento médico e as novas medicações fazem surgir o mito de que a ciência iria extinguir as doenças. “O conhecimento do micróbio – a possibilidade de controlar o meio ambiente a partir de conhecimentos científicos – relegou a atividade terapêutica ao estatuto de prática inócua, supersticiosa e primitiva” (SAYD, 1998, p.132).

Ribeiro e Cardoso (1996) apontam que a classe pobre era entendida como um obstáculo à modernidade e à construção da nacionalidade. A pobreza era vista no início do século XX como entrave nacional. Já Villaça (1999) salienta que as cidades desse período deveriam ser o espelho das políticas agroexportadoras que sustentavam a economia brasileira, além de deter o poder político e administrativo.

O urbanismo no Brasil nasce da associação de embelezamento à arte, à arquitetura e ao ordenamento. O “populacho inculto” deveria ser mascarado e afastado das vistas da elite dos estrangeiros, como assim revelam Ribeiro e Cardoso (1996).

Nicolau Sevcenko (1993) salienta que a urbanização, apesar de ser coercitiva, viria a fornecer os instrumentos necessários para a modernização no Brasil. Ele destaca as obras realizadas nas cidades como o saneamento e a remodelação dos portos e das áreas centrais.

O urbanismo legitimado no Brasil apresentou-se como de característica regulamentadora e disciplinadora, pregando, portanto, a modernidade modelada nas grandes cidades europeias. Para boa parte da elite intelectual não havia espaço para os hábitos rurais, ditos como não polidos ou não-civilizados e anti-higiênicos. Como exemplo disso, é possível citar a criação do personagem Jeca Tatu, do escritor Monteiro Lobato. Jeca era a personificação do caipira atrasado, doente e preguiçoso. Esse tipo deveria servir de modelo negativo para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o urbanismo implantado no Brasil não promoveu a inclusão e o direito da população à cidade. Por outro lado, ele ressaltou o saber técnico-científico sobre a cidade. Mas isso começou a se modificar na década 1920, quando o Estado passou a ser o provedor das campanhas de saneamento, do urbanismo das cidades de pequeno e de médio porte. Os municípios passaram a criar e desenvolver melhorias em sua infraestrutura básica como a canalização de água potável e escoamento sanitário, através de empréstimos concedidos pelo Estado. Como explica Hochman:

A política federal de saneamento de profilaxia rural iniciada em fins da década 1910 e ampliada nos anos 20 foi, ao mesmo tempo, instrumento de solução possível para problemas de interdependência sanitária de Federação brasileira. Uma das mais importantes consequências dessa política, implementada pelo poder central, foi a constituição e ampliação do poder de autoridade sanitária. Gradativamente, esse processo alteraria por completo o contexto no qual dera a adesão dos estados, permitindo uma reorganização das relações entre o poder central e os estados, e entre Estado e sociedade (HOCHMAN, 1998, p. 152).

É importante salientar que a busca incessante pelo ideal de civilização e progresso são características inconfundíveis do período republicano. No entanto, a República não era o único sistema político a preocupar-se com o discurso higienizador. Segundo Benchimol (2003), já existiam no Brasil Império mecanismos de intervenções urbanas voltadas ao Distrito Federal e algumas cidades portuárias. De acordo com o autor:

[...] os problemas de saúde da capital brasileira começaram a ser debatidos na primeira metade do século XIX, em algumas das instituições criadas para aparelhar o recém

fundado Império, especialmente a Sociedade de Medicina e Cirurgia, inaugurada em 1829 e transformada em Academia Imperial três anos após a criação, em 1832, das faculdades de medicina do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 2003, p. 237).

A criação de instituições médicas foi primordial para a melhoria da higiene e do controle de determinadas doenças nos trópicos. Todavia, foi preciso criar leis rigorosas para normatizar as vidas dos cidadãos, como enfatiza Ederlaine Seixas (2008). Segundo a historiadora, em 1º de outubro do ano de 1828, entrou em vigor a primeira Lei Imperial no Brasil, a qual dava forma às Câmaras municipais e suas atribuições; nela havia uma normatização com o propósito de estabelecer novos padrões sanitaristas no Brasil. Previa-se a intervenção no espaço urbano como a eliminação de pântanos, dos focos de exalação dos miasmas, dos morros, pois impediam a circulação do ar, procurava-se ter maior asseio dos currais e matadouros públicos. No Título III das Posturas Policiaes. O Artigo 66 estabelecia:

Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objectos seguintes:

§ 1º Alinhamento, limpeza, iluminação, e desempachamento das ruas, cáes e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança de edificios e prisões públicas, caçadas pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em benefício commum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações.

§ 2º Sobre o estabelecimento dos cemitérios fôra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento dos pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros públicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depósitos de immundicies, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosphaera.

§ 9º Só nos matadouros públicos, ou particulares, com licença das Câmaras, se poderão matar, e esquartejar as rezes; e calculado o arrombamento de cada uma rez, estando presente os exactores dos direitos impostos sobre a carne; permitir-se-há aos donos dos gados conduzir os depois de esquartejados, e vendel-os pelos preços, que quizerem, e aonde bem os convier, com tanto que os façam em lugares patentes, em que a Câmara possa fiscalisar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim como a fidelidade dos pesos.⁷

Cabe salientar que importante compreender cronologicamente o processo que foia higienização. Como as leis e normas que foram homologadas no período Imperial; algumas foram prontamente seguidas, outras demoraram décadas para serem inseridas no cotidiano dos municípios, devido às questões religiosas e culturais. Em Diamantina, houve uma disputa

⁷ Disponível em: <LEI http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em 30 de julho de 2021.

histórica com relação à construção do cemitério. O processo foi moroso, com diversas contendas entre políticos e clérigos. Resumidamente, o cemitério só foi inaugurado em 1914, já no Brasil república. A lentidão na construção desse espaço deu-se em virtude de disputas entre a tradição religiosa da Igreja Católica de enterrar seus mortos nos espaços santos das igrejas diamantinenses e as normas estabelecidas pela Câmara Municipal, pautadas nos preceitos científicos e nas posturas a serem seguidas.

A aceitação desse novo espaço foi lenta e gradual: as práticas tradicionais de se enterrar os mortos dentro ou ao lado das igrejas não foi eliminada de forma abrupta. Para aceitação e efetivação das normas de se enterrarem os mortos no cemitério, era necessário quehouvesse mudanças de mentalidade e de maior grau de compreensão dos riscos decontaminação que a sociedade corria. Prescindiu-se de muita militância dos jornais diamantinenses de cunho progressistas, de convencimento político perante os cidadãos, de coerção policial e o esclarecimento das novas gerações em assimilar as normas higiênicas.

Boa parte da classe política e da imprensa diamantinenses partia da concepção de que a cidade necessitava seguir as práticas médicas e as teorias oriundas dos Tratados de Higiene Pública elaborados por renomados teóricos. Enfim, parte dessa sociedade passou a ter a percepção que deveria seguir os códigos de posturas. As preocupações com a salubridade, com o bem-estar dos diamantinenses acabaram por induzir as construções de novos espaços arborizados na configuração física da cidade, considerados por parcela dos agentes públicos como algo importante a sociedade.

Como salienta Mello (1987), o desenvolvimento industrial e produtos consumidos pela população brasileira na década de 1920 foram importantes para a modernização da economia brasileira; logicamente, esse capital gerado pela sociedade brasileira serviu para personificar a mentalidade da elite nacional de se fazer as reformas urbanas necessárias nas grandes, médias e algumas cidades polos do interior brasileiro. Essa cultura era denominada como “cultura de reforma”, pelo autor já mencionado.

Membros da classe dominante acreditavam que a nação alcançaria o progresso através da ciência e da técnica, ou seja, a cidade deveria atender ao novo padrão reformista que buscava civilizar e modernizar. Enfim, o ideal modernizador teria o poder de efetivar toda a sorte de transformações ocorridas nas cidades, como reorganizá-las, higienizá-las, alcançando assim, o progresso e desenvolvimento idealizado pelas classes abastadas.

Jessé Souza (2019) afirma, em sua obra “*A Elite do Atraso*” que o Brasil adentra o século XX em franca mudança econômica e social, em meio à continuação de padrões valorativos e políticos herdados sob as máscaras modernas do escravismo. Segundo Arruda

(2013), “O Brasil no início das primeiras décadas do XX, passa por uma modernização conservadora é uma forma de explicar como os diversos setores da sociedade têm sua participação política limitada e são excluídos do controle do processo de modernização econômica” (ARRUDA, 2013, p. 38). Para Arruda (2013), a modernização ocorrida nas primeiras décadas do século XX foi excludente com as classes empobrecidas, ou seja, a transformação ocorreu pelo alto, o que assegurou, prioritariamente, os interesses dos grupos que dominavam o Estado.

As tecnologias e o discurso modernizador (SEVCENKO, 1995), aclamadas pelas ciências médicas do século XIX, cercaram a todo instante o ideal Republicano Positivista Brasileiro⁸. Este, prolongou-se até a década de 1930, de modo que a nova elite letrada, composta por médicos-sanitaristas, urbanistas, políticos, enfim, uma série de outros atores, iriam protagonizar os papéis de “civilizadores” da nação.

É interessante elucidar que diversas cidades do interior brasileiro passaram por momentos de (re) organização socioespacial, de alinhamento urbano pautado em normas impostas pela medicina social, seja em seu projeto higienista, de viés conservador, seja em seu projeto sanitarista, de cunho reformista. De tal modo, no afã de definir contornos dessa nova identidade, várias medidas foram adotadas para institucionalizar as ações governamentais. Sob esta ótica, a reforma sanitária apresentava-se como um caminho viável para a construção do país. Simultaneamente, todas essas transmutações estavam no discurso de progresso e modernização das estruturas econômicas, políticas e sociais.

Como aponta o médico sanitarista Belisário Penna, em 1918, os preceitos sanitários seriam a única alternativa para o progresso do país. As medidas sanitárias teriam de ser aplicadas e difundidas nas cidades, haja vista as primeiras décadas do século XX, em que a doença era apresentada como uma mazela geradora de “atraso”, e para superá-lo era necessário o aval das classes políticas e dos meios intelectuais.

A doença passa a ser entendida como ônus para a economia e a sociedade. De acordo com Sayd (1998, p. 139), “o sujeito não possui mais saúde para si, ele é uma máquina de riquezas que não tem direito de se estragar. Assim, a manutenção da saúde é tanto uma obrigação do Estado como de cada cidadão”. Para o autor, o cidadão não tem o direito de adoecer e contaminar os demais; logicamente, essa é uma visão da realidade social passada

⁸ De acordo com Carvalho o positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Assim sendo, desconsideram-se todas as outras formas do conhecimento humano que não possam ser comprovadas cientificamente. Deste modo, o cientificismo passou a ditar a agenda política republicana (CARVALHO, 1990).

pelo crivo da jurisprudência biológica em que a doença passa ser uma espécie de delito frente à sociedade.

Várias cidades do interior brasileiro almejavam o progresso. Assim, era comum que cidades pequenas almejassem as novas modernidades, tais como: estação ferroviária, canalização de água potável, rede de esgoto, acesso a rede elétrica, teatros, cinemas, praças, ruas largas e arejadas. Esses eram alguns dos desejos dos atores políticos (agentes do executivo e do legislativo), juntamente com a elite letrada (jornalistas, profissionais liberais etc.) que traziam o anseio pelo novo, pela modernidade, aspiravam implantar hábitos civilizados oriundos da Capital Federal (Rio Janeiro). Os novos costumes eram apresentados em jornais, em forma de leis e normas promulgadas para a sociedade. Isso pôde ser percebido notoriamente em leituras de fontes documentais, como os jornais do período estudado.

O Brasil republicano pregava a doutrina do progresso. Christopher Thorpe (2016) defende que a noção de progresso teve o pioneirismo de Auguste Comte, que desenvolveu essa ideia a partir de uma abordagem abrangente do estudo da sociedade, baseando-se em princípios científicos. Segundo Thorpe (2016), Comte identificou três estados do progresso da humanidade. O primeiro, o estado teológico, que terminou com o Iluminismo no final do século XVII; a partir de então, o foco começa a mudar do divino para o humano. A ciência veio auxiliar o pensamento racional.

É importante salientar que a ideia de progresso no Brasil tinha o caráter positivista. As elites político-intelectuais da nação compartilhavam, de certo modo, que o poder das ciências, com seus avanços tecnológicos e descobertas científicas, produziriam um país moderno. Arruda (2013) enfatiza que, na América Latina, havia uma ideologia de modernidade pautada na tradição e modernidade, ou seja, “a modernidade não surgiu para anular a tradição”. Enfim, a própria modernidade é que traria a instauração do moderno, a expectativa da novidade, do movimento e aceleração do tempo, passa ser algo transformado em tradição, algo que deve ser repetido, portanto, estruturante na vida das sociedades modernas (ARRUDA, 2013, p. 39).

Portanto, o Brasil das três primeiras décadas do século XX queria ser moderno, no entanto, sem perder a sua tradição. Modernizar-se era entendido como necessário, todavia, as estruturas socioeconômicas tinham de se manterem intactas. As classes portadoras dos meios de produção queriam fazer do Brasil uma nação forte, pujante, uma potência capitalista sul-americana e, para tanto, era necessário ordenar, civilizar, disciplinar, urbanizar as cidades.

Para determinados grupos políticos do interior brasileiro, a “modernidade” e a “civilidade” precisavam vir pautadas por preceitos que enaltecem a moral católica. As novidades e modelos advindos dos grandes centros urbanos, como Belo Horizonte e Rio de

Janeiro, não podiam transformar totalmente as estruturas socioculturais engendradas no cerne dessas sociedades tradicionais. As mudanças deveriam ser extremamente calculadas pelas classes dominantes para não gerarem problemas futuros, como insubordinações dos extratos sociais menos abastados ou ascensão socioeconômica.

O tema será pormenorizado no segundo capítulo, onde será analisada a urbanização da cidade de Diamantina. Essa leitura será possível através das atas e relatórios municipais, que ajudarão a compreender e responder às indagações a respeito dos agentes políticos. Boa parte dos mesmos tinha preocupações com progresso, modernização, intervenções urbanas, a concepção de higiene, civilidade e saneamento.

2.4. Saneamento do Brasil no período republicano

Ressalta-se que o saneamento básico do Brasil do período republicano era entendido como um início de política pública de bem-estar. Diferente da política de bem-estar de países europeus desenvolvidos economicamente, a política de bem-estar estava relacionada a proteção social principalmente aos extratos sociais empobrecidos. A instauração dessa política tem a sua trajetória entre meados do século XIX e o início do século XX nos países industrializados.

Segundo Penna (1918), os cuidados com a higiene da população e saúde seriam responsáveis pela regeneração do povo e consolidação de uma nação brasileira. Contudo, o autor acreditava que o país precisava de mais cuidados para com a sua população. Alertava para os perigos dos meios de transportes modernos como trem de ferro e perigo de contágio. De acordo com Penna (1918),

[...] As estradas de ferro, que em toda parte constituem elementos de progresso de desenvolvimento econômico, em Minas têm produzindo malefícios de tal ordem, que si se der um balanço entre o bem e o mal por ellas acarretado, sem contar déficits normaes, verifica-se-á infelizmente um resultado negativo sob vários aspectos, sobretudo sob a saúde dos seus habitantes. Graças a essa facilidade de transporte têm sido elles sacrificados aos milhares pela moléstia de Chagas e pelos impaludismos, porque o governo do estado, com criminosa indiferença não cogita absolutamente da sua defesa sanitária, e de deixá-los locomoverem-se desarados e inconscientes para os sorvedouros de vidas e de atividades, vendo, sem se impressionar, elevar-se assustadoramente a cifra dos idiotas, dos aleijados, dos papudos, dos estafados e dos cacheticos⁹. [...] (grifo nosso). [...] Essa enorme massa de gente que acompanha a

⁹ O termo “papudo” referido por Belisário Penna é uma patologia denominada atualmente de bócio. O bócio é um problema caracterizado pelo aumento do tamanho da glândula tiroide. O aumento do tamanho dessa glândula normalmente está associado com uma falta de iodo na alimentação, ocorrência que configura o chamado bócio endêmico. Em 1831, Boussingault, um pesquisador francês, percebeu que a causa do bócio estava na deficiência de iodo e sugeriu a adição do nutriente ao sal para prevenir esse problema. Segundo Pontes (2009) foi promulgada

penetração das estradas e afunda-se mais pelos sertões, inutilizando-se pela doença, elevando o número de depositários de germes perigosos [...] (PENNA, 1918, p.21-22).

Está muito presente nas produções intelectuais do sanitarista a crença na racionalidade científica, a busca pela organização e administração pública, independentemente dos conflitos políticos; entretanto, sabe-se que, muitas vezes, isso também é uma retórica política. Todavia, o discurso sanitarista revelou-se como um discurso político-ideológico do aparelho estatal, como apresenta Hochman (1998):

A política federal de saneamento de profilaxia rural iniciada em fins da década 1910 e ampliada nos anos 20 foi, ao mesmo tempo, instrumento de solução possível para problemas de interdependência sanitária da Federação brasileira. Uma das mais importantes consequências dessa política, implementada pelo poder central, foi a constituição e ampliação do poder de autoridade sanitária. Gradativamente, esse processo alteraria por completo o contexto no qual dera a adesão dos estados, permitindo uma reorganização das relações entre o poder central e os estados, e entre Estado e sociedade (HOCHMAN, 1998, p. 152).

As teorias médicas da época exigiam que o saneamento deveria adotar medidas profiláticas, criações de instituições voltadas à profilaxia e implantação de postos de saúde nas cidades-polos regionais, evitando assim, a contaminação dos cidadãos.

O jornal *Diamantina*, em 27 agosto de 1927, publicou uma notícia com relação à conferência realizada pelo sanitarista e idealizador da Liga Pró-Saneamento, Belisário Penna, na Capital Mineira. Na matéria, o redator repassou a palestra dada pelo referido sanitarista, que apresentou dados epidemiológicos oriundos de levantamentos produzidos pelo recém-fundado *Serviços de Prophylaxia Rural*. Segundo o jornal, Penna apontava que os dois principais agravos eram a lepra (hanseníase) e as verminoses:

A propósito das verminoses intestinaes, [Penna] demonstra, citando as estatísticas dos Serviços de Prophylaxia Rural e da Comissão Rockefeller, em quasi todos os Estados do Brasil, que 95% dos brasileiros são portadores de vermes intestinaes e desses, 75% trazem o da opilação¹⁰. Para esta moléstia porém, há modernamente um remédio que, aproveitando as propriedades vermífugas do treta chloreto de carbono chimicamente puro, é de efeito insuperavel na debellação da uninariose: o vermicide lançado pelo Laboratorio Merck, da Alemanha, sob denominação de Nectorina Merck.[...]. [...] Sobre a lepra, o mais grave problema sanitário do paiz, [Penna] diz que <<não existe meio mais conhecido e seguro de exterminal-a, sinão o segregamento de todosos lepros em colônias ou municípios especiais de leprosos>>.¹¹

no Brasil a Lei 1.944, 14 de agosto de 1953, obrigando a iodação do sal para deficiência desse nutriente (PONTES, 2009, p.113-114). Já o termo “cachéticos” era usado para definir quadro de desnutrição agudo.

¹⁰ Opilação – termo utilizado para designar a ancilostomose, infestação causada por dois parasitas diferentes (*Ancylostomaduodenale* e *Necatoramericanus*), sendo também conhecida como amarelo, barriga d’água e doença do Jeca Tatu (FAVARETTO, 2016, p. 01).

¹¹ “Diamantina”. *Diamantina*, 27 de agosto de 1927. Ano I, nº 33, p. 1. col. 2.

Como visto no recorte citado, havia nesse período uma forte tendência em excluir do convívio social os portadores da hanseníase criando, assim, os diversos hospitais especializados, as comunidades e cidades lazarentas, verdadeiros depósitos humanos. Somente nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, os internados compulsoriamente nos asilos-colônia passaram a ter a prerrogativa de deixar a instituição para fazer o tratamento ambulatorial, hospitais e/ou Santas Casas de Caridades. Entretanto, muitos pacientes escolheram permanecer nessas colônias, por terem perdido os vínculos socioafetivos (MARZLIAK *et al.*, 2008).

Cabe esclarecer que houve no Brasil um Plano Nacional de Combate à Lepra impulsionado pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Apesar de estimular a realização de censos a respeito da hanseníase, de incentivar a elaboração de pesquisas, ou mesmo refazer a legislação existente, a prática isolacionista intensificou-se no Brasil (MARZLIAK *et al.*, 2008).

Enfim, como aponta a historiadora Keila Carvalho (2015), à hanseníase era vinculada à pobreza socioeconômica e, principalmente, à falta de higiene. A autora entende que a

[...] lepra era vinculada às ideias de sujeira, promiscuidade e miséria humana. O leproso era aquele indivíduo com o qual ninguém desejava se relacionar, era um genuíno “indesejável” na sociedade. Além dessa marca, a pouca precisão dos conhecimentos médicos sobre a doença – por exemplo, se era hereditária ou não, como se dava a transmissibilidade e a dificuldade em isolar o bacilo causador da lepra – também contribuía para que a política de isolamento se sustentasse (CARVALHO, 2015, p. 242).

A partir da leitura de jornais diamantinenses de época, percebe-se essa discriminação diante aos doentes de hanseníase, ou seja, Diamantina não fugia à regra e havia na cidade locais específicos de reclusão desses doentes. A Santa Casa de Caridade possuía um espaço reservado onde ficavam internados acometidos por essa enfermidade. O antigo Hospício de Diamantina que funcionava anexo à Santa Casa de Caridade, servia como ambulatório, pois havia perdido sua função de cuidar dos “alienados” no ano 1906, quando acabaram seus poucos recursos públicos. Posteriormente, esse local assumiu outra finalidade, passando a ser espaço ambulatorial, recebendo os leprosos empobrecidos da municipalidade. Além disso, Diamantina funcionava como cidade polo recebia doentes de todo entorno regional.

O espaço ambulatorial era mantido economicamente por escassas doações, donativos e pela municipalidade. Os demais doentes, com condições econômicas melhores, ficavam em seus lares, por conveniência familiar. De acordo com os valores culturais da época, acreditava-

se que os enfermos deveriam ficar afastados do convívio social, pois eram considerados um perigo à saúde pública, podendo transmitir aos demais membros da sociedade a moléstia.

Como informam os jornais locais *Voz de Diamantina* e *Pão de Santo Antonio*, havia um outro espaço destinado ao enterro dos lazarentos e os acometidos de varíola em Diamantina. O local era situado na Chácara das Bicas. Os periódicos apontam para a chegada de casos de varíola, no ano de 1897, essa fez desencadear o aumento significativo do número de mortos. Naquelas edições, havia notas que demonstravam a preocupação e, ao mesmo tempo, o receio das autoridades com a situação da população carente; por isso, a necessidade de excluí-los do centro da cidade de Diamantina.

Há aqui abertura de uma discussão profunda: em nome da medicina higienista, foram repelidas as camadas empobrecidas da sociedade. O Estado passa assumir então o papel do vilão que condena e reprime, pois considera os representantes dessa categoria como promíscuos, insalubres, em risco iminente de morte, infectados nocivos à saúde da sociedade de forma geral. No ano 1902, edificou-se um novo espaço denominado “Cidade dos Pobres”, situado no atual bairro Rio Grande, local destinado à população marginalizada e desprovida dos mínimos recursos sanitários, atualmente, conhecida por Associação Asilo Pão de Santo Antônio, que assiste o público idoso e pessoas carentes.

Voltando à nota do jornal *Diamantina*, de 1927, na qual são repassadas as informações fornecidas pelo médico Belisário Penna, foi enfatizado que as verminoses eram as piores mazelas da população brasileira, pois acometiam grande parcela dos cidadãos brasileiros. Segundo Penna, havia tratamento medicamentoso, além de ações ligadas à saúde pública, tais como a melhoria do sistema de abastecimento da água potável, esgotamento sanitário e a reeducação das camadas populares, conduzindo-as aos bons hábitos higiênicos.

Hochman (1998), em seus estudos, faz relação entre as epidemias e o movimento de nacionalização da saúde pública nas primeiras décadas do século XX, correlacionando-o à fundação de vários institutos, dentre eles, o de Profilaxia Rural. Para o autor:

[...] A doença desafiaria e reorganizaria a ordem política derivada do pacto federativo. Para proteger cada uma das unidades constituintes do país, e suas populações, e mesmo o país como um todo a solução evidente seria a ampliação da autoridade federal para promover políticas de saneamento e saúde em todo território nacional (HOCHMAN, 1998, p. 84).

O jornal *Diamantina* deixou isso evidenciado no dia 18 de setembro de 1927, ao redigir a nota, *Mens sana in corpore sano – A reorganização dos serviços sanitários do Estado*, que

expressava o anseio de tornar Minas Gerais um estado condizente com o projeto sanitaria urbanizador republicano:

Acaba de ser sancionada pelo snr. Presidente do Estado a lei 961, de 10 do corrente, reorganiza os serviços sanitários do Estado.

Problema de máxima importância para os destinos da nacionalidade por isso que entende com a saúde e a vida dos cidadãos, elemento primordial de todo o Estado, é para nós motivo de justo orgulho e grande ufania accentuar a clarividência e o patriotismo com que o Congresso Estadual, superiormente inspirado pelo illustre estadista que, nesta hora, preside os destinos. Minas traçou as normas e estabeleceu os meios dentro nas quaes se acautelará, mais proveitosamente, a saúde collectiva quer debellando os surtos epidêmicos, quer crendo ambiencia contraria ao apparecimento de certas mollestias infecciosas, por severo policiamento sanitário nos domicílios, logradouros públicos, [...] estabelecimentos commercias etc., seguindo de rigorosa execução das mais aconselháveis medidas de prophylaxia geral [...].¹²

Na matéria citada, também foi relatada a maneira pela qual o sistema de saúde pública seria reestruturado. As Inspetorias seriam submetidas à Direção Geral de Saúde e iriam desempenhar um papel fundamental na higienização do estado de Minas Gerais, a partir do final da década de 20 do século XX.

[...] De acordo com a recente lei, a actual Directoria de Hygiene passará a ter a denominação comprehensiva de Directoria de Saude Publica, subordinada à Secretaria da Segurança e Asistencia Publica, ficando-lhes affectados todos os serviços de hygiene do estado ou de que, de qualquer forma interessem á saude publica, para o que ella se acha aparelhada dos seguintes orgams technicos [...]

2º) Inspectoria de Demographia e Educação Sanitária; 3º) Inspectoria dos Centros de Saúde, Epidemiologia e Prohylaxia Geral, superintendendo as delegacias de saúde districtais, os centros de aude districtaes, os centros de saude, os postos municipaes de hygiene os hospitaes de isolamento; 4º) Inspectoria de Engenharia Sanitaria [...].¹³

Os administradores públicos brasileiros da década de 20 perceberam então a necessidade de se estabelecer um sistema de saúde mais consistente, embasado em normas e técnicas científicas, baseado no modelo vigente da Europa Ocidental. Nessa nova perspectiva, caberia aos estados e municípios propor mudanças no modelo assistencial de saúde coletiva.

Em Minas Gerais, tal reestruturação foi assim descrita pelo jornal *Diamantina*.

[...] Afim de que a sua acção não se restrinja unicamente á Capital do Estado, como infelizmente, vinha acontecendo com a Directoria de Hygiene, da qual o habitante do interior ouvia falar somente de longe em longe, quando irrompia alguma epidemia, [...] será o Estado dividido em tantos districtos sanitários quantos se fizerem necesarios a rapida e efficiente execução das providencias relativas á defesa da saúde collectiva, havendo em cada districto sanitário um Centro de Saude perfeitamente

¹² “Diamantina”. *Diamantina*, 18 de setembro de 1927. Ano I, nº. 36, p.1.col.1.

¹³ *Idem*.

aparelhado para attender ás necessidades urgentes dos municípios situados dentro em suas jurisdicção.¹⁴

Por meio da mesma nota publicada no jornal *Diamantina*, percebia-se o esforço do governo mineiro pela consolidação do sistema saúde pública. De tal modo, foi adotada uma tática de convencimento popular, exaltando a tradição e o patriotismo:

Uma das disposições da nova lei, que interessa muito as municipalidades de estabelecer postos permanentes de hygiene para promover as necessidades locais, mediante pequena contribuição pecuniaria, a titulo de auxilio ao Estado para o pagamento de despezas e obrigando-se adoptar a legislação sanitária estadual. Pensamos que nenhum municipio deixará de ir ao encontro do Estado, para, de commum acordo, em perfeita harmonia de vistas, Estado e municipios, auxiliando-se mutuamente [...]. Bem que haja, pois o governo de Minas, que, com a mais nítida e honesta compreensão dos elevados deveres que lhe cabem, depois de ozonar o ambiente político de sopro forte de liberalismo, que aviva no peito do coração de cada Mineiro o amor de Minas, intente agora, numa arrancada de civismo preservar o homem das moléstias que possam amollental-o, que possam desvirilizar-o, para conserval-o são, forte e apto para o serviço da pátria [...].¹⁵

Tendo em vista a nova política de descentralização das ações de saúde, a elite política de Diamantina viveu um momento de grande expectativa e euforia, pois havia a possibilidade da criação de um posto de saúde na cidade. A cidade, até a homologação da lei de abertura do posto de saúde, denominado Delegacia de Hygiene Municipal, vivia sob a triste realidade de surtos endêmicos e, com isso, as ações de atenção à saúde eram realizadas de maneira esporádica em situações consideradas de grande risco (surto epidêmico nas regiões próximas ou na sede).

Os representantes políticos locais almejavam ter um Distrito Sanitário, pois considerava a cidade de Diamantina um ponto de referência, portadora de certo grau de desenvolvimento quando comparada às demais cidades circunvizinhas. A cidade oferecia serviços que representavam a modernidade, como a Estrada de Ferro Central do Brasil:

[...] O município de Diamantina, congratulando-se com o exm. Sr. presidente Antonio Carlos pela promulgação da lei 961, de 10 do corrente, esperando seu alto espirito de justiça seja aqui localizado um dos districtos sanitários para o que está naturalmente indicado como ponto de mais próximos servindo por estrada de ferro, dos municípios [...] como há de parecer ao exm. sr. dr Secretario de Segurança e Assistencia publica, que, certamente, não deixara de propol-o [...].¹⁶

¹⁴ “Diamantina”. *Diamantina*, 18 de setembro de 1927. Ano I, nº.36, p.1. col.2.

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ “Diamantina”. *Diamantina*, 18 de setembro de 1927. Ano I, nº.36, p.1. col.4.

Para atender às novas normas sanitárias, a Câmara Municipal de Diamantina passou a adotar novas posturas municipais, através de um sistema de Vigilância Sanitária, no início da década de 1930, que teve como principal colaborador, a polícia.

As ideias contidas nessas posturas são inovadoras com relação à transmissão de doenças, pois extrapola o âmbito municipal. Surge um movimento de inspeção, prevenção. Mesmo não havendo em Diamantina o agente transmissor da Febre Amarela, dispôs-se de complexos mecanismos de proteção aos munícipes. Isso pode ser evidenciado no Relatório apresentado em 2 de junho de 1931, enviado ao Dr. Raymundo Gonçalves da Silva, M. M. Juiz de Direito da Comarca, pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal, Juscelino Dermeval da Fonseca:

[...] Não há em Diamantina o mosquito transmissor do typho icterode. Tendo-se, porém, verificado, em 1929, no vizinho municipio de Corintho, varios casos positivos de febre amarella, um dos quaes veio ter desenlace fatal nesta cidade, tomei as medidas preventivas que estavam ao alcance da Camara e eram necessárias à nossa defesa. Incumbi da vigilância sanitaria sobre os viajantes procedentes do foco amarillico o dr. Gustavo Alves Prado, solicitando de todos os hoteis e pensões uma relação diaria dos hospedes chegados por via férrea. Sob a fiscalização do então delegado de policia, tenente Jader Ramos, procedeu-se ao expurgo diario dos carros de passageiros, bagagens e mercadorias, fornecendo a Camara o material preciso [...].¹⁷

Apesar de a cidade não sofrer surto epidêmico como o da febre amarela, ficava explícita a preocupação em seguir as normas estabelecidas nos tratados de higiene, que solicitavam às autoridades médicas que fizessem as fiscalizações necessárias, fossem elas em relação aos meios de transportes, às casas, hotéis, pousos etc. Ou seja, os principais vetores “condutores” das doenças deveriam ser impedidos de circular, evitando assim, a transmissão da doença para os habitantes da cidade e região. A partir da nova perspectiva sanitária, o espaço urbano é tido como o principal foco para as ações de saúde pública. Tendo em vista a crescente urbanização vivenciada por determinados municípios, foram efetivados muitos projetos de saneamento municipais. Os serviços de saneamento básico, já naquela época, eram tidos como determinantes de saúde, sendo considerados responsáveis pelo prolongamento e qualidade de vida dos munícipes, entendidos como sinônimo de prosperidade e civilização. Isso fica bem elucidado na matéria publicada pelo jornal *Diamantina*, de 19 de dezembro de 1926:

Já um dos nossos illustrados clínicos declarou, com espírito, que, canalizada a agua com está sendo, perderão os medicos grande parte de sua clientela em Diamantina. E

¹⁷ FONSECA, Juscelino Dermeval da. Relatório: prestação de contas da Camara Municipal de Diamantina. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931. p. 14.

só isso, só o desaparecimento de vários molestias infecciosas, que a imperfeição do nosso abastecimento d'agua e rêde de exgottos mantem endemicamente na cidade, ceifando annualmente innumeras vidas de adultos e crianças, só isso constitue beneficio de tal ordem, que difficilmente poderá ser igualado, mas nunca ultrapassado.¹⁸

[...] Dentro de poucos dias, teremos, pois, no Alto do João Portuguez¹⁹, a jorrar com vasão de 18 litros por segundo, ou 1.555. 200 litros em 24 horas, a limpida e saborosa agua do Pau de Fructa. Esse serviço, que consubstancia e realiza o maior sonho dos diamantinenses, completando, como vae ser, pela rêde de distribuição d'agua na cidade a rêde de exgottos, já em hasta publica, não encontra similar na serie de melhoramentos que as administrações municipaes tem trazido a Diamantina. De facto: esse serviço é saude, o saneamento, a hygiene da cidade; elle vem assegurar à nossa população um dos maiores confortos da vida civilizada: constituiráelle - por isso, o mais alto índice da cultura e prosperidade de nossa terra [...].²⁰

As reformas urbanas, de modo geral, foram marcadas no Brasil por uma busca pelo aperfeiçoamento dos serviços públicos. Logo, os espaços urbanos deveriam ser estruturados de acordo com normas sanitárias e de urbanização. Com isso é possível concluir que o discurso sanitarista se tornou político e socioeconômico, passando a vislumbrar o aparelho Estatal que, por sua vez, operando por sistemas burocrático-administrativos, passou a ampliar o seu controle sobre o conjunto da sociedade. As cidades passaram a firmar parcerias com as classes técnicas científicas, seja por intermédio da engenharia ou pela ciência médica, que legitimava a prática de controle e intervenção da vida de seus munícipes.

¹⁸ “Diamantina”. Diamantina, 19 de dezembro de 1926. Ano I, nº1. p.1. col. 2.

¹⁹ O espaço Alto João Portuguez é atualmente a Av. Sílvia Felício dos Santos. Bairro Alto Bom Jesus.

²⁰ “Diamantina”. Diamantina, 19 de dezembro de 1926. Ano I, nº1, p.1. col. 2.

3. A URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE DIAMANTINA

Entre finais do século XIX e início do século XX, nota-se uma série de transformações que perpassam pelos campos políticos, sociocultural e econômico. A República trouxe novas perspectivas constituíam-se em nome de um ideal de modernização e de civilização. Esse período foi marcado por grandes transformações, tanto nas áreas de urbanização, expansão das ferrovias no interior do Brasil, melhorias nas comunicações como telégrafos, telefonia e melhorias no saneamento sanitário como pode ser visto no decorrer deste capítulo, o principal documento utilizado foi o Relatório de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina de 1931.

Com base nesse documento pode-se perceber a cidade de Diamantina foi (re) construída por uma sociedade que almejava a modernidade, no entanto, sem perder à tradição. Para tal, os agentes políticos diamantinenses propuseram a urbanização e os melhoramentos urbanos. Os cidadãos diamantinenses viram surgir às construções de parques, os calçamentos de ruas, as edificações de praças. No entanto, a popularização do fornecimento de energia elétrica e esgotamento sanitário serviram a uma pequena parcela da população, pois ambos os serviços básicos atenderam, em um primeiromomento, as áreas centrais. O processo de saneamento urbano não foi introduzido na República, havia posturas e regras no Brasil Império, havia um processo de mudança e permanência, em torno do sanitarismo urbano. No entanto, na República os governos estaduais começaram a solicitar o auxílio federal - técnico financeiro e de recursos humanos sobre condições sanitárias. É importante ressaltar que houve uma caminhada sistemática de combate as diversas doenças no Brasil, patrocinado por meio da Inspetoria de Higiene e Saúde Pública (HOCHMAN, 1998, pp. 102 - 103).

As iniciativas conduzidas pelos agentes públicos para o ordenamento urbano em Diamantina são antigas. Entre elas, é possível citar o Código de Posturas de 1846. Como salienta Souza (1993), a Câmara Municipal de Diamantina passou a estabelecer novas posturas. Pelo documento, nota-se que o município dispensou atenção especial às águas estagnadas, matadores públicos, açougues, curtumes de couro, cemitério e outras tantas emanções entendidas como nocivas à saúde dos cidadãos. Vale lembrar que essas posturas não foram implementadas imediatamente pela sociedade diamantinense, a inserção de novos hábitos e costumes levaram um tempo até se tornar corriqueiros.

As obras desenvolvidas pelos autores Souza (1993), Fernandes (2004), Silveira (2005; 2010), Martins (2014), Goodwin Júnior (2015) e Santos (2015) retratam os aspectos socioeconômico e cultural do município de Diamantina. Foram observados nesses textos o

principal atrito entre a sociedade, a igreja e os agentes políticos, isto é, a construção do cemitério local, situado na avenida da Saudade, a aproximadamente um quilômetro do centro da cidade. Essa edificação foi fonte de discórdia.

Como observa Silveira (2005), essa contenda durou mais de 67 anos, apesar de o cemitério ter sido edificado nos primeiros anos da República, mais precisamente em 1893. No entanto, o cemitério municipal recebia somente os indigentes e os excluídos da sociedade. Silveira (2005) revela que o espaço sofreu com falta de infraestrutura física esse local com ficava à mercê, pois faltavam funcionários especializados em manutenções como: capina, limpeza, reparos nos túmulos. Parte de desleixo ocorria devido aos boicotes das irmandades religiosas e do bispado diamantinense, que negavam enterrar seus mortos no cemitério municipal.

As associações religiosas insistiam em descumprir as posturas sanitárias municipais e continuavam a enterrar os seus cadáveres nos carneiros dos adros das igrejas. Somente no ano de 1912, a prática tornou-se intolerável. Sabe-se que, por muitas décadas, o Episcopado Diamantinense arcou com esse atrito, a igreja persistia juridicamente em manter esse costume, no entanto, esse rito católico de enterrar mortos em templos religiosos não era cabível devido as novas normas higiênicas.

As autoridades responsáveis pelas posturas higiênicas e alguns políticos achavam esse rito insensato, um verdadeiro atentado contra os padrões higiênicos, portanto, afastar o cemitério era uma forma de proteção aos cidadãos diamantinenses. Para os políticos locais, o povo não poderia ser deixado à sua própria sorte, contando somente com a proteção divina.

Os periódicos locais apontavam para surtos epidêmicos de cólera e alastrim. Esta última enfermidade é uma forma branda da varíola²¹. Ambas as doenças eram diagnosticadas nos municípios circunvizinhos, como Minas Novas, Araçuaí e Curralinho (atual Corinto). Conforme demonstra Souza (1993), foi publicada no “*O Município*”, em 1897, a chegada da varíola na cidade e os transtornos causados por esse mal.

Portanto, era necessário ter cuidado redobrado com a saúde e afastar os mortos e seus odores fétidos de perto dos vivos. A mudança no costume de enterrar seus mortos fazia com que a Mitra tivesse receios das medidas profiláticas. Inclusive, o bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos (1860-1905), fazia oposição em relação às posturas sanitárias e a

²¹ Varíola é uma doença infectocontagiosa causada pelo vírus *Orthopoxvirus variolae*, caracterizada por erupções cutâneas e febre alta, considerada erradicada em 1980 pela OMS (TOLEDO, 2005, pp. 58 - 65).

Teoria Miasmática. A ideia de oposição às normas sanitárias no quesito tradição funeral perdurou anos após a morte deste primeiro bispo diamantinense. Contudo, determinados políticos percebiam o descumprimento às normas higiênicas como uma afronta à racionalidade e um prejuízo aos cofres públicos.

Na tentativa de solucionar o conflito de interesses, a Câmara Municipal e o clero firmaram um acordo. O pacto resumidamente preconizava que dentro do cemitério municipal haveria espaços reservados para cada irmandade religiosa diamantinense, como a Ordem Terceira do Carmo, São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Santo Antônio. Para os suicidas, os pobres, os filhos ilegítimos e os indigentes sobram os espaços periféricos dentro do cemitério, esses indivíduos deveriam ficar longe dos olhares da sociedade ilustrada e da entrada do cemitério.²²

A respeito dessa exclusão sociocultural dentro da cidade dos mortos, ficou entendido que:

O cemitério público não era, entretanto, um puro espaço homogêneo dos mortos. Ele, que abrigou, em primeiro lugar, os indigentes excluídos e, em seguida, os opositores à vigência da cidade episcopal, abrigará doravante as classes ainda em sua promovidas na vida terrena. A mudança, contudo, confirmará o enfraquecimento das irmandades religiosas e estabelecerá a separação definitiva dos [...] excluídos (SOUZA, 1993, p. 214).

De fato, os enfraquecimentos das irmandades teceram manobras políticas que resultou na mudança em definitivo do cemitério. Contudo, não se pode negar a influência sanitária, da racionalidade, das inovações científicas e tecnológicas que atingiam, inclusive, a elite intelectual diamantinense. Esse aspecto fez com que a elite local negasse, de certa forma, o seu passado colonial e adentrasse de vez nos moldes da modernidade oriundos das cidades europeias. Diante de tais circunstâncias, Diamantina não só passou por mudanças no espaço físico, mas também por transformações no aspecto sociocultural. Sob esta ótica, o urbanismo será entendido como modernidade, ou seja, um conjunto de novas ideias, concepções e formas de ações e associações que se impõem à consolidação da postura de valorização do social e da categoria médica-científica.

²² O debate a respeito do cemitério municipal de Diamantina pode ser acompanhado pelos jornais publicados na cidade. Cf. *Diamantina*, 1909, *O Município*, de 1896 a 1912, *O Itambé*, 1905, *Voz de Diamantina*, 1905 a 1912, *Estrela Polar*, 1904 a 1912.

Uma das normas e concepções observada foi o Código de Posturas de Diamantina, do ano 1846. Nele, são mostrados os detalhes de como seriam as novas regras para o sepultamento e a distância necessária que cemitério deveria ter para afastar possíveis contaminações.

Art.17º A Camara pelos seus Fisceas designará o lugar dos cemitérios das Cidades, e da capela do Municipio, que serão, quanto menos, duzentos pés distantes da povoação, tão espaçosos que não seja preciso abri-se sepultura sem decomposição total dos cadáveres; tapados, em lugar secco, expostos aos ventos dominantes; e se platnarão, quanto foi possível, arvores de espaço em espaço.²³

Com o apagar das luzes do século XIX e com Proclamação da República, em 1889, ficou evidente a preocupação com a higiene dos espaços públicos e dos privados. Havia, nesse período, uma inquietação, por parte dos administradores municipais, no sentido de higienizar as vias públicas e as casas. O poder público vigiava e primava também, pela boaconduta moral e práticas dos bons hábitos higiênicos da população, pois a ideia de desordem, imoralidade, vadiagem e pobreza eram intimamente associadas a algo nocivo à saúde pública.

3.1. Diamantina Republicana e o processo de melhorias do espaço urbano

No Brasil republicano a sociedade diamantinense passou a almejar a modernidade aliada à tradição. A cidade passava por processo de modernização, no entanto, esse ficava ligado alguns hábitos antigos ligados tanto ao Brasil colonial. Para tanto, os agentes políticos diamantinenses propuseram a urbanização, todavia, o que de fato ocorreu foram alguns melhoramentos nos serviços básicos, como canalização de água potável. Apesar desses contratempos como: a escassez financeira, interesses políticos e conflitos socioculturais ficam evidentes a busca dos agentes públicos republicanos em abrir uma agenda política pautada em ações planejadas e pontuais, no que se refere ao saneamento básico.

Essas ações podem ser compreendidas como traços de modernidade: as construções de parques, os alargamentos e calçamentos de ruas, as iluminações elétricas de alguns bairros e as obras ligadas ao abastecimento de água potável, que por sinal foram as mais democráticas, contemplando boa parte da cidade. Portanto, seguir a normas de higienização significava, para a municipalidade, dar continuidade aos preceitos modernos.

²³ Ver: Posturas da Camara Municipal da Cidade de Diamantina. Ouro Preto: Typ. Imperial de B.X, Pinto Sousa, 1846.

Como foi evidenciado no primeiro capítulo, a cidade é um produto construído pela sociedade, fruto do desejo e da perspectiva de homens e mulheres, sejam eles (as) visíveis ou não. É importante salientar que as melhorias urbanas supracitadas não foram totalmente abrangentes, no entanto, não quer dizer que alguns cidadãos empobrecidos não reivindicassem os seus direitos ou que outros membros da sociedade não fossem solidários a eles.

Acerca das manifestações observadas, cita-se a do “*O Pão de Santo Antonio*”, de 1930, em que foram denunciadas as péssimas condições das ruas do bairro Rio Grande e a situação em que se encontravam os moradores após período das fortes chuvas. O jornal informa e alerta sobre os possíveis danos que a situação poderia acarretar à saúde dos moradores,

[...] implorando a caridade os moradores da descida do Rio Grande cansados de gritar aos ouvidos da municipalidade pedindo o concerto da rua, apellam para o povo, afim, de que o produto de uma subscrição, venha por ao abrigo da facturas das pernas ameaçadas, pelos sulcos abertos naquella rua depois das últimas chuvas.²⁴

As cidades são resultado das transformações ocorridas ao longo da História, são espaços sujeitos às mudanças, conforme as exigências da sociedade. Pode ser entendido também que a cidade,

[...] não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentindo. Por isso, a cidade é também uma representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade (MENESES, 2006, p. 36).

A cidade é um espaço dinâmico construído por indivíduos políticos, pautados por suas convicções religiosas, culturais e ideológicas. Alguns políticos progressistas tinham a opinião diferente a respeito da cidade colonial barroca. Esses políticos entendiam que o traçado colonial era sinônimo de atraso e a cidade deveria passar por um processo de replanejamento urbano, ou seja, os casarões e prédios coloniais deveriam ceder o espaço à arquitetura eclética.

A demolição da Matriz de Santo Antônio, no ano 1932, de certa forma, foi uma tentativa de acabar com resquícios desse passado. A construção da nova Matriz demonstra o poder de persuasão política e ideologia da Cúria Diocesana no município. A Igreja e seus aliados agiram na mudança do traçado urbano das ruas centrais de Diamantina. A Sé, construída em 1750 em estilo barroco colonial, cedeu espaço a uma nova construção de proporções

²⁴ “Pão de Santo Antonio”. Diamantina, 18 de maio de 1930. Ano 24, nº42 p.4. col. 2.

maiores, passando a destacar-se no tecido urbano diamantinense. Esse prédio foi rotacionado e a lateral da Matriz ficou voltada para a Rua Direita, onde antes era à frente da igreja.

Como argumenta Goodwin Júnior (2015), Diamantina passava por um processo de embelezamento, isto é, a transformação da cidade em ambiente moderno, dentro dessa perspectiva de progresso, que incluía a criação de parques arborizados com coretos que serviam de espaço de convivência para a população, aspecto que pode ser vista na Praça da Cavallhada (Figura 1).

Figura 1 - Praça Cavallhada Velha (atual Praça Dr. Prado)



Fonte: Acervo fotográfico Zé da Sé A 017. Diamantina, s/d.

Na imagem (Figura 1) observa-se o espaço de um parque arborizado, denominado então Praça da Cavallhada Velha (atual Praça Doutor Prado). Era um espaço destinado à sociabilidade dos diamantinenses, onde algumas famílias realizavam pequenas reuniões e compartilhavam os momentos de lazer. Como informa Santos (2015), a referida praça passou por um processo de reurbanização na década de 40: no lugar das árvores e do coreto, foram construídas no local a sede dos correios e telégrafos e uma quadra de vôlei, requalificando esses espaços de sociabilidade.

Nas primeiras décadas do período republicano, algumas cidades de grande emédio porte passaram por algumas mudanças significativas. Sobrados e casarios de estilos coloniais foram demolidos, pois representavam para a elite dominante um padrão arquitetônico arcaico, sendo

necessário romper com a herança colonial. Enquanto os prédios desse estilo arquitetônico eram destruídos, novas edificações eram erguidas seguindo outros modelos de arquitetura nos moldes europeus, considerados modernos e ecléticos. Diamantina aproximou-se, portanto, dessas práticas de reformulações espaciais, a Praça Cavallhada Velha (Figura 1) foi um exemplo disto.

Como apresenta Santos (2015) a cidade não conseguiu fazer grandes alterações no seu padrão arquitetônico Barroco Colonial devido ao tombamento ocorrido na área central em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), deixando assim, seus casarios coloniais barrocos impedidos de serem destruídos ou de sofrerem modificações drásticas. Todavia, isso não acabou com os ideais de modernização da cidade, outros espaços foram escolhidos, como por exemplo, o Largo Dom João. Esse espaço diamantinense será delineado especificamente no terceiro capítulo.

É importante salientar que as duas principais *urbes*, Rio de Janeiro e São Paulo, com maior concentração de capital financeiro, conseguiram fazer com maior celeridade as reformas urbanas como as inaugurações de praças, parques, avenidas, obras de saneamento urbano e construções de novas edificações. Ambas as cidades conseguiram modificar os seus espaços urbanos em ritmo frenético, e essas mudanças ocorreram devido ao expressivo surgimento de indústrias e pelo êxodo rural ocorrido no início do século XX.

De fato, Diamantina cresceu em ritmo diferente das capitais supracitadas, pois apresentava quadro econômico escasso em recursos financeiros. Segundo Fernandes (2005), muitas cidades do interior mineiro enfrentavam o endividamento financeiro, pois gastavam mais do arrecadavam e, além disso, muitas delas careciam de recursos provenientes da União. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, no período conhecido por República Liberal o município obteve seu maior investimento por parte da municipalidade na área de saneamento.²⁵

Normalmente, para que se destinassem os recursos financeiros municipais em infraestrutura, a classe política local precisou se ater a uma legislação que contemplasse uma maior margem orçamentária em gastos municipais, com canalização de água potável e rede de esgoto.

Segundo o Agente executivo e presidente da Câmara Municipal Juscelino Dermeval da Fonseca em relação aos investimentos entre o período de 1929 até 1931, “a rede de exgottos construídas [abrange] a parte mais importante e povoada da cidade” (FONSECA, 1931, p. 10).

²⁵ Essa afirmação pode ser consultada no Relatório de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina de 1931.

Portanto, os investimentos em melhorias urbanas, seria uma formade evitar o uso de poços de água, os quais nem sempre atendiam às normas básicas de higiene da época. Devido à falta de verbas públicas, foi escolhido o empreendimento em obras sanitárias, pois esse era o mais eficaz para a contensão de doenças e gerava trabalho aos cidadãos. De acordo com o Quadro 1, tem-se a compreensão dos gastos em infraestruturas e respectivas legislações e gastos com saneamento básico, cujos dados foram retirados do Relatório de 1931.

Quadro 1 - Despesas destinadas às obras de canalização d'água potável e construção da rede de esgotos de Diamantina.

Ano	Valor fixado	Legislação	Despesa paga	Restante destinado para a rede de esgoto
1929	130:000\$000	Lei nº 347 de 28/11/1928	32:717\$957	203:503\$476
1930	136:000\$000	Lei nº 349 de 29/10/1929	Nada consta	Nada consta
1931	79:738\$400	Lei nº 3 de 10/02/1931	79:304\$174	Nada consta

Fonte: Relatório de Juscelino Dermeval da Fonseca. Disponível no acervo da BAT, 1931. Adaptado pela autora.

Pelo exposto neste quadro, percebe-se que houve um acréscimo nos valores fixados para o investimento direcionado ao saneamento nos anos de 1929 a 1930, ao passo que no ano 1931, houve um decréscimo de recursos destinados a esse intento. Observa-se também, a inexistência das despesas pagas destinadas às obras de canalização de água potável e construção da rede de esgotos de Diamantina em 1930, assim como não houve saldo para esse investimento na rede de esgotamento sanitário, nos anos 1930 e 1931.

O agente público Juscelino Dermeval da Fonseca, no Relatório de 1931, apontou que os recursos financeiros para o esgotamento sanitário seriam destinados às principais ruas da cidade devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela municipalidade. No entanto, ressalta-se que nesta área central ficavam situadas as lojas, as igrejas, os maiores pontos comerciais e as residências da elite local, ou seja, essas medidas eram paliativas e não contemplavam a sociedade como um todo.

Segundo informações contidas no Relatório de 1931, a instalação rede esgoto foi postergada em alguns bairros. Apesar do conhecimento que os políticos tinham a respeito das medidas profiláticas, sabiam que a falta de investimentos poderia gerar problemas sanitários e proliferação de doenças causadas pela falta de esgotamento sanitário. Essas obras poderiam evitar muitas doenças fatais para os padrões médicos da época.

Consta, no mesmo Relatório, que o esgoto *in natura*, proveniente das casas, fabriquetas, hospital e Santa Casa não recebiam quaisquer tratamentos químicos e microbiológicos. Esse esgoto era despejado no corpo hídrico do Rio Grande, que perpassava os bairros Palha e Rio Grande.

A partir das leituras de jornais do recorte estudado e com base no Relatório de 1931, a municipalidade, através das leis e fiscalizações, relatava o rigor em retirar animais mortos próximos aos poços, chafarizes e aos lugares que serviam de fornecimento hídrico para a população. Esses políticos demonstravam o medo de contaminação da água, acreditavam que a água saudável tinha de ser límpida, sem resquícios de putrefações ocasionadas por animais mortos ou mesmo plantas em estado de decomposição. Portanto, investir em canalização da água potável seria alinhar-se às normas higiênicas, aos princípios de racionalidade. “Cidade civilizada é aquela que cuida de sua água”, assim sugeria o agente executivo Juscelino Dermeval da Fonseca, no Relatório de 1931.

Recorrendo ao Relatório de 1931, entende-se que o fornecimento de água era visto pela administração pública como uma forma de arrecadação de impostos. A taxa do fornecimento de água geraria a obtenção de dividendos sobre o capital investido e, assim, o atendimento sanitário seria somente estruturado nas ruas ocupadas por consumidores com adequada capacidade de pagamento. Possivelmente, o resultado dessa política poderia resultar numa prestação de serviço básico desigual e excludente, pois seriam deixados à margem desse serviço os cidadãos de bairros longínquos ou de ruas situadas nas periferias.

Com base no relatório de 1931 pode-se entender que o crescimento da arrecadação era visto pela Câmara Municipal como uma promissora fonte de renda para o equilíbrio do orçamento público. No documento leia-se que:

Em 1928 rendeu a água do “regio publico” 2:995\$000; dez annos atraz, em 1919, não renderia mais de 1:140\$00, se tivesse sido arrecadada integralmente, no exercicio, a taxa em vigor. Até 25 de maio foram feitas 451 ligações, que já garantem uma receita pouco menor que de 20:000\$000. ²⁶

²⁶ FONSECA, Juscelino Dermeval da. *Relatorio: prestação de contas da Camara Municipal de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931, p.11.

A citação apresenta um aumento das ligações hidráulicas nas residências da cidade na década de vinte, processo de modernização sanitária que implicou em uma maior arrecadação para os cofres públicos municipais. Consequentemente, essas inovações provocariam um processo de transição do modo de distribuição de água coletiva e gratuita por meio de chafarizes e bicas. No entanto, as mudanças no fornecimento de água não foram rápidas o suficiente, a tal ponto de eliminar a distribuição tradicional das águas, ou seja, ainda nas décadas posteriores uma parte dos munícipes tinha que buscar águas nas fontes ou chafarizes públicos. Nesse contexto, cita-se o da rua Direita como apresentado na figura 2.

Figura 2 - Inauguração de reforma Chafariz da Rua Direita.



Fonte: Acervo fotográfico da Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, 1938.

Na fotografia (Figura 2) é possível ver um dos eventos da comemoração do centenário da cidade de Diamantina, ocorrido em março de 1938. Na imagem, o prefeito Joubert Guerra inaugura a reforma no Chafariz da Rua Direita, com a assistência de políticos e populares. Neste evento, percebem-se as participações de políticos e populares. Aproveitando o intento, o agente público implanta a placa inaugural, sendo esse um hábito comum na administração pública

brasileira, ou seja, o político perpetua, através de placas, inaugurações e fotografias, os seus feitos ocorridos em sua gestão.

É importante informar que o capital investido no saneamento da cidade foi intermediado pelo Estado, pois a cidade de Diamantina não tinha receita suficiente para fazer obras sanitárias de tal envergadura. O Relatório de 1931 informa que os investimentos financeiros foram provenientes da companhia Estrada de Ferro Central do Brasil, que investiu em obras de abastecimento da cidade, especificamente no Largo Dom João. Neste espaço, ficavam situados os reservatórios nº 1 e nº 2. O reservatório nº 1 servia para suprir as necessidades da companhia ferroviária Estrada de Ferro Central do Brasil. Esse ficava na parte acima do Largo do João, atualmente no Beco da Caixa D'Água, próximo à Avenida Silvio Felício dos Santos.

Esse investimento da companhia ferroviária pode ser entendido a partir da dependência da água como força motriz, ou seja, servia para encher o reservatório do trem, à época, denominado “Maria Fumaça” e que consumia uma boa parcela da água proveniente do reservatório nº 1. Esse trem a vapor ia fazendo trajeto pelo Norte de Minas até a capital do estado. Quanto ao reservatório nº 2, ficou restrito apenas ao consumo da população. Ficava localizado na rua Grupiaria, no bairro Dom Largo Dom João. Os reservatórios nº 1 e nº 2 continuam ambos no mesmos locais e ativos servindo aos munícipes.

Havia também o reservatório de nº 3, de proporção menor e que serviu para abastecer a parte baixa da cidade. A obra foi feita com intuito de suprir as necessidades dos moradores daquela região. A figura 3 confirma a finalização das obras de saneamento na cidade, por meio do reservatório nº 3. Esse não permanece ativo a construção foi demolida em posteriores reformas.

Figura 3 - Obras feitas no Reservatório nº 3 na Praça Barão Guaicuhy (atual Barão de Guaicuí), entre o período de 1926 a 1931.



Fonte: Relatório: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina, realizada pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal Juscelino Dermeval da Fonseca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931.

Pela imagem (Figura 3), pode-se confirmar que as construções dos reservatórios na cidade serviram de modelo para algumas alterações no estilo Colonial Barroco da *urbe*. Esse aspecto transparece na própria imagem, a considerar o prédio recém-construído com as demais casas do seu entorno. Os reservatórios nº 1, nº 2 e nº 3 foram edificadas seguindo o mesmo estilo presente na planta arquitetônica. Essa imagem revela através dos trabalhadores civis na construção do reservatório, uma propaganda das conquistas modernas ocorridas na cidade e da eficiência da administração pública em dar a sociedade a dita civilização que já ocorria em grandes cidades.

Observa-se na ilustração (Figura 4) o reservatório em outro momento, ou seja, em sua efetiva estrutura física. Essa instalação sanitária serviu não só para suprir a falha no abastecimento de água (comum nas áreas central e baixa da cidade), mas também como um fator determinante para a municipalidade adaptar as novas normas de abastecimento, diminuindo o uso dos regos e chafarizes públicos.

Figura 4 - Reservatório nº 3 na Praça Barão Guaicuihy (atual Barão de Guaicuí).



Fonte: Acervo fotográfico da Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/data.

Essa edificação priorizava uma estética simples, com gramados e jardins de pequena proporção, muretas e grades que circulavam o prédio. Ao fundo, observa-se no traçado urbano da área central a construção da Matriz Santo Antônio. A construção foi demolida no ano 1932 ao ano e seu término em 1938. Sendo essa Catedral foi projetada pelo desenhista José Wasth Rodrigues.

O “*Diamantina*” dava ênfase às obras e melhoramentos urbanos ocorridos no município, tinha até uma coluna específica para acompanhar essa demanda. Dando

continuidade fica explícita no periódico *Diamantina*, de 1926, a informação de que, sem a ajuda financeira da empresa companhia Central do Brasil, seria impossível construir os reservatórios e boa parte da canalização de água. Neste mesmo jornal, existem relatos de que a empresa foi beneficiada no fornecimento de água captada, o qual seria de uso exclusivo da companhia,

[...] a administração municipal conseguiu solucionar o maximo problema da cidade, problema até bem pouco tido com de quase impossível solução, dada a vultosa quantia que implica e a insufficiente renda do municipio. Diremos , por hoje, que o acordo com a Central do Brasil, feito por auctorizado do grande patriota e bem feitor de Diamantina, Dr. Francisco Sá, eminente ex ministro da Viação, foi iniciativa felicíssima [...] conquista da actual administração do municipio que, desse modo, encontrou o único caminho possível para realizar o que, sozinhas, jamais poderiam conseguir as finanças municipaes.

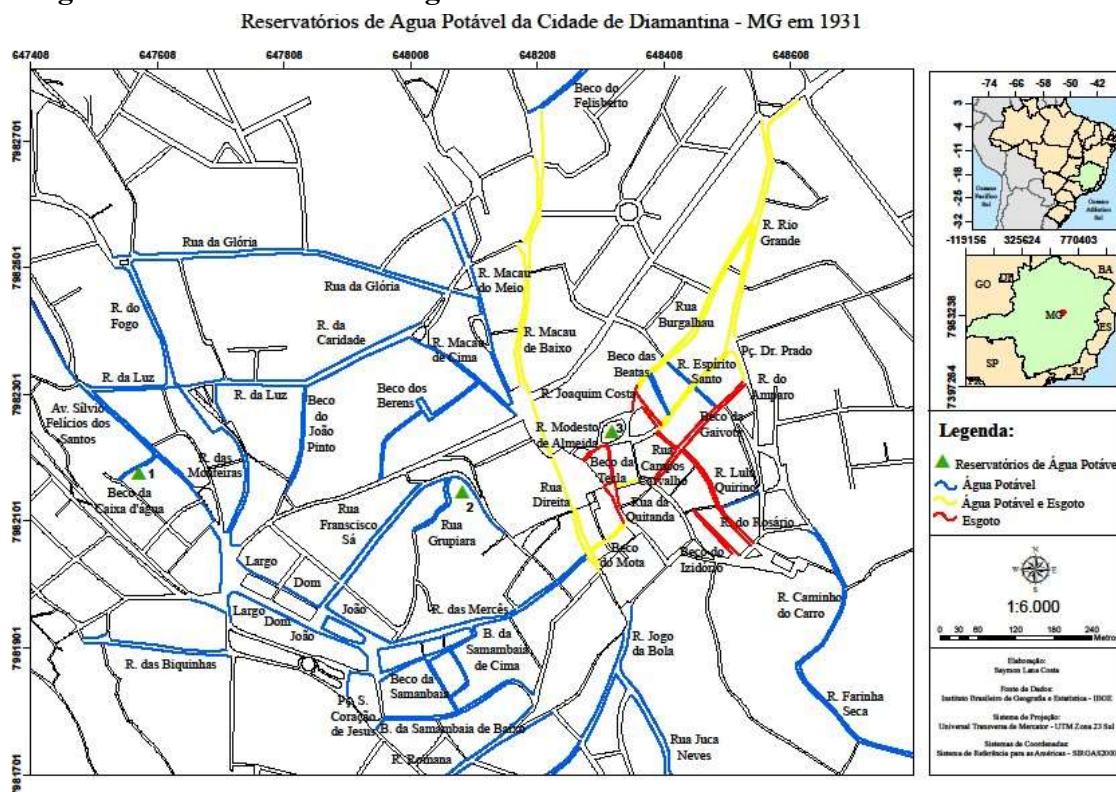
[...] Por um acordo entre Camara Municipal de Diamantina e a Estrada de Ferro Central do Brasil, esta ultima está construído a linha adductora, sob a condição de lhe serem cedidos 55.200 litros d'agua para as suas necessidades e de entrar a municipalidade com a importância de 60:000\$000.²⁷

A partir da consulta às fontes é possível afirmar o município não tinha poder financeiro para fazer obras referentes aos serviços básicos. No entanto, é claro que somente se beneficiariam diretamente dos sistemas sanitários aqueles que vivessem na sede ou na região central da cidade. Apesar de maiores os investimentos na área de saneamento básico, o sistema implantado no Brasil Republicano não acabou com a segregação social em relação ao acesso desses serviços. Muitos não tinham acesso a água enganada e esgotamento sanitário.

Diamantina não fugiu a essa regra e essa disparidade representada no mapa da cidade (Figura 5) constata que houve um serviço sanitário nas principais ruas da área central, cujos moradores faziam parte da elite que comandavam e ditavam as regras culturais, sociais e políticas a serem seguidas pelo restante da população.

²⁷ “Diamantina”. *Diamantina*, 19 de dezembro de 1926. Anno I, nº 1. p. 1.col. 2.

Figura 5 - Reservatórios de água Potável da Cidade de Diamantina- MG em 1931



Fonte: Mapa elaborado por Saymon Lana Costa em 24/07/2019, baseado em dados do IBGE.

Ainda em análise dos dados contidos neste mapa (Figura 5) ²⁸, foram apresentadas as ruas servidas pela rede de esgotamento sanitário, a considerar: Campos Carvalho, Direita, da Quitanda, Modesto de Almeida, Joaquim Costa, Espírito Santo, Burgalhau, Rio Grande, Macau de Baixo, Largo Barão de Guaicuihy (atual Praça Barão de Guaicuí), Amparo, do Rosário, Largo do Jardim (atual Praça Dr. Prado), e os Becos do Mercado, do Corte (atual rua Lulu Quirino), da Gaivota, das Beatas, do Mota, da Tecla, do Hospital (atual Beco do Felisberto), Travessa do Rosário (atual beco do Izidoro) e Rua do Rosário.

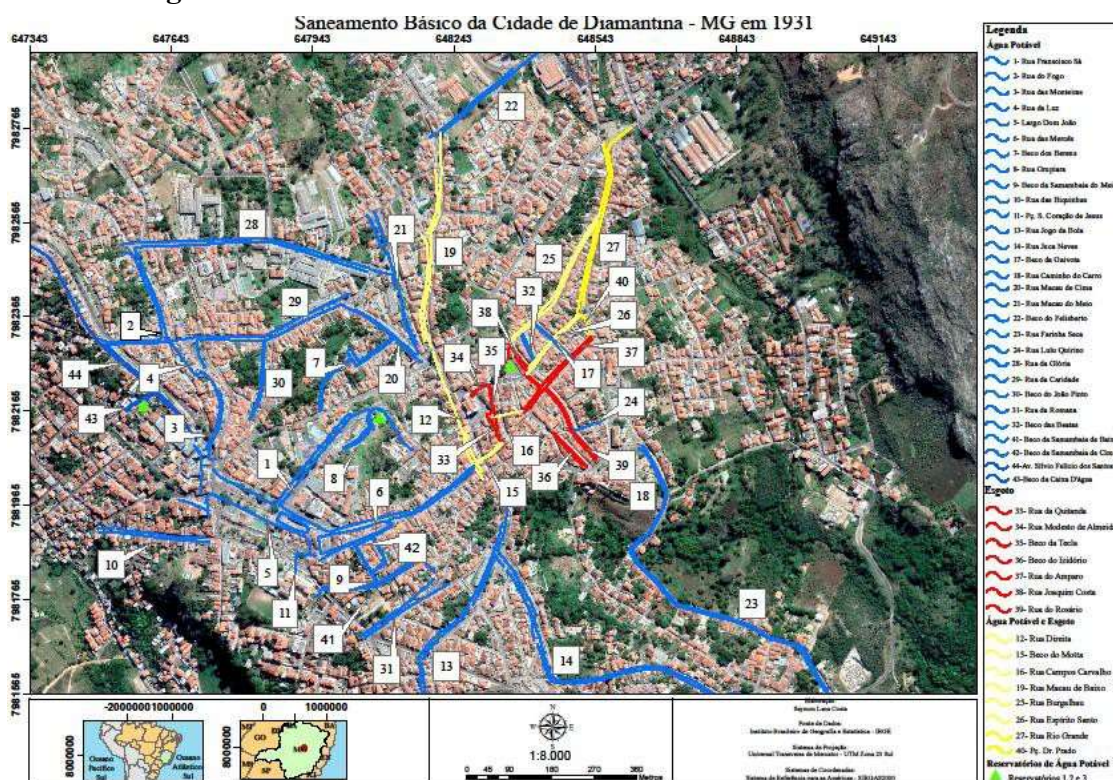
É importante salientar que no período estudado, muitas ruas de hoje ainda não existiam na época, razão pela qual não são apresentadas no mapa. Nota-se no mapa que a municipalidade possuía três reservatórios de água potável. A seguir pode ser verificada a real dimensão e a amplitude do sistema de água potável, assim, como a extensão do tecido urbano, no (Figura 5).

O saneamento básico oriundo das décadas 1920 e 1930 serviram de base para o crescimento sanitário de novos bairros como Vila Operária, Venda Nova, Alto Bom Jesus e

²⁸ Os mapas foram elaborados por meio de imagens de satélite do acervo ou banco de dados do Google Earth, e foi utilizado o programa ArcGis 8.1 e para o geoprocessamento e elaboração dos layouts dos mapas. Houve uma pesquisa de campo realizado pela autora da dissertação aos repertórios e ruas fornecidas pelo sistema sanitário como conferido no Relatório de 1931.

extensões dos bairros Romana, Palha, Arraial dos Forros e Rio Grande. Outras ruas apresentadas no mapa (Figura 6), são ruas construídas em período posterior ao projeto de saneamento urbano das décadas de 1920 e 1930. Obviamente não a infraestrutura enfatizada no referido mapa, pois são áreas posterior ao projeto saneamento pesquisado.

Figura 6 - Saneamento Básico da Cidade de Diamantina – MG em 1931



Este mapa (Figura 6) apresenta o sistema de implantação de canalização de água potável, esses logradouros são apresentados na legenda na cor azul, o sistema de esgotamento sanitário representado no mapa na cor vermelha em menor proporção representavam as poucas ruas servidas pelo saneamento básico, essas ruas eram próximas ao Mercado Municipal, aos principais e maiores comércios e a Igreja Matriz da cidade (Figura 6). Em amarelo representavam na legenda os logradouros servidos com água e potável e esgotamento sanitário, fuge um pouco a regra pois, engloba as da parte baixa da cidade ruas do Rio Grande e Dr. Prado. É importante salientar que, na cidade o núcleo central urbano passa a se expandir com criação de novas áreas periféricas, torna-se mais a centralidade da área inicial da cidade, ou seja, o antigo centro, pois este passa a ser referência, a permanência do tradicional, da hierarquia espacial, no que tange às atividades econômicas, sociais e políticas. Os representantes dessa

elite letrada moravam nesses lugares, portanto, fazer o saneamento urbano era essencial para os poderosos.

Como consta no Relatório de 1931, o projeto de saneamento da cidade de Diamantina foi influenciado pelo engenheiro civil Francisco Saturnino de Brito (1864 - 1929). Esse engenheiro foi responsável por difundir no Brasil o Urbanismo Sanitarista, que é a arte de construir e projetar cidades que primam pela salubridade, pelo escoamento das águas, pela circulação de ar e penetração de luz solar, tão importantes para o desenvolvimento vital da sociedade.

Como afirmam Tochetto e Ferraz (2015), Saturnino de Brito contribuiu para o aprimoramento da engenharia sanitária brasileira. Seus projetos e estudos prevaleciam uma leitura detalhada das áreas a sofrerem as intervenções urbanas. Em seus trabalhos, era evidenciados os aspectos físicos e geográficos, sem descuidar da estética e da circulação das cidades.

Nota-se, com a leitura do Relatório de 1931, a descrição da racionalidade funcional, a qual ajudava a esclarecer possíveis dúvidas no que diz respeito às práticas sociais e do uso das novas instalações sanitárias. A técnica empregada para a construção de obras ligadas ao saneamento em Diamantina seguiu os modelos de projetos de engenharia executados por Saturnino de Brito.

Analisando o Relatório de 1931, afirma-se o plano sanitário diamantinense priorizou a implantação do sistema de separador absoluto, ou seja, as águas pluviais e as águas dos despejos eram separadas, evitando assim o rompimento da canalização. Tal técnica serviu para evitar possíveis desastres em períodos chuvosos, pois poderia ser lançado a toda a sorte os dejetos provenientes das águas pluviais.

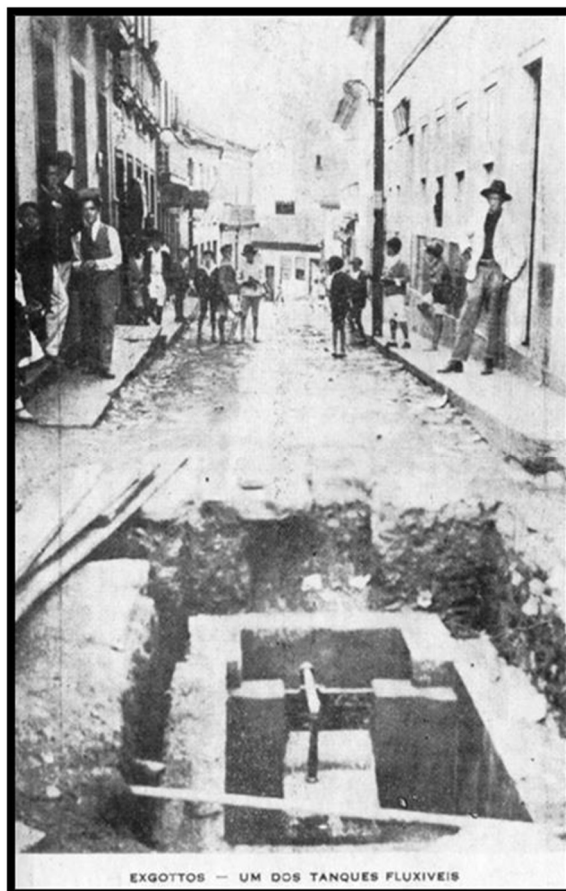
É importante esclarecer que essa técnica de separação absoluta foi amplamente empregada no Brasil. Apesar de as cidades brasileiras seguirem os modelos e técnicas urbanísticas europeias, Diamantina e outros tantos municípios brasileiros, por dificuldades financeiras, optaram por um plano simples de separação absoluta do esgoto. O processo foi, portanto, diferente de alguns países europeus que optaram pelo esgotamento sanitário de depuração das águas oriundas dos esgotos como a França, a Bélgica e a Inglaterra, em que as águas insalubres sofriam um processo de depuração e eram, posteriormente, aproveitadas tanto na irrigação de áreas de plantio como também serviam para a manutenção das diversas fábricas existentes na Europa (PINTO, 1880, pp. 31 - 68).

Voltando às técnicas sanitárias descritas no Relatório de 1931, houve a opção de construir o saneamento com separador absoluto, podendo o projeto ser executado dentro das

possibilidades financeiras da municipalidade diamantinense. Para atender a técnica utilizada por Saturnino, era necessário ter em algumas ruas os tanques fluxíveis. Esses tanques serviam para monitorar e evitar possíveis problemas como, por exemplo, o entupimento na canalização do esgoto, devido aos lixos e entulhos provenientes de residências particulares, ou mesmo de transeuntes que circulavam em vias públicas.

É importante salientar que a administração Municipal contratou, no início dos anos vinte, os serviços do professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Dr. Agnello de Macedo, responsável pelas revisões dos projetos de saneamento sanitário de Diamantina. Esse empreendimento contou com separador absoluto, com tanques de lavagens automáticas em todas as cabeceiras dos coletores e alguns poços de inspeções. Não se tratava de uma rede extensa de esgoto. Conforme mostra o relatório, o sistema de esgotamento sanitário projetado compreendia uma rede de 3.343 metros de coletores de 0,15 e 290 metros de 0,20 e 1.114 metros de ramais domiciliares de 0,10.

Figura 7 - Tanque fluxível na Rua Campos



Fonte: Relatório: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina, realizada pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal Juscelino Dermeval da Fonseca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931.

O plano de saneamento da cidade optou por construir separadores absolutos, com lavagens periódicas, por meio de tanques fluxíveis do tipo idealizado pelo renomado engenheiro Saturnino de Brito. Em nota apontada no Relatório de 1931, a municipalidade, caso tivesse recursos financeiros disponíveis, poderia usá-los para a ampliação da rede de esgotamento sanitário, assim como os tanques fluxíveis, denominados, atualmente, comopostos de vistorias da rede de esgoto, o que pode ser acompanhado pela leitura do trecho a seguir.

[...] de acordo com a planta e orçamento aprovados pela Secretaria da Agricultura do estado. A rede é de systema separador absoluto, com lavagens periódicas por meio de tanques fluxíveis do tipo ideado dr. Saturnino de Britto a parte executada foi feita de acordo com o projecto geral, de modo a permitir á Camara extender a rede cada anno, á medida de suas posses, observando estrictamente aquelle projecto. Nos collectores foram empregadas manilhas de 0,15 e 0,20 fornecidas pela Ceramica João Pinheiro, por concorrência.²⁹

²⁹ FONSECA, Juscelino Dermeval da. Relatório: prestação de contas da Camara Municipal de Diamantina. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931. p. 27.

Seguindo a linha de raciocínio ligada às adequações sanitárias, a administração municipal tinha uma preocupação em sanar o mais rápido possível a falta de água em determinadas regiões da cidade. Os agentes públicos acreditavam que essas medidas poderiam evitar um possível colapso sanitário devido à escassez de água. Enfim, a municipalidade tentou dar a maior celeridade nas obras para normalização do abastecimento de água. Como foi enfatizado pelo jornal *Diamantina*, no dia 2 de outubro de 1927:

[...] No sentido de melhorar o abastecimento d'água da cidade, muito prejudicado pela extrema seca por que passamos, varias têm sido as medidas tomadas pelo governo municipal, que não se descuida do problema de tanta relevancia e urgência. Foram concertados já os bicames do rego publico, havendo este recebido vários reparos, afim de attenuar a perda que sofre a agua no seu percurso de nove kilometros, do Rio das Pedras a esta cidade. Providenciou, também o governo municipal a ligação do reservatório geral ao rego publico, serviço que está sendo feito com urgencia e de deverá concluir-se dentro de poucos dias[...].com taes medidas,e regularizada a distribuição d'água, como se vae fazendo, menor será a falta que soffrerá a população da cidade durante a rigorosa seca deste ano.³⁰

O principal reservatório, o nº 1 – situado atualmente no Beco Caixa D'Água, próximo à Avenida Silvio Felício dos Santos – serviu como base para o fornecimento dos demais reservatórios nº 2 (Grupiara) e nº 3 (antigo Barão do Guaicuí). É importante salientar que a cidade possuía demais instalações hídricas públicas, como tanques com torneiras e chafarizes, que serviam às populações carentes das ruas periféricas. As manutenções desses lugares eram feitas pela municipalidade. Cabe ressaltar que a limpeza das instalações hídricas não era a prioridade para a administração municipal da época, o que pode ser percebido em alguns periódicos analisados. Era denunciadas as realidades dessas instalações, como a falta de higiene e zelo, inclusive a do rego público, o qual recebia as maiores críticas a respeito da falta de salubridade. Esse rego, denominado “rego público” era altamente criticado por agentes políticos, como o senhor Juscelino Dermeval da Fonseca, que descreveu as características físicas desse reservatório.³¹

[...] a agua que abastecia Diamantina corria em rego aberto na terra, sem nenhum revestimento ou cobertura. Esse canal, oficialmente chamado “rego publico” fora construído em 1740, pela antiga “Sociedade da Roda”, para a lavagem de cascalho aurífero no morro da Grupiara. Tinha, pois, cento e oitenta e tres anos. Originariamente destinado a fins muito diversos não possuía nenhum dos requisitos necessários a um canal adductor de agua potável. Vadeavam-n'o varias estradas de tropas. Sua imperfeição e antiguidade diminuíam-lhe de tal modo a capacidade adductora que, no estio eram certos os clamores do povo, pedindo agua; durante a

³⁰ “Diamantina”. *Diamantina*, 2 de outubro de 1927. Anno I, nº 38, p.3. col. 3.

³¹ Indicação de leitura do capítulo Águas úteis, águas milagrosas na capitania de Minas Gerais em Portugal (séculos XVIII), da historiadora Júnia Furtado.

estação das chuvas, ou se expunha a contínuos arrombamentos – curtindo a cidade longos dias de sede – ou se transformava em enxurrada, conduzindo toda sorte de impurezas.³²

Não bastasse a situação do rego público de Diamantina, havia ainda os consertos a serem feitos pela municipalidade nos bicames, chamados de canaletas. Eram de madeira (aroeira), muitas delas eram procedentes do período colonial e traziam as águas do Rio das Pedras. Como aponta o agente executivo Juscelino Dermeval da Fonseca no Relatório de 1931 havia insuficiência desse manancial para servir à população diamantinense água de boa qualidade. A água servida para população foi descrita como barrenta e anti-higiênica entre outras denominações pejorativas.

[...] Quantas vezes não se retiraram animas mortos- e até vaccas- de dentro do rego! Chegadas à cidade, suas aguas distribuídas em bicas de aroeiras ou telhas, que as levavam às pias, de onde, em encanamentos particulares, quase sempre imprestáveis, iam ter às casas. Tudo colonial, rudimentar, anti- higienico.

No seu relatório da administração municipal nos exercícios de 1919 e 1920”, disse então o presidente da Camara, sr . Cosme Alves do Couto, referindo-se ao abastecimento d’agua da cidade: “ E o problema a se rrsolver é a constante preocupação do povo e dos dirigentes do município”.³³

Portanto, fazer os reparos nos antigos bicames foi percebido como uma tarefa morosa pela sociedade. Paulatinamente, essas peças foram substituídas por canos de chumbo e por ferro galvanizados.³⁴ A falta de uma agenda municipal mais efetiva e organizada com relação à troca dessas canaletas pela canalização de ferro fez surgir, em meio à sociedade, a sensação de que a classe política tratava com certo desprezo o bem-estar dos cidadãos. Esse sentimento presente na coletividade era noticiado pela imprensa e usado por parte da oposição política, que detinha um prévio conhecimento sanitário.

Com tantas críticas negativas, a administração pública nas décadas 1910 e 1920 passou a investir em obras para otimizar o abastecimento de água potável. Como exemplo, estão as obras para melhoria do maior manancial da cidade, denominado Pau de Fruta. Esse manancial continua sendo o principal fornecedor de água potável em Diamantina, apesar de haver alguns

³² FONSECA, Juscelino Dermeval da. Relatório: prestação de contas da Camara Municipal de Diamantina. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931. p. 09.

³³ FONSECA, Juscelino Dermeval da. Relatório: prestação de contas da Câmara Municipal de Diamantina. Belo Horizonte: imprensa oficial de minas gerais, 1931. p. 09.

³⁴ Como aponta o Relatório de 1931, a rede distribuição de água da cidade contava com 14 km de tubos de ferro galvanizado nas redes hídricas de Diamantina. Esse material passava por um processo acréscimo de zinco fazendo que aumentasse a sua durabilidade evitando a corrosão do ferro.

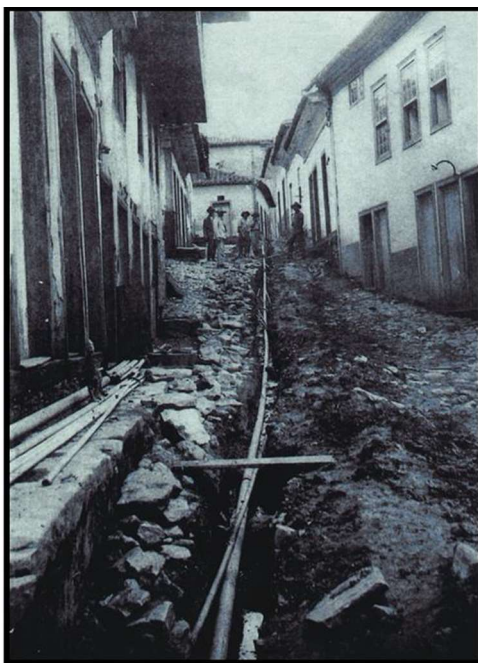
olhos-d'água de menor porte espalhados pela malha urbana diamantinense. Contudo, como informa o Relatório de 1931, as fontes de água não foram capazes de suprir as necessidades por completo nas ruas da cidade por um longo período, ou seja, fornecer água para uma quantidade razoável de moradores dos bairros. Muitos desses cursos de água sofreram ações poluidoras ou foram estagnadas devido ao aumento da urbanização de alguns bairros e as águas, que até então eram límpidas, perderam o padrão de qualidade para o consumo.

O processo de canalização das vias públicas da cidade passou a fazer parte de uma agenda prioritária municipal. Acreditavam os políticos locais que essas obras poderiam dar prestígio aos administradores públicos que as fizessem. Consequentemente, essa canalização iria trazer à cidade melhores condições sanitárias para as populações, evitando assim, o atraso e falta de “civildade”, como apontava Juscelino Dermeval da Fonseca, o agente público da época em que se deu o maior investimento sanitário urbano.

É importante salientar que os melhoramentos urbanos eram executados de acordo de acordo com a postura sanitarista adotada pelo município, as medidas higienizadoras tentavam complementar e assegurar o bom funcionamento presente e futuro das obras de saneamento.

No caso especificamente de Diamantina, as propostas sanitárias procuravam suprir algumas carências locais, dentre elas o abastecimento de água potável. Isso pode ser observado na Figura 8, a qual mostra a obra de canalização de água sendo executada no Beco do Mota.

Figura 8 - Obras de canalização de água potável no Beco do Mota.



Fonte: Acervo fotográfico da Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/ data.

A obra de saneamento no Beco do Mota, em execução na área central de Diamantina, confirma a preocupação com a saúde pública e isso significava dar um passo a mais na prevenção, evitando assim, o risco de contaminação das águas do rego público. Aos poucos, os espaços urbanos iam se transformando em ambientes modernos e salubres.

3.2. Ordenamento urbano em Diamantina

Para entender a lógica e a evolução do espaço diamantinense, é preciso compreender como as obras de ordenamento urbano da cidade interferiram nos espaços da cidade. Era urgente transformar os aspectos insalubres urbanos, por exemplo, fazer o alargamento de ruas e os calçamentos das vias públicas. Tais medidas preveniam o acúmulo de águas estagnadas presentes nos logradouros da cidade.

Outro aspecto importante no ordenamento urbano que esteve presente na agenda pública foi o controle das habitações, especialmente as dos bairros periféricos. A imprensa diamantinense denunciava a falta de rigor na fiscalização por parte da prefeitura em relação às moradias dos bairros. Muitas dessas casas eram apresentadas pelos impressos jornalísticos como algo insalubre. Isso apresenta a ambiguidade das políticas públicas sanitárias, no período estudado. Principalmente a partir de 1930, os bairros periféricos habitados por populações de baixa renda sofriam intervenções de menores portes e volumes nas construções das moradias. A municipalidade rejeitava encarar essa realidade, pois isso gerava o desgaste popular, além de esta ação gerar novos gastos, pois era necessário destinar funcionários para fiscalização de tais obras nos subúrbios da cidade.

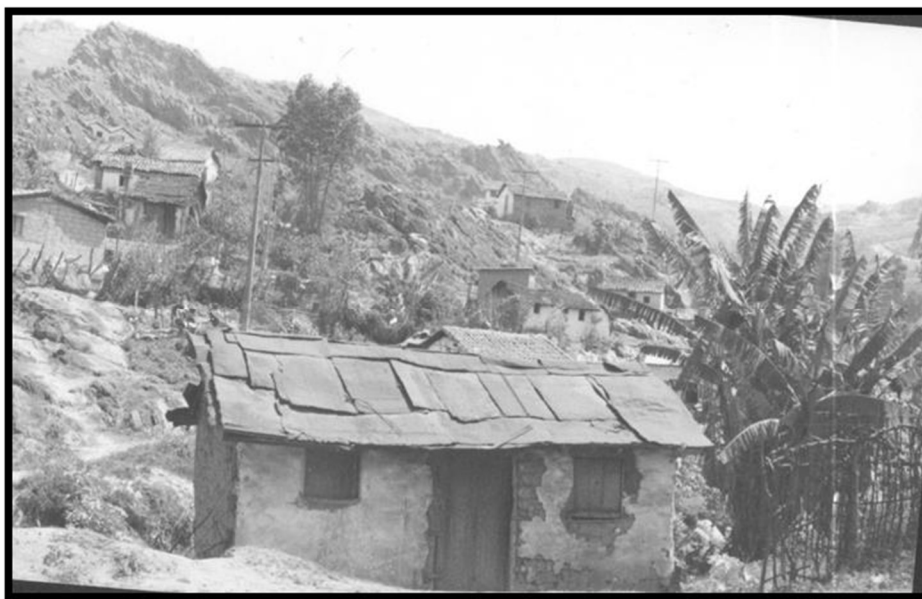
Os empreendimentos urbanos populares nos bairros periféricos, especificamente no Rio Grande, fomentavam o levantamento de críticas severas perante essa realidade vivenciada pelos moradores de baixa renda. Esse discurso pode ser confirmado em nota no *Voz de Diamantina*, no sentido de demonstrar uma desordem do espaço urbano a qual não se enquadrava nos ideais estéticos da elite diamantinense.

Mais uma casinha está sendo construída, no Bairro do Rio Grande, sem que, segundo parecer, a Prefeitura observe a inconveniência dessas construções, a torto e a direito, que ali seriam, prejudicando o bairro mais pitoresco que possui a nossa cidade. Urge que a digna Prefeitura não consinta á pequena construção, no ponto a que nos referimos, nem outras que, porventura, pretendam fazer perto do Pão, do contrário, em muito breve, desaparecerá o único ponto aprazível, que constitua o melhor passeio para os que nos visitam. Só temos que, louvar as passadas administrações municipais, que não permitiam umas tantas construções naquele bairro, próximas ao Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antonio, sem que fôsse ouvido o nosso director, porque ele é que mais se interessa pela conservação e melhoramento daquele

bairro. Si providencias não forem tomadas, ô poético arrabalde e transformará, muito breve em bêcos de espeluncas e cafúas.
 Infeliz cidade!
 Quem te viu e quem te vê-lo³⁵

Logicamente, esse discurso vinculado ao progresso leva à compreensão de uma sociedade excludente não compatível com as construções realizadas pelas camadas mais pobres. Enfim, o crescimento espacial não podia ser hostil às tradições da camada social abastada ou que detinha o poder. Pela advertência supracitada, tem-se a concepção de que as humildes edificações feriam a paisagem desejada pelos membros da sociedade diamantinense. Informar, através do jornal, foi uma tentativa de disciplinar e impedir o crescimento urbano desordenado. Na imagem (Figura 9) tem-se a demonstração desse crescimento urbano desordenado representado pelos casebres edificadas no Rio Grande.

Figura 9 - Ranchinho no Rio Grande.



Fonte: Acervo fotográfico da Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/ data.

Pelo espaço urbano diamantinense apresentado na ilustração (Figura 9), tem-se a imagem de uma casa de edificação simples e de pequeno porte, coberta por telhado de zinco, com característica bastante danificada pela falta de reparos. As construções precárias sempre estiveram presentes no perfil urbano diamantinense, a cidade apresentou um crescimento

³⁵ “Voz de Diamantina”. Diamantina: Semanário independente, protector da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 2, [n. 45], [s. d. Mutilado] 1938, p. 4.

socioespacial sob uma modernização de cunho excludente, incompleto e seletivo, que deixou a população pobre à margem do desenvolvimento.

Importante ressaltar que havia um tom de sarcasmo da imprensa diamantinense com relação à falta de política pública e de saneamento. Pode-se perceber essa crítica no jornal *Pão de Santo Antônio*. O escritor cujo codinome era Salus, escreveu, em 1930, sobre a debilidade da cidade, a pobreza e falta de infraestrutura. O autor conta uma história natalina em que a cidade era limpa, bem estruturada e havia um matadouro. No entanto, era apenas um sonho, pois a realidade era o oposto, apenas um conto de Natal.

Sonho desfeito

Longe da minha terra na sua grande noite de Natal, idelaizei num momento de repouso, que se passava nestas serranias, distantes mil Kilomentros da capital da Republica. Esquecendo por uns momentos aquelle leve do ouro humano, onde me achava, tapando os ouvidos ao voz cosmopolita fazendo um hiato naquela agitação fremente e constante da luta pela vida dos grandes centros, isolei-me, calmamente, de tudo isto, capaz de levar o espirito calmo e tranquilo do mineiro habituado a doce paz e sossego de seu recanto, a galgar o corcovado numa fugida desabalada , ou a procurar o hospício Pedro II e entrar sem licença para uma de suas celas, a espera ao provável diagnostico- confusão mental.

Preferi uma espreguiçadeira, onde, curtindo sobre o fígado uma temperatura de trinta e contra o peso à sombra, e fumando meu Odalisca visse através da sua fumaça azul, tudo e todos que por aqui andavam. Ouvi, repliques [...]

Senti o gosto das pelles de leitão assado, nas ceias comi bolos de arroz com muita gordura [...]

[...] Vi descer pela serra dos Crystaes o velho de longas barbas brancas, vestidos, e com grande sacco às costas para semear brinquedos nos sapatinhos da guryxada, que dormira [...]

[...] Vi um sapatão do tamanho do Pão de assucar, deitado, desde a Palha até o Rio Grande. Era o sapato de diamantina cheio de presentes que o Papae Noel lhe havia trazido.

Alli estavam um matadouro modelo, novinho em folha; um mercado limpo, asseiado, com instalações higiênicas, condizendo com os nossos foros; ruas calçadinhas, capinadinhas, sem buracos, limpinhas, sem cuscuzeiros fedorentos.

Mas como todo sonho de pae de família se defaz quasi sempre com um grito de menino, a pedir agua, ou dor de ouvido, o meu sofreu esta interrupção. Apesar de tudo, cheguei a me convencer que alguma cousa de real devia existir [...]

[...] Dura realidade!

O matadouro continua como nossa maior vergonha; o mercado, deposito de lixo, exgottos arrebetados pela cidade, vomitando immudicies em ruas mal cuidadas, Rua da Caridade, os cuscuzeiros, exalando perfumes de carniças, cousa que nunca vimos com rêde antiga de exgotos. Qual Diamantina, no teu verdadeiro sapatinho encontrastes um embrulhinho sujo e muito sujo, por fora escripto por fora política e fumaça, e nada mais.³⁶

Esta citação revela uma das funções da imprensa diamantinense que, por algumas vezes, faz sua função, que é denunciar e relatar. Com a leitura do texto redigido, Salus pode avaliar como era a situação de determinados espaços urbanos na cidade de Diamantina. As reclamações

³⁶ “Pão de Santo Antonio”. Diamantina, 12 de janeiro de 1930 Anno 24, nº. 24. p. 4. col. 2.

publicadas nessa crítica restringem-se ao estado das ruas. Ficam notórios adecepção com a municipalidade e a precariedade vivenciada pela população dos bairros e ruashabitadas por camadas populares.

Cabe ressaltar que o clima nostálgico, ainda prevalecia na cidade havia um receio das consequências da modernização sobre os hábitos, costumes, tradições seculares locais. A sensação bucólica de cidade pequena de interior poderia mudar. “O progresso [...] provocaria a perda da identidade local e dos antigos modos de viver” (MARTINS, 2014, p. 264).

Martins (2014) aponta outro aspecto relevante é que a elite política diamantinense dividia entre dois Partidos os Conservadores e os Liberais.³⁷ Ambos sempre tiveram representação na Câmara Federal na República, ambos os partidos conseguiam fazer arranjos políticos no norte mineiro.

3.3. A política local e sua escolha pelo saneamento da cidade de Diamantina

Para conhecer a política local diamantinense no período de 1920 a 1930, torna-se necessário sintetizar o seu contexto político e econômico para entender as escolhas feitas pelos agentes públicos em relação ao saneamento e urbanização do município.

Segundo Martins (2014) esses políticos autoproclamados liberais eram homens que possuíam carreiras políticas consolidadas desde o período do Brasil Império até a época denominada República Velha. Contudo, essa força no cenário político brasileiro não trouxe grandes transformações socioeconômicas para Diamantina, se comparada a outras cidades mineiras, como Juiz de Fora e Belo Horizonte.

O município possuía algumas fábricas de pequeno porte ligadas aos ramos de ourivesaria, empreendimentos têxteis, gêneros alimentícios e alguns comércios que se sobressaíam na região do Norte mineiro. No entanto, Diamantina sempre teve uma baixa arrecadação, carecendo da ajuda financeira do Estado (MARTINS, 2014, pp. 214-361).

³⁷ Martins (2014), elenca os principais nomes da elite política diamantinense na Primeira República. Pedro da Mata Machado exerceu os cargos Senador, (1907-22) Deputado Federal (1912-14, 1918-1920 e 1933-1937); Augusto M Caldeira Brant Deputado Estadual (1920), Deputado Federal (1927); Olímpio J. Oliveira Morão Deputado (1889-1902), Senador (1903-30); Francisco Oliveira Lessa Deputado (1923-1930); Juscelino Barbosa Deputado Estadual (1989-99), secretário de fazenda do estado Minas Gerais (1908-1910). Os políticos citados tiveram papel importante na construção do progresso e urbanização na região nordeste de Minas Gerais e na formação de opiniões dos cidadãos.

Recorrendo a Martins (2014), Diamantina tinha uma coligação política consistente, coesa e poderosa ao ponto de eleger representantes tanto na Câmara dos Deputados Estaduais e Federais quanto no Senado. A elite política mantinha uma dominação legal e burocrática sob sua zona eleitoral. Esse era o diferencial dentre os demais núcleos urbanos do Norte/Nordeste mineiro; enfim, a cidade contava com uma sub-administração dos Correios e Repartição Geral dos Telégrafos, sede do 4º Batalhão de Polícia, departamentos de coletorias Federal e Estadual. Como salienta Carvalho (1997), muitas dessas instituições no Brasil serviam como “cabide de empregos” ou “moeda de troca” para os políticos do período Republicano.

Havia eleições para a ocupação dos cargos de deputados estaduais e federais. Segundo Martins (2014), essas eleições no período da República Velha eram realizadas da seguinte forma: a eleição estadual tinha caráter distrital, a cidade sediava o 6º distrito, e no âmbito das eleições federais, Diamantina sediava o 7º distrito. Diamantina era polo político regional do Norte/Nordeste mineiro, juntamente com a cidade de Montes Claros, que encabeçavam as principais decisões políticas administrativas da região.

Segundo Martins (2014), o poder político/administrativo diamantinense passava por arranjos familiares e por interesses dos ricos empresários ligados aos ramos diamantífero e mercantil da cidade. Portanto, o revezamento no poder era pequeno. Grupos familiares perpetuavam-se no poder, comandavam os destinos políticos e socioculturais tanto da sede quanto das regiões circunvizinhas.

Os chefes locais muitas vezes não representavam o eleitorado, mas sim os seus interesses e suas convicções. Consequentemente, usufruíam o poder público em troca de benefícios próprios e proteção do município. Os jornais da época citam as situações das localidades de Gouveia e Datas, que eram os principais distritos de Diamantina. Esses distritos não puderam ser emancipados, devido às interferências e às lutas por protagonismo político-administrativo. Tal fato só foi possível após o fim da Primeira República, com a derrocada dos coronéis. Mais precisamente com falecimento do Senador Mourão em 1930, sendo esse poderoso opositor a ideia de independências política e administrativa dos distritos de Gouveia e Datas.

Como aponta Fernandes e Conceição (2010), Diamantina teve alguns líderes políticos locais que tentaram manter a qualquer custo a sua extensão territorial. Algumas localidades possuíam certa autonomia econômica devido ao comércio e destacada atividade mineradora. A elite política diamantinense impedia o desprendimento e representatividade política nos seus distritos. Só tinham o reconhecimento os representantes distritais que serviam ou faziam as trocas de favores políticos, típica característica clientelista existente no Brasil Republicano.

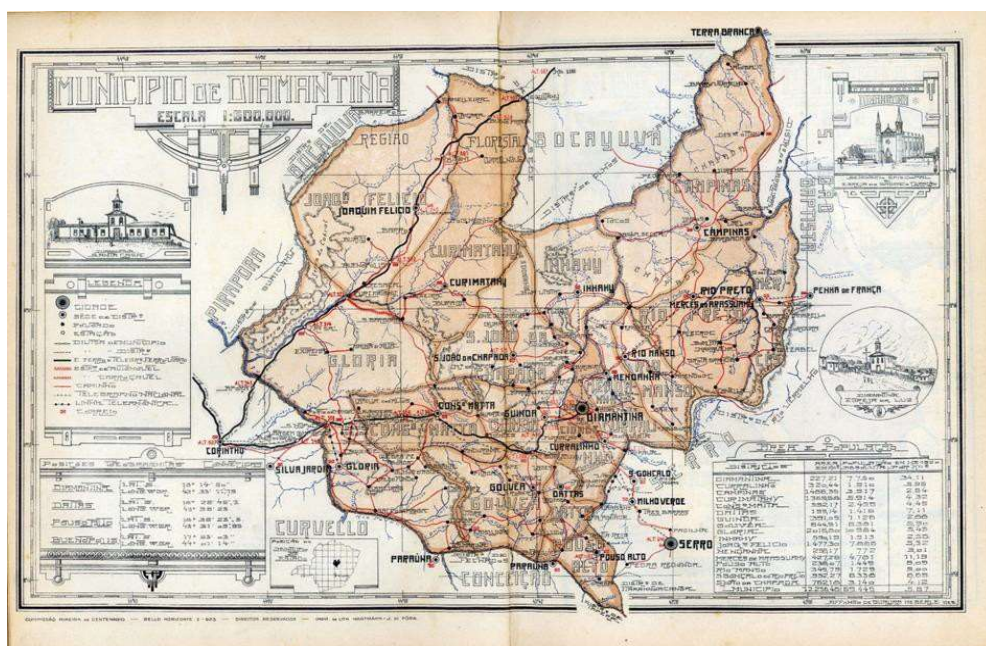
Pelo mapa do município de Diamantina (Figura 10) pode-se observar dois aspectos. Primeiramente, os distritos pertencentes a municipalidade: Curralinho (Extração), Campinas (Senador Mourão), Curimataí (distrito de Buenópolis), Conselheiro Mata, Datas, Guinda, Gouveia, Glória (distrito de Santo Hipólito), Inhaí, Joaquim Felício, Mendanha, Mercês de Araçuai (Senador Modestino Gonçalves), Pouso Alto (Presidente Kubitschek), Rio Manso (Couto de Magalhães de Minas), São Gonçalo do Rio Preto e São João da Chapada.

O segundo aspecto observado no Mapa 3, refere-se ao detalhamento de como era a divisão político-administrativa, e o tamanho e importância do município de Diamantina. Este mapa (Figura 10) revela o grau de importância do município de Diamantina, demonstra que a cidade tinha um grau de progresso, com relação a outras cidades circunvizinhas. Verificam-se nele as informações visuais e textuais. No que tange à imagem traz a identificação das várias fronteiras do município, os equipamentos modernos como: o traçado ferroviário, as vias transportes de carros, isso mostra a importância desta cidade.

Pode-se visualizar no referido mapa a agência dos correios. Além de prédios vinculados a Igreja Católica como: a Santa Casa de Caridade e a sua capela, o Seminário Episcopal e a Igreja Nossa Senhora da Luz. Esses colaboram para fixar uma imagem de cidade religiosa.

No que refere às informações textuais verificam-se dados sobre áreas territorial, total do número de população, e as posições geográficas de alguns locais. Enfim, a cartografia local apresenta a questão territorial municipal e a sua dimensão tecnológica (Figura 10).

Figura 10 - Município de Diamantina, em 1927.



Fonte: Acervo do Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927. Disponível: <<http://www.albumchorographico1927.com.br/resultado-busca/?busca=diamantina>>.

Apesar do afã modernizador apresentado pela elite política e membros da imprensa diamantinense, as tradições e tutela da Igreja Católica permaneciam. Observa-se esse aspecto no mapa do ano de 1927 (Figura 10), neste são apresentadas as referências católicas como a Igreja Nossa Senhora da Luz, o Seminário do Sagrado Coração de Jesus e Santa Casa de Misericórdia com sua singela capela. É importante salientar que todas essas referências apresentadas no mapa estavam situadas na parte Alta da cidade. Isso remete a ideia que a Igreja demarcava e controlava novos espaços, pois já dominavam a educação e a moral dos munícipes, logicamente influenciavam alguns agentes políticos.

Portanto, algumas localidades não tiveram força política e econômica para emancipar-se e continuaram nas condições de distritos de Diamantina, como: Extração, Senador Mourão, Conselheiro Mata, Guinda, Inhaí e São João da Chapada.

Por meio de jornais da época, pode-se fazer a leitura de que os homens do poderse utilizaram da esfera política para fins particulares e, a título de conhecimento, temos o Senador Olympio Júlio de Oliveira Mourão. Esse Senador teve uma extensa carreira política, fez permanente oposição à emancipação dos distritos circunvizinhos.

É importante ressaltar que o município de Diamantina possuía políticos influentes no cenário brasileiro. Além do senhor Olympio Mourão, havia outros, como o deputado estadual, Antônio Felício dos Santos e o Ministro da Aviação Francisco Sá (posto político considerado atualmente como o ministro da infraestrutura).

Algumas famílias tinham projeções políticas que ultrapassavam em muito as fronteiras do extenso município, “tiveram atuação política ampla, para além dos parlamentos, marcada pelo impulso de promover a modernização regional”. (MARTINS, 2014, p. 257) Cabe revelar que esses políticos tinham fortes ligações com imprensa local muitos deles eram editores, donos ou mesmo sócios. Assim, podiam utilizar esse meio de comunicação para divulgar suas ideologias. Muitos desses homens públicos assumiram a função de representantes da civilização moderna, passando a tanto na Câmara Municipal quanto nas folhas dos jornais, de fato exerceram os “papeis de educadores das classes subalternas, tornando parte ativa no processo de difusão dos ideais de civilidade e urbanização” (MARTINS, 2014, p. 259).

As leituras de jornais do período estudado e fontes documentais como Relatório de 1931 e atas da Câmara Municipal proporcionam compreender que os políticos e elite letrada foram primordiais para ver, tratar e modelar o espaço urbano, esses foram importantes gerenciar a expansão da cidade, ou seja, podiam construir novas formas estéticas arquitetônicas e traçados urbanos de acordo com as necessidades, urbanista e sanitaria. Esse plano era algo pautado a agenda republicana diamantinense. Tanto isso ocorreu que escolheram um espaço do

Largo Dom João pouco urbanizado, esse ambiente já era habitado pelos eclesiásticos, pois havia um Seminário e Basílica e do Sagrado Coração de Jesus. Havia neste local muitos espaços pertencentes a municipalidade, isso proporcionava a municipalidade menor gastos e evitava possíveis entraves legais, além de possuir a geografia pouco acidentada.

3.4. O papel dos periódicos para as mudanças comportamentais

Outro ponto relevante era que Diamantina tinha grande poder político. Essa força política era proveniente da influência do Bispado e de diversas redações de jornais de grande relevância regional. Dentre eles, destacava-se o jornal *Estrela Polar*, promovido pela Igreja Católica. Esse periódico, além de repassar os ensinamentos católicos, informava aos seus leitores as normas higiênicas que o cidadão deveria ter.

O alvorecer da República no Brasil não significou um período de grandes transformações socioculturais. O bispado diamantinense ainda exercia forte influência na população, isto é, o episcopado viu-se como o tutor das camadas mais humildes. Essa instituição acreditava ser capaz de dar a polidez, os bons hábitos (como o de etiqueta ou de higiene). Enfim, a famigerada “civilidade” aos diamantinenses.

Com a aprovação da Constituição no ano 1891, a união entre a Igreja e o Estado tornou-se inconstitucional, visto que o Estado brasileiro se efetivou como laico. Entretanto, a Igreja não deixou de exercer fortes influências na política e na sociedade brasileira. Essa instituição fazia-se presente nas reuniões de pauta dos governos, pois ditava as normas, as condutas cotidianas e morais a serem seguidas por seus influenciados.

Sabendo do seu indubitável poderio sobre as mentes e os corações de boa partados católicos, alguns eclesiásticos faziam questão de ressaltar a importância da Igreja, tanto para esclarecer a população quanto para discipliná-la, influenciando também no processo de higienização da população diamantinense.

A Igreja percebeu que os novos tempos chegavam à região. E que o progresso e a urbanização eram irredutíveis, portanto, seria cômodo e proveitoso aceitá-los e usá-los a seu favor. Os eclesiásticos sabiam que as mudanças era uma questão de tempo e de espaço para que as mudanças ocorressem definitivamente.

Segundo Martins (2014), o título de Empório do Norte fazia alusão ao intenso fluxo comercial oriundo das casas comerciais e do Mercado Municipal, sendo estes últimos abastecidos pelos tropeiros, que percorriam longas rotas no norte mineiro. No período estudado, Diamantina era considerada como um dos maiores empórios comerciais de Minas Gerais. A

economia nesse período foi decisiva para o processo de urbanização e sanitarismo, pois os capitais provenientes dos impostos pagos pelos comerciantes à municipalidade eram revertidos em melhorias urbanas. Diamantina teve um relativo desenvolvimento econômico, mercantil, e excepcional desempenho em seus negócios diamantíferos em relação a outros municípios. Contudo, as administrações realizadas no período estudado não conseguiram se efetivar e avançar com eficiência e celeridade em seus projetos de saneamentos básicos. E como resultados dessa falta de planejamento, obteve-se, durante décadas, um legado de carência infraestrutural, principalmente nas periferias.

Mudar os comportamentos e atitudes dos cidadãos nos e dos espaços urbanos poderia significar a inserção da sociedade para a nova ordem nacional das primeiras décadas do século XX. Era nesse contexto que o poder público e a imprensa fomentavam estratégias para modelar os comportamentos e os espaços urbanos nos rincões do Brasil.

Os jornais tinham a função de propagar as leis e normas, esses meios de comunicações serviam como instâncias civilizadoras, dando o norteamento necessário aos cidadãos. A imprensa diamantinense era fonte interação de elites letradas, especificamente a de cunho católico, esses jornais eram ditos como guardiães educação e dos hábitos, podendo dar os refinamentos necessários aos cidadãos.

Goodwin Júnior (2015) resume bem a função da imprensa do início do século XX quando atesta:

Estudar a atuação da imprensa em momento específico, num dado recorte e espaço-temporal, é estudar as relações de poder dentro de uma sociedade que moldam a compreensão que esta sociedade tem de si, e do próprio momento que vive. Abordar a imprensa como campo de estudo é, para além da história da técnica jornalística, uma história social: nele estão presentes elementos do jogo de forças que atuam num momento histórico - como destaque para as elites que controlam a escrita e produção do jornal e que pretendem ser as senhoras da memória no presente, garantindo assim, o controle sobre o futuro (GOODWIN, 2015, p. 104).

A imprensa dá aporte para a compreensão dos resquícios de dada sociedade como: os seus costumes, os hábitos, as suas escolhas políticas e as fragilidades. No entanto, o periódico é produto de escolhas como as de recortes, escolhas e opções de noticiários. Cabe salientar que maioria da população era constituída de analfabetos, portanto a escrita era feita para um público-alvo, ou seja, alfabetizado. A esse público letrado tinha a incumbência de lera notícia publicada, interpretá-la e para posteriormente ser repassada para os demais cidadãos não letrados. Os jornais também eram lidos em voz alta em para que os não letrados pudessem ficar a parte das notícias.

Percebe-se que, nos periódicos pesquisados, boa parte deles manifestava o fascínio pelo novo; outros, não. Entretanto, é certo que o urbanismo e as reformas na cidade ocupavam notas, manchetes e até páginas inteiras. Vale lembrar que vários periódicos eram de propriedades de famílias de influências políticas regionais como os Mourão, Felício dos Santos, Neves, etc.

Obviamente, todo movimento pode atingir algumas mentes e corações, com o ideal de ordem do progresso, contudo, existiam também críticas nos meios intelectuais e de determinados grupos sociais contra esse movimento. Os extratos sociais mais tradicionais do interior brasileiro, principalmente os ligados à Igreja Católica, acreditavam veemente que esse movimento de progresso poderia trazer o individualismo e a perda das tradições.

O bispado tinha um poder de persuasão principalmente no interior do país, onde o poder da Igreja e dos coronéis ditavam as normas a serem seguidas. Isso pode ser exemplificado com o artigo do autor Bento Rabeca, publicado no Jornal *Pão de Santo Antônio*, de 06 de fevereiro de 1921.

Num dos novos cafês de Diamantina Os dois amigos
 _ Apos! Até que resolvestes a vir gosar deste ar puro da nossa terra, hein?
 _ E beber da nossa deliciosa água também.
 _ Há quantos annos ausente?
 _ Não muitos, há vinte anos apenas.
 _ E que de novo encontras?
 _ alguma cousa bôa e muito ruim.
 _ Não digas tal! Tudo aqui é progresso. Luz electrica, estrada de ferro, telephone, cinema, engraxates e, brevemente uma linha de *bond* [...]
 _ E também grande progresso em hyprocrisia, falsidade e mentira, não?
 _ que dizes? Não vês o progresso que tem feito a religião, por exemplo? [...] temos novas associações religiosas de senhoras e senhorinhas, etc.
 _ Já que me tócas em religião devo ser franco [...] prevalece a mentira. Religião, e nudez: Contrastes[...] menino, que se harmonizam com religião, nem aqui, nem na China.
 _ Mas tudo isso é moderno, ninguém estanha mais, e alguns dos *responsáveis*, até consentem.
 _ Hoje o que impera, o que manda é o dinheiro; ora, tu tens também dinheiro, logo; se ficares aqui as suas ideias anda pallar-seão aos poucos ao meio de hoje. Ahi vem o carnaval e verás...
 _ Que logica... bem vejo que és moço inexperiente e feliz! Algum dia, porém, passará as minhas palavras de quem tem sobejas razões de não crêr nos homens, nem tão pouco no progresso sacrilégio da religião de muita gente, dessa sociedade actual. Tudo aqui amigo é hoje pura phantasia, sem aquella sinceridade antiga, atrahiada pelo exemplo dessa sociedade que tu chamas Religiosa, civilizada e progressista; mas que eu detesto e fujo dela.
 _ Está bem, até outra vista... e sahiu,
 _ É de veras! De política, nenhum ceitil: fallaram de cousas mais sérias !!!... (grifo nosso).³⁸

³⁸ “Pão de Santo Antonio”. Diamantina, 06 de fevereiro de 1921 Ano 14 nº 24. p. 2. col. 2.

O texto apresentado no periódico de cunho tradicional católico demonstrava um notório clima de saudosismo e desaprovação aos excessos liberais republicanos. O documento escrito e apresentado por Bento Rabeca criticava a sociedade diamantinense que optou pelos bens provenientes da modernidade como cinema, telefone, luz elétrica, estrada de ferro, mas esqueceu-se dos valores e preceitos religiosos. O redator dessa matéria acreditava que a sociedade civilizada e progressista perdera a tradição religiosa, a moral. Essa citação revela os códigos e laços de sociabilidade antigos, provenientes de um tempo que não existira mais, após o prelúdio da República. Enfim, Bento Rabeca acreditava que o progresso poderia gerar uma perda da identidade diamantinense, os antigos hábitos de uma cidade do interior. Foi possível perceber após algumas leituras dos periódicos redigidos por Bento Rebeca, tinha uma afinidade ao sistema político Imperial.

Fernandes (2004) afirma que a ideia de modernização, proposta pelo Arcebispo diamantinense, deveria estar alinhada às tradições, seguindo um protocolo que não gerasse mudanças socioculturais profundas ou que fossem feitas de forma lenta; tais mudanças deveriam, portanto, ser imperceptíveis.

O “Num dos novos cafés de Diamantina” exemplifica os debates oriundos dos jornais do período estudado, em que são revelados os embates de época. Nota-se que a escrita tem viés com forte traço de ambiguidade, ao mesmo tempo argumentativo, tem a função educativa e de socialização das novas ideias, a citação supracitada tem críticas marcantes com relação a modernização. Esse texto exemplifica caráter conflituoso que um periódico pode ter. A página de periódico pode ter o viés conflituoso, ser o espaço de debates polêmicos e acalorados. Pois são redigidos por pessoas influentes que ditam os valores da época, são indivíduos que fazem parte da nata social e detém o poder consequentemente, esses indivíduos têm as suas convicções, crenças, ideologias. Consequentemente, sofrem influências externas, tanto da Igreja Católica, quanto político partidárias e ideológicas impossibilitando assim, uma hegemonia. Cabe salientar que a imprensa diamantinense desempenhou um papel fundamental como espaço de divulgação e de memória de determinada parcela da sociedade.

No entanto, as mudanças de hábitos dos cidadãos, as inovações tecnológicas, descobertas científicas e as transformações progressistas ocorridas na sociedade norte-mineira conflitava com o debate tradicional presentes em determinados periódicos. Apesar da parcela da sociedade apresentar nostalgia e crítica aos novos hábitos provenientes da modernidade, prevaleceu em Diamantina o modelo de modernização conservadora. A elite política impôs as suas vontades e regras às camadas menos privilegiadas economicamente, foram feitas obras,

melhorias públicas nos lugares selecionados pelos dirigentes políticos, atendendo a determinada parcela da classe poderosa da cidade.

Para atender à demanda do progresso, era necessário escolher um espaço para formar os padrões de modernidade. A linha férrea seria o ideal para alavancar o desenvolvimento econômico da cidade. A chegada do trem poderia representar a obtenção de comodidades materiais, aprimoramento das relações sociais e mudanças nos padrões de comportamento, o que representava dar maior polidez à população.

Algumas cidades apresentam maior grau de transformação, outras, por terem elementos construídos de grande valor histórico e apego social, fazem com que estes elementos sejam preservados. Portanto, Diamantina optou por recorrer ao outro espaço, no qual a topografia colaborasse para os planos dos dirigentes políticos.

Enfim, por questões geográficas, estratégicas e econômicas, foi escolhido o Largo Dom João, por apresentar poucas irregularidades em relação aos declives e aclives, tão comuns na parte barroca colonial da cidade. Após a escolha do novo espaço de modernização e para a construção da linha férrea, o Largo Dom João, passaria a representar um espaço urbano de práticas e representações, pois a sociedade diamantinense iria incorporar os novos equipamentos urbanos, como o ramal ferroviário.³⁹

A classe dirigente diamantinense acreditava que construção de novo espaço na cidade, no caso, o Largo Dom João, poderia dar novos ares à cidade, ou seja, essa área almejada poderia dar um traçado moderno à cidade. Esperava-se que as novas ruas, avenidas, calçamentos e a arborização garantissem a salubridade do espaço e a civilidade da população.

Apesar de promover mudança no âmbito espacial da cidade, a estrutura de poder ficou intacta, ou seja, a classe política manteve-se no comando das decisões socioeconômicas e administrativas. No entanto, o desejo pelo novo articulava-se com apego ao velho. As sedes, tanto da Prefeitura de Diamantina quanto da Câmara Municipal continuaram com as ruas irregulares do centro colonial diamantinense. Essa trama urbana de becos e ruelas pode ser percebida nas cidades coloniais barrocas, onde a linearidade inexistia devido à topografia.

Embora de tantos conflitos políticos, ideológicos ou sociais, Diamantina, nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX, despontou no cenário mineiro, como uma das principais cidades do estado, com relação aos seus aspectos políticos, culturais e

³⁹ Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende à linearidade e é polinuclear, ou seja, tem um contorno indefinido. Foi assim desde a sua origem, combatendo e derrotando as tentativas de ordená-las de outra forma (MARX, 1980, p. 3).

econômicos. Dessa forma, a cidade recebeu dois epítetos que a denominava como Atenas do Norte e Empório do Norte, dependendo da ótica em que era citada.

O primeiro título fazia referência a uma das características marcantes do processo cultural diamantinense. O município sempre distinguiu como o centro cultural de Minas Gerais, formando desde o princípio de sua emancipação, pessoas influentes politicamente e intelectuais que iriam participar do processo político cultural de Minas Gerais. Muitos desses cursaram os colégios como o Ateneu São Vicente Paulo e o Seminário – ambos dirigidos por clérigos Lazaristas. Diamantina oferecia também um educandário feminino: o Colégio Nossa Senhora das Dores, o qual era regido pelas irmãs vicentinas oriundas da França.

Diamantina conseguiu manter, determinado crescimento sociocultural, apesar de passado o seu período de maior apogeu econômico durante o período Colonial. A República teve forças políticas e formando uma camada intelectual poderosa e influente. Assim, conquistou um ramal ferroviário com a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil, que acelerou a dinâmica arquitetônica e a economia diamantinense da época.

4. O LARGO DOM JOÃO SOB A ÓTICA DO PROGRESSO: O RAMAL FERROVIÁRIO VIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Este capítulo foi elaborado com intuito de analisar a atuação da municipalidade, a elite política em efetivar o progresso e o urbanismo no espaço físico da cidade, no caso específico foi o Largo Dom João. As análises elaboradas vêm sendo norteadas por três vertentes principais: as ações das elites políticas diamantinense e as transferências, traduções e ressonâncias das ideias urbanísticas; as introduções de inovações tecnológicas, no caso do Largo Dom João seria a inauguração da locomotiva e a estruturação urbana; e as intervenções urbanísticas e as transformações deste espaço. Para tal intento, foram analisadas fotografias do Largo Dom João e documentos oficiais.

A cidade é um produto construído pela sociedade, fruto do desejo e da perspectiva. Diante desses sonhos, a urbe prepara-se para consolidar o ideal de cidade moderna. Uma das metas de modernização do município era ter novos recursos tecnológicos como, por exemplo, a locomotiva, essa poderia possibilitar maiores recursos econômicos, o transporte de cargas e pessoas poderiam se tornar mais acessíveis. Para a região norte mineira republicana, o transporte ferroviário era algo inacessível, logicamente o meio de transporte ferroviário já existira desde o Brasil Império, em algumas cidades de médio e grande porte, no entanto, ainda era uma tecnologia inovadora para os municípios dos rincões do Brasil no período republicano.

O desejo pela construção da estrada de ferro vinha desde meados do século XIX, mas a articulação política ganha forças no alvorecer da República, mais precisamente no ano de 1904, já no século XX. Quando Diamantina e região tinha uma representatividade política na esfera política brasileira, a região tinha elegido representantes como: senadores, deputados tanto no nível federal, estadual e ministros da república, cargos políticos de elevada relevância nacional do Senador Olympio Mourão, o ministro da Aviação senhor Francisco Sá⁴⁰, o deputado Carlos Ottoni.

A urbanização do Largo Dom João está essencialmente ligada a construção da malha ferroviária na cidade. Portanto, é necessário compreender o processo político em que sedeu a chegada do ramal ferroviário em Diamantina.

⁴⁰ Na atualidade refere-se ao Ministério de Desenvolvimento e Transportes.

Observa-se que o Sr. Deputado Carlos Ottoni na sessão de 25 de novembro de 1904, fez uma solicitação requisitando um acréscimo no projeto de Orçamento da Aviação. Esse pedido referia-se à construção de um ramal ferroviário até a cidade do norte mineiro, neste caso solicitava a extensão da linha ferroviária até Diamantina.

O referido deputado elencava as virtudes da cidade de Diamantina evidenciava os prós em se construir o ramal ferroviário, os pontos positivos da cidade e a sua infraestrutura disponível naquele período. Como aponta o deputado Carlos Ottoni na sessão de 25 de novembro de 1904, a cidade era umas das mais populosas e prósperas economicamente do norte de Minas Gerais.

Diamantina é o centro de convergência daquela zona, pôde-se dizer - a capital do norte de Minas. É uma cidade das mais prosperas e adentadas de Minas. Seumunicípio possui estabelecimentos de instrução de primeira ordem: um Gynmnasio, Escola Normal, Seminario, escolas em todos os districtos.

Nelle existem lavras riquíssimas de diamantes, de oiro, de todos os metaes. Há tambem muitas fabricas de tecidos, de ferro, de lapidação de diamantes.

[...] E a Diamantina é o grande vestibulo dessa vasta, rica e importante região, que só precisa, para completa grandeza, que lhe concedam alguns kilômetros de estradas de ferro.

[...] ligar a Estrada de Ferro Central à Diamantina é prendel-a à grande artéria Victoria a Diamantina, juntando em um amplexo duas redes de linhas commerciaes e estratégicas, separadas apenas por dezenas de kilômetros.

[...] As duas grandes redes são vias de penetração, abrindo passos ao commercio, a indústria, ao desenvolvimento de nossas imensas jazidas de ferro, de oiro, diamantes, de todos os metaes, incrementando a colonização, e aproveitamento das mattas, o povoamento do território (OTTONI, 1904, pp. 7-11).

O deputado Ottoni assinala para os argumentos concretos sob o município. Ele elenca as condições econômicas, os fortes potenciais na mineração e a potencialidade da cidade por ter algumas instituições educacionais. Apresenta o progresso da cidade representado pelas pequenas indústrias e os comércios. Apesar disso, Diamantina não era um município rico, pois a produção diamantífera caíra na segunda metade do século XIX, deixando muitas pessoas falidas. No entanto, acreditava a elite política que a vinda da estrada de ferro poderia amenizar possíveis desequilíbrios econômicos. Ou seja, Diamantina poderia fazer jus do epíteto “grande empório do Norte”, tornando-se de fato o ponto de abastecimento tanto de gêneros alimentícios de produtos manufaturados das indústrias situadas nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. A estrada de ferro traria as comodidades e novidades das capitais. Assim, Diamantina poderia ser a referência socioeconômica para os demais municípios circunvizinhos.

Como apontam Moraes e Costa (1985), a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) construíra, em 13 de maio de 1904, a primeira locomotiva de mercadorias e passageiros até

Estação de Alfredo Maia no estado do Espírito Santo. A ideia inicial da Companhia Estrada de Ferro Vitoria Minas era alcançar Minas Gerais, até as cidades de Diamantina e Philadelphia (atual Teófilo Otoni).

Moraes e Costa (1985) revelam que o idealizador da linha férrea era também o principal empreendedor o engenheiro Pedro Nolasco, esse defendia as interligações de cidades produtoras de café, exploração de madeira e minérios.

A possibilidade de retirada dos recursos minerais fazia com que o sonho tornasse próximo, era dentro dessa perspectiva que a elite política diamantinense tentava convencer os demais interessados. Ou seja, a alusão ao diamante e prováveis recursos minerais atraíam olhares e interesses de homens empreendedores e bem relacionados com as classes políticas.

Carlos Ottoni relatou em seu discurso de 1904, que o referido engenheiro Pedro Nolasco tinha pretensões e sabia da importância dessa linha férrea para o crescimento econômico regional, tanto que o deputado cita a fala do engenheiro e de suas aspirações futuras “a importância da linha de Victória à Diamantina poderá, dentro de poucos annos ser comparada com Estrada Santos à Jundiahy” (OTTONI, 1904, pp.1-11). E nesse clima de euforia e fascínio pelas tecnologias que se construía o anseio empreendedor desses homens poderosos e endinheirados.

Esse clima pretensioso da elite poderosa arrastou-se por décadas, a vontade de ter as comodidades modernas confrontava-se com a realidade dura e uma economia tímida. Consequentemente, os melhoramentos na infraestrutura da cidade não foram tão rápidos como eles imaginaram.

Como salienta Corrêa (2002) para a construção da linha férrea a empreitada foi liderada desde o início por dois renomados engenheiros: João Teixeira Soares e Pedro Nolasco. Para custear tal intento foram disponibilizados recursos dos cofres públicos, sendo que nos primeiros trechos da Ferrovia Vitoria a Minas parte do financiamento foram de iniciativas privadas e parte desse montante foi de fora do Brasil, principalmente dos Bancos Belgas.

Como informa Corrêa (2002), o projeto de construção da ferrovia Vitória à Minas foi executado a modo de evitar gastar excessivamente, e, no entanto, as medidas foram pensadas em curto prazo. Optaram por exemplo, por traçados mais simples, evitando recorrer ao uso das chamadas obras de arte de engenharia, como túneis, grandes cortes, aterros e foram ainda limitadas as construções de pontes, ativeram somente ao indispensável. Outra medida de contenção de custos foi a adoção da bitola (distância entre os trilhos) de um metro, mais barata do que a bitola larga de 1,60m.

No que se refere a questão técnica na construção da linha férrea brasileira. De fato, não teve uma uniformização, cada ferrovia brasileira tinha um padrão de bitola, algumas eram largas com espessura 1,60 m, outras eram menores com os raios 1,0 m., portanto, esse erro estratégico que se iniciou ainda no Brasil Império, teve a continuidade até o período Militar com padronização das bitolas por regiões do Brasil. Enfim, o Brasil fugiu ao padrão de países fronteiriços como: Argentina e Uruguai. As bitolas brasileiras foram construídas sem uniformização, os tamanhos das bitolas brasileiras eram variados. Muitas dessas medidas foram para baratear os custos. Entretanto, estudos técnicos da área de transportes, esclarecem que essa economia limitou o desenvolvimento do transporte ferroviário no Brasil, pois não havia uma política forte de intervenção do Governo, Ministério dos Transportes Resumidamente, esse modelo era fora dos padrões estabelecidos mundialmente. Outro ponto negativo era que o Brasil não tinha um polo industrial pujante. As locomotivas tinham de ser importadas principalmente da Europa. Enfim, toda essa estratégia usada no setor de transportes foi um fiasco custou caro a nação brasileira posteriormente.

Como elucida Corrêa (2002), para construção da Estrada de Ferro Vitória Minas partiram da Europa à Vitória no Espírito Santo, milhares de toneladas de trilhos, além de 12 vagões abertos (vagões prancha), um vagão fechado, um carro de passageiros e as duas primeiras locomotivas a vapor, fabricadas na Alemanha. Depois de negociações e mudanças “A Vitória à Diamantina”, como era chamado o projeto naquele período, saía definitivamente do papel, mas ainda iria sofrer muitas correções e alterações ao longo do tempo. Se não fosse pela articulação e representatividade política, por pouco Diamantina não perdera o seu almejado ramal ferroviário.

Corrêa (2002) evidencia que houve uma mudança no traçado da ferrovia. Devido a esse entrave, a estrada demorou a iniciar as obras no município de Diamantina. Esse episódio ocorreu em 1909, numa negociação entre o Estado e um grupo de empresários ingleses. Os empresários ingleses estavam cientes da existência de grandes jazidas de minérios de ferro em Itabira (MG), e conseguiram a mudança no projeto inicial da ferrovia após a autorização do Governo Federal. Enfim, conseguiram levar os trilhos até as jazidas minerais em Itabira. Devido a essa mudança no traçado de edificação do ramal ferroviário, as elites locais e a imprensa diamantinense ficaram inconformadas, persistiram e lutaram sem descanso para a construção do ramal férreo, não faltando, assim, cartas e ofícios com apelos aos políticos influentes. Como o ofício enviado ao renomado político republicano Campos Brandão.

Esperamos, pois, que o Governo tomando de consideração tão justo apelo, mande construir um ramal de Central a Diamantina, cujos estudos já se acham prontos e cujas despesas nada valem em relação aos grandes lucros que futuramente dará tão necessária e urgente medida.⁴¹

Esse ofício foi divulgado no jornal *O Norte* em 1909, e nesta publicação fica clara que houve pesquisas para saber as potencialidades da região, sendo assim, essas não poderiam ser ignoradas pelas autoridades. Tal apelo foi ouvido e reforçado pelo ministro Francisco de Sá, que havia prometido aos cidadãos diamantinenses.

Segundo os jornais da época, o político Francisco Sá já havia se comprometido com sua região, ao declarar abertamente caso tornasse um ministro faria o ramal férreo, assim assumindo a sua função na pasta de Aviação. Seu primeiro despacho no Governo Nilo Peçanha, foi a substituição do Decreto 7455, de 08 de junho de 1909, decreto que limitava a construção do trecho da E. F. Vitória de Santa Ana de Ferros a Serro, pelo de Currallinho (atual Corinto) a Diamantina. Portanto, essa foi uma promessa cumprida por Francisco Sá aos diamantinenses. Esse ministro manteve o projeto inicial que ligava E. F. Vitória a Corinto. Logicamente, essa linha férrea percorria o município de Diamantina.

A notícia da aprovação do ramal Currallinho (Corinto) a Diamantina foi bem recebida. No entanto, como tudo no Brasil tem que fazer as ditas comissões, sejam elas fiscalizadoras, executoras e orientadoras; a aprovação da obra não fugiu à regra brasileira. Assim, criaram-se várias comissões para tratar do assunto relativo à construção do ramal férreo. Dentre elas, o comitê responsável por elaborar o relatório a ser apresentado ao Presidente do Estado (cargo atual Governador de Minas Gerais) e ao Secretário de Finanças. Esse último cargo tinha na época responsabilidades como administrar os recursos minerais, agropecuários e industriais.

A construção da linha férrea era a pauta principal dos jornais diamantinenses, esse debate era constante entre os donos e sócios dos jornais. Os respectivos periódicos e homens da imprensa: *Estrela Polar*, Padre Antônio Torres; *Pão de Santo Antônio*, José Augusto Neves; *Idea Nova*, João Felício dos Santos e *O Norte*, Salles Mourão. Esses faziam da chegada do trem de ferro um evento épico para os crescimentos urbano e econômico.

De acordo com o projeto de construção da linha ferroviária, a sua extensão seria de 147 km e 500 metros, 10 estações, sendo que as principais estações ficariam nas seguintes

⁴¹ “O Norte”. Diamantina, 02 dezembro de 1909, Ano I, Nº 32, Coluna 2, p. 02.

localidades: Roça do Brejo, Rio das Velhas, Monjolos, Rio Pardo, Quartel, Rio Pardo Pequeno, Bandeirinha, Guinda e a última parada em Diamantina, a qual seria não só beneficiada, mas também receberia o mérito pela grande conquista. Ter um ramal ferroviário representava para parte das classes dominantes e poderosas a consolidação de um sonho, um período de transformações espaciais na cidade, um novo ciclo de (des) construção da cidade Colonial Barroca. Enfim, a linha férrea poderia corresponder para alguns políticos a modernidade ocorrida nos grandes centros urbanos brasileiros.

4.1 A estação ferroviária e sua contribuição para a mudança da paisagem no Largo Dom João

Segundo Mourão (1971), a estação ferroviária de Diamantina foi construída no Largo Dom João (antigo Largo do Curral. A escolha do local não foi uma unanimidade e apesar de tantas lutas para se ter a estação ferroviária, teve também ideias opostas ante a construção da estação ferroviária no Largo Dom João. Ou seja, alguns opositores acreditavam que a antiga praça iria ser prejudicada, pois iria perder o seu clima bucólico e ar austero como exige-se na época. O Largo D. João tornou-se um centro perigoso, de franca libertinagem e orgia, o que constitui uma afronta aos nossos bríos os nossos costumes de cidade culta e civilizada, uma afronta à dignidade dos dignos e modelares sacerdotes.⁴²

É recorrente as queixas e reclamações no periódico de cunho Católico, havia sempre uma busca por uma conduta embasada na moral e nos bons costumes. Como já fora citado anteriormente, o espaço do Largo Dom João era o menos acidentado geograficamente da cidade. Isso significaria aos cofres públicos maior economia, e, entre debates acalorados chegaram ao consenso que a estação ficaria na parte Alta da cidade (no antigo Largo do Curral).

No dia 22 de agosto de 1909, a sociedade diamantinense estava convidada a participar da solenidade que era inaugurar o marco simbólico no lugar que seria a futura estação ferroviária no Largo Dom João.

⁴² “Pão de Santo Antonio”. Diamantina, anno, nº 16, 04 janeiro 1931, p. 4.

Figura 11 - Placa Simbólica para construção da Estação Ferroviária



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/d.

Esta imagem (Figura 11) demonstra o marco simbólico para construção da estação ferroviária Largo Dom João. Nota-se também a ausência de edificações comerciais ou casas de moradia e pode perceber a presença de inúmeras árvores. Vê-se uma pequena obra com placa a qual representava um ato simbólico comum na administração pública brasileira e pode ser entendido como o compromisso do político com a população. De fato, a sociedade em sua maioria se prende aos símbolos e, esquece-se de cobrar o que de fato importa, ou seja, o trabalho obrigatório do dirigente público. Todavia, esse era o marco simbólico, um ato de compromisso firmado para com a população, entretanto, essa transparência se perdera no percurso da obra.

A solenidade foi marcada para as 9 horas da manhã, horário inconveniente para a maioria das pessoas que tinham uma rotina de trabalho e suas tarefas cotidianas. Essa festividade ficou restrita a um pequeno número de cidadãos e o descontentamento de populares que não puderam comparecer por causa do horário, ficou registrado nos jornais da época.

Segundo o jornal o *Norte*, de 1909, o comércio próximo fechou as portas, para acompanhar o momento simbólico. A solenidade contou com as presenças das autoridades e música executada pela banda do corinho. Houve o estouro de foguetes que marcaram o momento do início da grande conquista do povo, como dizia o orador daqueles eventos, professor Antônio dos Santos Mourão: “Dentro de pouco tempo o silvo agudo das locomotivas, despertará ecos da serra: a cidade recebê-la-á em galés, em meio da mais justa expansão de

júbilo. Marcará o momento solene da grande conquista do povo”⁴³. A participação das camadas populares em eventos na República não era comum. Essas quase sempre eram excluídas das celebrações importantes.

Comumente as obras de proporções maiores não tem celeridade no Brasil, sempre permeadas por entraves. As limitações podem ser por falta de verbas, desvios financeiros, falta de planejamento. Levando em consideração esse despreparo da administração, Diamantina ainda teve que esperar mais cinco anos para ouvir pela primeira vez o apito da locomotiva. No entanto, no decorrer destes anos, a cidade preparou-se para o grande momento. Algumas mudanças ocorriam na cidade na perspectiva da chegada da locomotiva a vapor. O comércio ganhou mais força e várias casas comerciais foram construídas no Largo Dom João.

Planejar, construir e remodelar a parte Alta (Largo Dom João) foi uma tarefa da elite política e econômica diamantinense, normalmente essa classe impunha seu domínio e a sua intolerância aos demais. Essa camada dominante usou dos seus conhecimentos técnico-científicos para fazer a modernização conservadora no espaço diamantinense.

O Largo Dom João tinha que se embelezar para a chegada do ramal férreo. Como apresenta Goodwin Junior (2015) as elites econômicas e políticas, foram as responsáveis pela implantação dessas novas ideias associadas à estética, a uma arquitetura nova essas sonharam como um espaço totalmente reformado, condizente com o novo regime político, a República, sendo capaz de transformar as coisas passadas e possibilitando a criação de uma nova paisagem, de um espaço civilizado e prático.

O embelezamento estético da cidade era considerado muito importante, e parque e jardins eram vistos pelos defensores da civilização como espaços primordiais para vivência (e difusão) de uma civilidade moderna da cidade e apropriada. Todavia, o conceito de embelezamento ia além disso, e pressupunha uma cidade onde pudesse caminhar, onde as mercadorias e veículos pudessem trafegar, onde as ruas pudessem ser transformadas em espaço de sociabilidade e de consumo (GOODWIN, 2015, p. 221).

O embelezamento do Largo Dom João era um dos ideais da elite política, pois dava uma paisagem nova à cidade, configurando-a numa fisionomia diferente daquela costumeira da arquitetura Barroca Colonial apresentada na área central diamantinense. A paisagem apresenta de diferentes maneiras, algumas de formas mais duráveis e outras menos, no entanto, todas são “a combinação de objetos naturais e fabricados”. A paisagem é espelho do momento vivenciado pela sociedade (SANTOS, 1986, p. 37).

⁴³ “O Norte”. Diamantina, 25 de agosto de 1909, nº 32, Coluna 2.

Como esclarece Milton Santos (1986), uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade, a paisagem está em constante transformação, assim como a sociedade que é uma constante metamorfose, o Largo Dom João passou por constantes alterações na sua paisagem. Esse espaço sempre foi modificado para atender uma nova realidade, logicamente essas mudanças não aconteceram instantaneamente, ela precisou de lapso de tempo. O Largo teve diversas obras e mudanças na sua paisagem e a arborização desse espaço é exemplo disso.

Figura 12 - Arborização no Largo Dom João



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/d.

A ilustração acima (Figura 12) corresponde a uma nova estruturação do traçado urbano, a arborização e desenvolvimento da parte alta da cidade (Largo Dom João). Esse processo de estruturação do espaço gerou algumas melhorias como calçamento de logradouros próximos ao local. As inovadoras técnicas da arquitetura e urbanismo trouxeram melhorias técnicas e estéticas que proporcionaram uma melhor qualidade na vida cotidiana para os cidadãos, pois possibilitavam aos indivíduos uma opção de lazer e socialização.

Diamantina por ser uma cidade colonial não estava habituada com jardins e arborizações de seus espaços. Como refere Marx (1980), “os jardins eram raros na cidade colonial brasileira. Resumiam-se a parcelas das grandes propriedades religiosas e dos quintais das residências”. À medida que, o Largo Dom João começou a executar o plano urbanizador, outras áreas urbanas começam a desenvolver, a ideia de modernidade passa ser refletida com mais afinco.

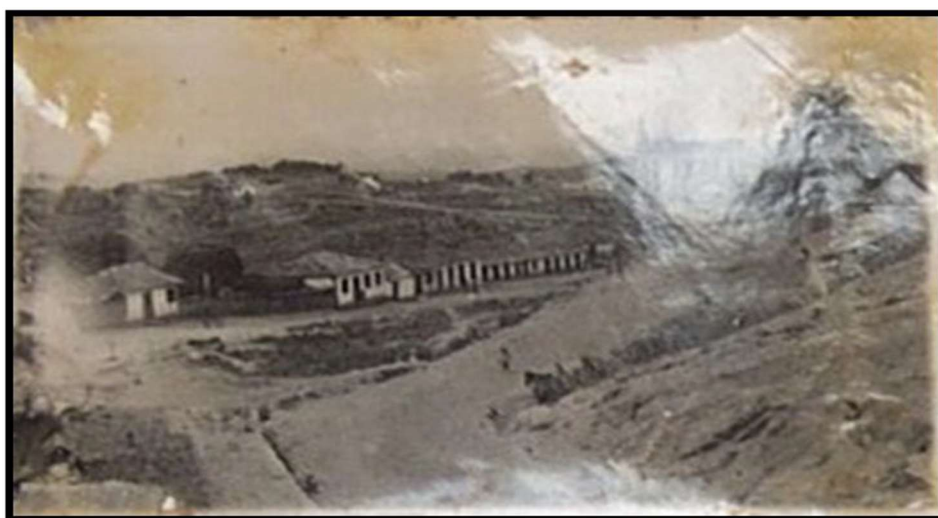
Enfim, determinadas partes da classe política aspiravam no decorrer das três décadas do século XX, desfazer de tudo que lembrasse o atraso associado à estética barroca. Portanto, o

ajardinamento era uma forma de participar das novidades urbanísticas, além de preencher os espaços vazios da cidade como revela Marx.

[...] as áreas ajardinadas se multiplicam, crescem e passam a constituir um elemento ponderável no conjunto das edificações e dos espaços vazios da cidade brasileira. Surge um novo tempo urbano para a prática e para o gozo da jardinagem. [...] Daqueles poucos casos excepcionais, não foram tantos nem tão marcantes como as primeiras conquistas do paisagismo. Representaram, no entanto, o trato ou o desejo de algo a partir de então imprescindível na paisagem urbana. Correspondente deve ser comprometida a introdução, naquele momento histórico, da arborização dos espaços públicos (MARX, 1980, p. 58).

O Largo Dom João possuía espaços vazios permitindo o ajardinamento como indicado na imagem a seguir (Figura 13). Com isso as gerações seguintes puderam usufruir desse espaço para socialização e como local de trabalho ligado ao entretenimento. O Largo tornou-se um verdadeiro canteiro de obras com a construção da estação ferroviária.

Figura 13 - Largo Dom João (antigo Largo do Curral)



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/d.

O Largo Dom João (Figura 13) apresenta um local com potencialidade para o crescimento urbano. Como informa Santos (2015), o local e ruas circunvizinhas eram formadas por tecido urbano composto por casarios simples e uma população humilde. Com o passar dos anos e com a construção do Seminário e Basílica Sagrado Coração de Jesus, segundo Santos (2015), essas edificações deram maior relevância ao local e, no entanto, ambas as construções do episcopado no final do século XIX e início das três primeiras décadas do XX, não permitiram muitas transformações socioeconômicas ao local.

Como informam as atas da Câmara Municipal, as mudanças pontuais como calçamento e iluminações elétricas de ruas passaram a acontecer após a construção do ramal ferroviário.

Figura 14 - Basílica Sagrado Coração de Jesus no Largo Dom João



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/d.

Na imagem (Figura 14) vê-se representada as primeiras intervenções no sentido de projetar e construir importantes equipamentos no Largo Dom João, são expostas parte do Seminário e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus em estilo neogótico. Santos (2015) afirma que essas construções foram idealizadas pelo primeiro Bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos, homem de família abastada e de grande influência política na época. Contudo, esse clérigo não viu os seus projetos realizados devido ao seu falecimento no ano 1905.

Essas foram as primeiras intervenções observadas no Largo Dom João. O Seminário eclesiástico e a Basílica deram vivacidade ao Largo Dom João. No entanto não foram capazes dar intensidade econômica.

Com a iminência do término e inauguração do ramal ferroviário os dirigentes políticos apresentaram à Câmara Municipal uma proposta de mudança no Largo do Curral, lugar onde localizava o ramal ferroviário.

3 de fevereiro de 1914, Flávio S. de Figueredo – Dr. José Eulálio Pacífico Neves Dornas. Para a ordem dos trabalhos. Apresentação de projetos, requerimentos, indicações e moções. O Sr. Flávio, após fundamentação apresentou a seguinte indicação. Indico que a Câmara autorize ao Agente Executivo a mandar colocar no Largo de D. João desta cidade, a respectiva placa com o nome do saudoso D. João Antônio dos Santos, primeiro bispo desta Diocese. A cuja memória o povo Diamantinense sempre rendeu o maior respeito de homenagem. Não se trata de uma ascensão nova, senão do cumprimento do disposto em parecer de 26 de maio 1866. A placa com os dizeres “Lar de D. João” deve ser colocada no lugar que o Agente Executivo julgar mais conveniente. S. S. 3 de fevereiro de 1914. Flávio S. de Figueredo. Submetida a discussão e votação, é unanimemente aprovada (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1914, pp. 108-110).

Enfim, no dia 03 de maio de 1914, ocorreu a almejada inauguração. No entanto, por falta de comunicação e esclarecimento, criou-se mais uma polêmica na cidade, pois muitos populares divergiram com relação ao nome dado ao local Largo Dom João, boa parte queria que fosse chamado Largo Três de Maio, em referência a data de inauguração da estação ferroviária. Todavia, outros queriam que permeasse o nome dado pela Câmara Municipal que era uma homenagem ao primeiro bispo Dom João, homem influente que fez muito em prol ao desenvolvimento episcopal da cidade como foi referido anteriormente. Mesmo com a decisão já tomada havia uma corrente divergente que se formou em prol da mudança do nome. Diante dessas dúvidas foram feitas campanhas de esclarecimentos, principalmente pelos redatores do jornal *A Estrela Polar*, de cunho católico. Neste jornal tem uma matéria específica alertando aos diamantinenses a importância de não se esquecer do passado.

Voltando o olhar ao passado daquela cidade tão antiga, tão cheia de glória e tradições, não se recorda do velhinho amável, cujo nome é lembrado pela referida praça? Não diamantinense! Mudai tudo, transforme por completo a nossa encantadora URBS; porém não consintas que suprimam a praça com o nome de Dom João. Onde quer que haja sociedade culta, não só as velhas, como as causas antigas, merecem respeito e referência.⁴⁴

A citação acima demonstra a necessidade de preservar a memória e a tradição. Logicamente, a Igreja tinha um forte elo com a política diamantinense. Certamente a pressão para mudar o nome do Largo Dom João não foi aceita, e a data três de maio não poderia ficar sem sua referida homenagem, ficou acertado de que o nome Três de Maio seria dado a Avenida perpendicular à estação de ferro e que ia até a Rua Grupiara, passaria a se chamar Avenida Três

⁴⁴ “Estrela Polar”. Diamantina, 18 de janeiro 1914, Coluna 2, p. 02, AEAD.

de Maio. Na verdade, o nome Três de Maio nunca perpetuou, a Avenida passou décadas depois a ser denominada Francisco Sá.

Para efetivação da linha férrea era necessário ter a instalação de rede telefônica tanto na cidade como nos distritos por onde percorria a locomotiva, os técnicos responsáveis pela construção da linha férrea deram a municipalidade o prazo de seis meses para realizar as instalações dos serviços básicos de infraestrutura. As instalações da rede elétrica próxima ao prédio da estação eram essenciais para a segurança e bom funcionamento da estação.

Art. 2º Os comissionários se obrigam a assinar o contrato com a municipalidade dentro de 60 dias da data da promulgação da presente lei, a iniciar os trabalhos de instalação das redes telefônicas dentro de 30 dias depois de haverem assinado o contrato; e a inaugurar todo o serviço na sede e nos distritos, no prazo de seis meses. Art. 3º. A falta da assinatura do contrato e do início dos trabalhos nos prazos estipulados no antigo antecedente importa em caducidade do mesmo contrato. Art. 4º É concedida a desapropriação por utilidade pública para a colocação de postes, podendo as concessionárias servir-se para tal fim, dos terrenos municipais, respeitando, porém, iguais direitos concedidos à Empresa Luz Elétrica. Art. 5º No entanto serão especificadas as obrigações dos mais aperfeiçoados e de melhores fabricantes; fios, postes e materiais de primeira qualidade, a juízo do Agente Executivo; a proibição de se interromper o trânsito público (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA DE 3 DE FEVEREIRO DE 1914, pp. 108-110).

A exigência pela qualidade das matérias para construção da rede elétrica era uma obrigatoriedade do agente executivo, a imprensa deveria fazer a função de fiscalizadora da conduta administrativa dos agentes públicos, repassando de fato a realidade, os custos e o andamento das obras. No entanto, o entusiasmo dos homens da imprensa era tanto que acreditavam que a inauguração ficaria marcada para sempre na memória dos diamantinenses.

A expectativa era tanta que o redator do periódico *A Estrela Polar*, publicou um texto lúdico, o qual a locomotiva foi transformada em narrador-personagem; essa fazia o convite à população a conhecê-la, pois ela era o próprio progresso e a inovação: “Vinde ao meu encontro festivo e alegres. Trazei-me flores e coroas de louro para com elas me coroar porque eu sou a vida e a animação e o progresso dos povos civilizados e trabalhadores”⁴⁵.

Dada à inauguração da estrada de ferro no município, realizaram-se em parte as perspectivas de progresso e desenvolvimento futuro. Os festejos excederam a expectativa da população e a vivacidade daquela inauguração ficou marcada nos exemplares dos jornais locais.

Conforme revela Goodwin, abordar a imprensa vai além da técnica jornalística ou do campo de estudo, os jornais apresentam nuances, jogo de poder e interesses sociais que atuam

⁴⁵ “Estrela Polar”. Diamantina, 18 de janeiro de 1914, coluna 3, p. 02.

num momento histórico – com destaque para as elites que controlam a escrita e a produção do jornal e pretende serem as senhoras da memória no presente, garantindo assim, o controle sobre o futuro (GOODWIN JÚNIOR, 2015, p. 104).

Enfim, os jornais da época demonstram apenas algumas modificações pelas quais a sociedade diamantinense passou, sejam elas, nos campos da política, costumes, higienizações dos hábitos. Os jornais serviam como lugar da memória de uma sociedade, pois revelam os debates de uma época (NORA 1993, pp. 10-22).

As atas da Câmara Municipal do ano de 1914 demonstram a continuidade da urbanização da cidade como após a inauguração do ramal ferroviário.

E ao Agente Executivo autorizado a reverter para a verba obras públicas – as sobras que se verifiquem em outras verbas da despesa. Art. Fica o Agente Executivo autorizado a fazer operações de audito, falado na renda livre da Câmara, para ocorrer às despesas feitas e pôr as fazer as aberturas das Avenidas da Saudade e 3 de Maio, e com as desapropriações autorizadas pela lei Nº 242, de 8 de outubro de 1913. Datas as sessões, 24 de dezembro de 1914 (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, DEZEMBRO DE 1914, p. 143).

Nesta ata ficam expressas as manobras tanto do legislativo, quanto do executivo para obras de alargamentos de avenidas cruzais a cidade, o traçado urbano ia ser modificado. As melhorias urbanas não cessaram e os calçamentos feitos pela municipalidade se espalharam por todas as regiões da cidade, principalmente na parte alta, próxima à ferrovia.

Pela Figura nº 12 se pode confirmar a imagem que a municipalidade: queria perpetuar a de eficiente e benfeitora de obras.

Figura 15 - Calçamento de Rua – Parte Alta da cidade



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/d.

Nota-se nessa ilustração (Figura 15) que a urbanização em Diamantina exigiu força braçal e a falta de máquinas modernas impedia uma maior agilidade nos termos das obras. Os calçamentos de ruas ou mesmo de avenidas, poderiam durar meses ou mesmo anos. Além de passar por problemas como a falta de recursos financeiros. Nota-se que baseando nesse conjunto de informações foram incorporados os reincidentes anseios de modernização manifestados pelas elites locais, enxergando e promulgando a introdução do saneamento como uma forma de avançar na modernização da cidade. Pois os modelos então adotados no país centravam-se mais sobre questões estéticas e de eficiência do traçado urbano, preocupados com circulação de veículos, da água e do conforto urbano.

Figura 16 - Estação Ferroviária – Largo Dom João.



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/ data.

A estação ferroviária construída no Largo Dom João, apresentou melhoramentos como calçamento em seu entorno (Figura 16). O prédio da estação exibia uma arquitetura diferente do centro com o traçado típico de cidade Barroca Colonial, tortuosa e com casarios aglomerados. O Largo passa ser referência o ponto de referência urbana para a cidade. A partir de então começa o processo de reestruturação de ruas e bairros adjacentes como informa a citação.

É importante ressaltar que o Largo Dom João passou por constantes processos de urbanização. O referido espaço reestruturava permanentemente, à medida que dirigentes políticos queriam. O local modificava-se de acordo com conteúdo ideológico dos administradores, ou pelo poder econômico dos cofres públicos.

Projeto Nº 2 Art. 1º. Fica autorizado o Sr. Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal a mandar desapropriar, por utilidade pública, adquirindo por compra amigável ou desapropriação judicial e cedendo a E. F. Central do Brasil, para construção dos prédios de sua residência, oficinas, depósitos, etc. o seguinte: a) o terreno do Largo D. João, nesta cidade compreendido desde uma pequena casa pertencente ao seminário, abrangendo as mais propriedades de diversos, até o terreno fechado por muro na frente, inclusive, de propriedade de diversos e pertencente à casa onde mora a senhora D. Terezinha Rabello. b) O terreno compreendido da entrada do Largo D. João a começar do alto da rua das Mercês e Samambaia em frente à portaria do seminário até o Gyrranda da Machina da E. F. Central, isto, porém caso já não seja considerando esse terreno como logradouro público (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, MAIO DE 1923, pp. 167-168).

As desapropriações podem ser entendidas ao mesmo tempo como necessárias ao projeto de modernização do Largo Dom João. Neste local ficariam acomodados as infraestruturas necessárias para o bom funcionamento da linha férrea, as desapropriações também significavam para a elite política e boa parte da imprensa como uma forma de remover e demolir casebres. Ou seja, a municipalidade não podia deixar a impressão de abandono ou provincianismo não poderia prevalecer a fase da feiura e insalubridade no novo cenário urbano moderno.

Para tal, o agente executivo tinha que fazer as necessárias intervenções urbanas. As ruas e avenidas não poderiam ficar sem calçamento, as construções tinham que ter novo ordenamento, o dirigente político tinha que impor o projeto civilizatório, a cidade tinha de se livrar do antigo aos poucos aderindo às novidades oriundas de cidades maiores, enfim, tinham que abandonar as “caipirices”, como falta de calçamento, criação de animais soltos nas ruas, jogar as imundices nos logradouros públicos. Era necessário respeitar as normas estabelecidas.

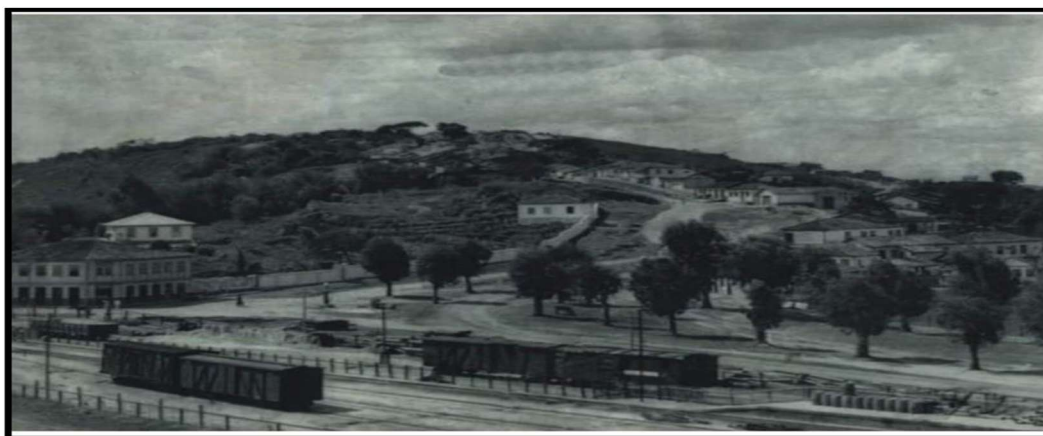
“Projeto de Nº 3 Fica o Agente Executivo autorizado a fazer o calçamento da rua Augusto Nelson e Avenida 3 de Maio a começar da esquina da rua Guttemberg até a

sua ligação com o calçamento já existente em frente à estação da Central do Brasil. Correndo as despesas pela verba Obras Públicas. Art. 2º As construções e reconstruções obedecerão às regras de arquitetura e da higiene, sendo proibidas naquelas, as abas de telhados e em ambos os degraus ou pedras na parte externa dos prédios, cujas plantas forem aprovadas. § único – Na parte externa dos prédios a que se refere este art, só serão admitidos passeios acompanhando o declive da rua, os quais não poderão ter menos de 80 centímetros de largura. Art. 2º Revogam-se as disposições contrário (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, JANEIRO DE 1926, p. 153).

A ata indica que o poder público estava preocupado com controle das construções de novas casas, essas edificações deveriam seguir os novos padrões arquitetônicos e sanitários. As habitações precárias sempre existiram na cidade, no entanto, elas só passaram a ser consideradas problemas pelas autoridades diamantinenses quando perceberam que as aglomerações era uma ameaça à saúde pública e entrave à modernidade.

O Largo Dom João apresentava como uma mistura de estilos de arquitetura diversa, ora tinha com traçados e casarões que representam o Barroco Colonial, ora com inovações tecnológicas com luz elétrica, e ramal ferroviário como apresenta a ilustração (Figura 17).

Figura 17 - Largo Dom João e bairro Bom Jesus.



Fonte: Acervo fotográfico Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, s/d.

O espaço do Largo Dom João tornou-se o espaço de mudança ao longo do século XX, diversos Governos Municipais o elegeu como o lugar para se efetivar a urbanização, era local com terreno menos acidentado, sem muitos entraves políticos e sociais e para mudança.

4.2. Largo Dom João: do progresso excludente a local dos indesejáveis

Sabe-se que a estação ferroviária fez o crescimento do comércio e esse se tornou o maior espaço de trocas comerciais da cidade, como também o elo sociocultural com as cidades

norte/nordeste de Minas Gerais. Pois a locomotiva trazia uma gama de novidades e dentre elas; fazia o intercâmbio cultural entre diversas cidades como Belo Horizonte, Curvelo, sobretudo, o ingresso dos diamantinenses a modernidade e aos novos hábitos. Entretanto, o espaço urbano da cidade foi idealizado pela elite, não comportava pessoas que não estivessem incluídas ou que divergissem das novas normas de higiene, estética e comportamento. Dessa forma, para os membros da elite dirigente, essas pessoas mais simples passaram a representar uma ameaça para a paisagem que elas desejam construir, sendo por várias vezes alvo de projeto que as removiam ou até mesmo as expulsavam do local. Isso não ocorreu somente no Largo Dom João, mas também na cidade baixa no bairro Rio Grande.

Abusos

Existe uma lei municipal não derogada, que proíbe, terminante, as construções de sapé nas imediações do Pão de Santo Antonio, no bairro Rio Grande.

Devido, porém a falta de fiscalização, os infratores dessa lei levantam à vontade, seus ranchos, que mais parecem galinheiros, não só enfeando o pitoresco bairro como cercado terreno, a vontade, prejudicando até o trânsito público.

Aguardamos a nomeação do prefeito de Diamantina, para solicitarmos, não só a observância dessa lei, como coibição desses abusos.⁴⁶

A imprensa, no caso o jornal O Pão de Santo Antônio, idealizava um reordenamento da cidade, pregava um processo de urbanização que não cabia nas casas humildes e sem os padrões de higiene. Enfim, esse debate acontecia devido a racionalidade técnica e higienista. Para os homens da imprensa, os pobres e os excluídos, que resistiam ouse opunham aos padrões exigidos, eram classificados como incapazes e infratores da lei, pois não sabiam reconhecer os benefícios da civilização.

No mesmo periódico em 18 de janeiro de 1931, eram denunciados os atos ditos como bárbaros e perigosos as tradicionais famílias e religiosos que moravam no Largo Dom João.

No Largo Dom João

Não são poucas as queixas que nos chegam contra a falta de moral e devido respeito a sociedade naquela vasta praça, onde se acha modelar estabelecimento religiosos, Seminário Archidiocesano de Diamantina, e Estação Central.

Alli há grande movimento, mas não são poucos as exmos as famílias que se vem privadas de transitarem por aquele largo, devido à falta de moral que alli reina. Entre marafonas (prostitutas), soldados, soldados e paisanos onde o respeito devido a Nosso Senhor Sacramentado na Basílica do Seminário, e aos dignos e virtuosos sacerdotes do importante estabelecimento a que Diamantina tanto deve.

O largo de D. João tornou-se um centro perigoso, de franca libertinagem e orgia, o que constitui uma affronta aos nossos brios, aos nossos costumes de cidade culta e civilizada, uma affronta a dignidade dos dignos e modelares sacerdotes.

⁴⁶ “O Pão de Santo Antonio”. Diamantina, 18 de janeiro de 1931. Anno 25 n° 18, p. 3 col. 2.

[...] Apellamos, pois para o sentimento de justiça do digno delegado especial desta cidade, solicitando (inelegível) as providências necessárias e enérgicas para que passearei aquella praça tão tristemente contaminada.⁴⁷

A imprensa não esforçava em polir os comportamentos no Largo Dom João, as prostitutas chamadas de “marafonas” era um perigo a moral e saúde pública, contudo, as estratégias de ignorá-las ou expulsá-las nem sempre funcionavam. As práticas de meretrício, bebedeira, jogatina, mendicância simbolizavam a desordem a degeneração social. A quem caberia resolver essa desmoralização dos bons costumes era a polícia.

Outro aspecto a ser levado em conta era a maneira como as classes dominantes locais estavam acostumadas a lidar com os “indesejáveis” do Largo Dom João: a repressão. Prisões arbitrárias, humilhações em público, esse arsenal de medidas repressivas sempre foi comum e visto como natural na sociedade.

A modernização do Largo Dom João ocorreu, mas de modo autoritário, centralizador, no qual o poder concentrava-se nas mãos dos dirigentes políticos, líderes da Igreja Católica. As forças repressoras partiam tanto da polícia que efetuam as prisões dos indesejáveis, quanto da Igreja que discriminava e reprimia e dos dirigentes políticos que os ignoravam.

Os indesejáveis só eram vistos quando geravam incômodos à Igreja e representavam o perigo de contaminação a saúde pública. Não era de bom tom um dirigente político ignorar um bêbado tuberculoso perambulando pelo Largo Dom João, ou deixar o meretrício trabalhar próximo à estação ferroviária. Esses indesejáveis poderiam passar má impressão aos visitantes ou possíveis investidores. Segundo este modo de pensar o Largo Dom João poderia gerar um aspecto de cidade desordenada, sem moral.

Por isso o poder público devia zelar pela ordem, vigiar e punir os indesejáveis, ou seja, os sujeitos excluídos deveriam ir para os espaços que os cabem: a cadeia, o hospício, o asilo e os distritos da cidade onde poderiam ser tolerados ou receber tratamentos médicos.

Enfim, o Largo Dom João tinha o modelo urbanístico voltado para oembelezamento, a estética urbana e o saneamento. As intervenções, de fato foram benéficas para as populações da Cidade Alta: o abastecimento de água e esgotamento sanitário, em ruas como a das Mercês, parte Rua da Caridade, Rua das Monteiras, Rua do Fogo, Grupiara e Avenida Francisco Sá. As novas construções da Cidade Alta deveriam submeter às regras sanitárias, casas nas proximidades da estação ferroviária passaram a ter água encanada evitando assim, morbidades. A limpeza passa a ser regularizada e exigida pela imprensa.

⁴⁷ “Pão de Santo Antonio”. Diamantina, 04 de janeiro de 1931. Anno 25 nº 16, p. 3 col. 2.

O prefeito nomeado 1931, Francisco Netto Motta regularizou via decreto a taxaço de cobrança mensal de esgoto. Como informa o jornal O Pão de Santo Antônio:

“Decreto nº 12, de julho de 1931, O prefeito do município de Diamantina, usando das atribuições que lhe confere o decreto estadual nº 9.847, de 2 de fevereiro de 1931, resolve: Art1º- Fica creada a taxa de 1\$000 por mês para todos os prédios ligados as redes de esgotos, nova.⁴⁸

A cobrança da taxa de esgotamento era uma forma de gerar aos cofres da municipalidade algum dinheiro, pois essa cidade como já foi mencionada, necessitava em demasia das contribuições financeiras do Estado, enfim o município não tinha o poder de se autossustentar.

A proposta de pesquisar o Largo Dom João se dá exatamente pela sua relevância no contexto do crescimento urbano diamantinense e por ser o lugar onde se encontraram as significativas intervenções sanitárias e urbanas. A estação ferroviária trouxe maiores possibilidades de ordem econômicas, essas despertaram na elite diamantinense uma preocupação com a estética e a higiene. Os discursos vindos da imprensa incentivaram a criação de espaços na parte Alta da Cidade e essa passou a contar com avenidas, praças e jardins, que deveriam ser utilizados com o intuito de abrigar as novas funções e os cidadãos civilizados.

Ocupada pela estação ferroviária e situada em ponto elevado da cidade, para onde convergiam os comércios, as hospedarias, as vias públicas e o local onde situavam os dois principais reservatórios de abastecimento de água da cidade, o Largo Dom João era um cenário que colocava em foco o poder sobrepondo-o ao restante da cidade.

⁴⁸ “Pão de Santo Antonio”. Diamantina, 18 de janeiro de 1931. Anno 25 nº 18, p. 3 col. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo mais abrangente este trabalho realizou uma pesquisa a respeito do processo de urbanização diamantinense. O estudo focou nas obras de saneamento e melhorias urbanas sucedidas na cidade de Diamantina ocorridas entre 1914 e 1938. Nesse sentido, a dissertação tem o intento de estudar a historicidade das ressonâncias referentes à divulgação de discursos científicos no interior do Brasil, especificamente em Diamantina. O segundo capítulo aponta que renomados profissionais o francês Jean- Baptiste Fonssagrives, o sanitarista Belisário Penna e o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, foram referências centrais para a categoria científica brasileira, especificamente a diamantinense.

Sabe-se que as teorias propostas pelos estudiosos supracitados serviram de base para a sociedade médica brasileira. No decorrer da dissertação foi apresentado que a comunidade científica tinha muita influência na esfera política brasileira. É possível afirmar que ajudaram a elite política a fazer uma agenda nacional com destaque para a implantação de projetos de urbanização e saneamento.

A análise aqui apresentada contextualiza as ações e preocupações do poder político local em organizar ações sanitárias efetivas, que pudessem fazer Diamantina prosperar economicamente. Tirando, assim, a cidade do atraso causado pela falta de planejamento sanitário, como apontavam a imprensa e a elite política local, principalmente por meio de suas manifestações na imprensa local.

É válido registrar que o diálogo com a bibliografia que permeia esta análise dissertativa estrutura-se nas questões que se articulam e se complementam: uma delas é o surgimento de uma consciência política em torno do saneamento urbano e saúde pública. A pesquisa procurou demonstrar como estas pautas estavam interligadas à ideologia progressista republicana, e como se deram os desdobramentos práticos na condução de ações sanitárias no município de Diamantina.

Nessa transição sanitária feita pelo Estado, destaca-se o discurso do médico sanitarista Belisário Penna. Ele foi dos responsáveis por fazer os diagnósticos científicos sobre o problema da inexistência de uma política pública de saneamento nos rincões brasileiros. Em âmbito local, ele foi o médico sanitarista utilizado como referência pela imprensa diamantinense e por parte da elite dirigente do município.

A discussão realizada ao longo da dissertação demonstrou que a urbanização e saneamento da cidade eram temas recorrentes e de destaque nos periódicos, nos relatórios e atas da Câmara Municipal. Tanto é assim que Diamantina passou a executar obras sanitárias mais

robustas nas décadas de 20 e 30 do século XX. Tais ações versavam sobre a organização de um serviço de saneamento que atuasse na construção e distribuição de canalização de água potável.

Conclui-se que a elite política diamantinense sabia, de certa maneira, dos efeitos nocivos da falta de uma agenda pautada no saneamento da cidade e higienização dos hábitos dos cidadãos. Dado o exposto, a imprensa local passou a esclarecer aos leitores dos efeitos da falta do saneamento da água. De modo que essa passa a divulgar que as águas oriundas do rego público poderia ser a causadora de doenças e verminoses: os principais flagelos da cidade.

Importante salientar que a canalização de água potável e esgotamento sanitário seria um tratamento profilático que atenderia a população diamantinense. Ou seja, para os higienistas e políticos o saneamento seria o parâmetro de modernização, as más condições higiênicas e de insalubridade só causariam morbidades e prejuízos. Essa conscientização da municipalidade no que se refere à transmissibilidade de doenças causadas pela falta de saneamento adequado, foi somada aos interesses do sistema capitalista ao compreender o indivíduo como força de trabalho.

Na leitura dos discursos produzidos pelos dirigentes políticos nas atas e nos documentos oficiais, o cidadão doente acometido por moléstias causadas pela insalubridade dava gastos ao cofre público, e prejudicava o comércio. Essa conscientização da elite dirigente em relação a importância da higienização da cidade, nas construções de reservatórios de água resultariam numa melhor distribuição e qualidade, evitando assim, o adoecimento da camada vulnerável da população, que era a força de trabalho.

Ao pesquisar as transformações urbanísticas ocorridas em Diamantina buscou-se cumprir o objetivo de analisar as obras de cunho sanitário de modernização da cidade. Enfim, procurou-se destacar as ideologias das elites políticas, essas ideias foram percebidas com a leitura dos jornais da época.

Esses periódicos buscavam a incorporação de um ideário civilizatório, a remodelação e intervenções empreendidas no espaço da cidade, bem como transformações do campo do comportamento e incorporações de novos hábitos higiênicos, logicamente conservando a tradição diamantinense.

Ademais, a forma como as ações e medidas sanitárias passaram a ser operadas em Diamantina, o discurso sanitarista e as obras urbanizadoras, todos esses aspectos podem ser observados como são enfocados nas páginas dos periódicos locais do período estudado. A falta de polidez, higiene dos cidadãos, causariam as doenças ocasionadas por falta de salubridade, ou seja, a falta de urbanização da cidade punha em xeque o projeto político republicano de progresso, por isso exigia-se tanto da população a disciplina, o ordenamento, a

moralização dos costumes. A ausência de uns desses itens poderia resultar a propagação de enfermidades. A tática utilizada pela imprensa diamantinense era delatar, coibir, fiscalizar os hábitos ditos como inapropriados, as construções fora dos padrões de higiene e divergentes das novas normas estéticas do urbanismo. Essas estratégias de transformação e da remodelação da cidade tornaram-se uma constante nos periódicos e no discurso dos agentes públicos. Levando-se em consideração esses aspectos, as elites políticas juntamente com a imprensa agiam como guardiãs do progresso.

Refletindo a respeito do urbanismo diamantinense no período estudado, tem-se a compreensão de que esse processo era entendido como a inervação da cidade, seja no campo disciplinar, na estética, no embelezamento, na arquitetura da cidade. O que não podia ser ordenado e disciplinado deveria ser mascarado ou afastado da sociedade dita civilizada. Enfim a camada conhecida como populacho na época, ou seja, aqueles que não enquadrasse ao novo padrão social diamantinense, os indivíduos pobres e boêmios chamados “os indesejáveis”, vista pelas elites mandatarias também como população inculta e inapropriada ao ambiente citadino da época, esses deveriam ser afastados do cenário urbano, migrando assim, para os subúrbios da época como os bairros do Rio Grande e Alto da Poeira (atual Bom Jesus), ou viver em guetos como o Beco do Motta, local conhecido pelo meretrício e boemia. Esses eram possíveis destinos para os indivíduos que não se enquadrassem na ordem estabelecida pelas classes dirigentes da cidade: a Igreja, a elite política e a imprensa.

Entende-se que os periódicos diamantinenses almejavam uma cidade civilizada, ordenada, polida inspirada em cidades de grande porte ditas como urbanizadas. A leitura de alguns periódicos possibilitou perceber as visões negativas a respeito dos hábitos higiênicos de cidadãos diamantinenses. A imprensa tinha o interesse de repudiar e culpar os citadinos por terem comportamentos deselegantes e insalubres, esses eram vistos como o empecilho ao progresso.

As publicações apresentadas nesta pesquisa demonstram as contradições reais de interesses que eram dissimuladas na retórica urbanizadora. A elite letrada fazia comparações de cidades como Rio de Janeiro, capital com uma realidade economia dinâmica, essa cidade já tinha passado por um processo de (re) urbanização imposta pelo prefeito Pereira Passos. Outra comparação que os dirigentes faziam era com Belo Horizonte, cidade projetada sob o crivo técnico da urbanização positivista implantada no Brasil Republicano. Diamantina, não tinha uma economia diversificada, aliás, possuía os costumes e hábitos higiênicos de uma cidade colonial barroca. O discurso de cidade atrasada era instigado pela elite letrada: a falta de

“civilidade” como era mencionada pela elite letrada era contraditória aos novos padrões sanitários e costumes advindos da República.

As análises realizadas nos periódicos demonstram que esses documentos apresentavam as tecnologias, as teorias que serviram como base para criarem posturas municipais, higienizar o espaço urbano e (re) organizá-lo. Portanto, alguns costumes tradicionais deveriam ser eliminados. Nesse sentido, a pesquisa realizada buscou demonstrar a historicidade das ressonâncias referentes à divulgação discursos sanitaristas no âmbito local. Para tal, usa-se como referência o renomado engenheiro Saturnino de Brito, esse estudioso serviu de referência para os engenheiros responsáveis pelas obras de saneamento em Diamantina. Saturnino de Brito desempenhou um importante e profundo estudo a respeito do saneamento no Brasil e a partir de suas reflexões, foram evoluídas as técnicas da engenharia de hidrologia.

Diante das técnicas inovadoras usadas na canalização e esgotamento sanitário em Diamantina, a análise apresentada procurou identificar as mudanças ocorridas, no ambiente urbano da cidade, sem deixar de retratar as permanências sociais, como a exclusão das camadas mais empobrecidas e desassistidas pela municipalidade. Foi possível perceber o confronto social e a persistência da camada empobrecida em lutar contra o sistema estabelecido que o deixava à mercê. Burlar as regras de urbanização estabelecidas pela municipalidade era um modo de manter resistência.

Ainda, a construção de uma nova percepção e de um imaginário sobre o espaço urbano bem como a elaboração de novas representações de viver no lugar urbanizado com melhoria na infraestrutura leva-nos a compreensão de que a cidade é: a imagem, a produção social e material dos seus habitantes.

Em vista dos argumentos apresentados nesse estudo compreendeu-se que a cidade é ser vivo, e tem uma dinâmica própria. E que a elite diamantinense almeja mudanças, no entanto, nem sempre conseguem por diversos fatores: falta de recursos financeiros, resistências diversificadas etc. Portanto a cidade é um espaço em transformação de acordo com os interesses, disputas, transformações tecnológicas. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que as elites políticas locais, nas quatro décadas do século XX, buscavam o progresso, e tinham a crença de que o desenvolvimento urbano se daria através da construção do ramal da linha de ferro Central do Brasil, a qual iria ligar Vitória (Espírito Santo), a Diamantina, Minas Gerais.

Esses acreditavam no poder da modernidade e tecnologia. As elites tinham a convicção que a chegada do ramal ferroviário ao município poderia trazer a Diamantina uma nova ordem econômica, progresso e favorecendo assim, os comércios, o intercâmbio entre as cidades circunvizinhas do norte mineiro.

Partindo dessa compreensão e refletindo sobre a relevância do reconhecimento das habilidades políticas das elites locais, se observou que no período analisado todos os aspectos econômicos do município eram desfavoráveis a qualquer processo robusto de urbanização. Os financiamentos para os grandes empreendimentos de urbanização eram oriundos do Estado. Ou seja, a municipalidade almejou a urbanização total da cidade, no entanto, não tinha como arcar economicamente com os gastos e desgastes políticos. Então, optaram por fazer obras urbanizadoras possíveis que iriam melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Enfim, entre jogos de interesses prevaleceu a urbanização no Largo Dom João uns dos raros espaços geográficos da cidade que se constitui num espaço físico plano, livres de declives e aclives acentuados. Portanto, permaneceu o bom senso e economicidade. A luta política, a união dos agentes públicos do norte mineiro, a persistência e poder de persuasão permitiu o possível progresso e urbanização de Diamantina.

FONTES DOCUMENTAIS

LIVRO DE ATAS Nº 1. Câmara Municipal de Diamantina. 03 de fevereiro de 1914, p. 108-109.

LIVRO DE ATAS Nº 1. Câmara Municipal de Diamantina. 14 de fevereiro de 1914, pp.108-110.

LIVRO DE ATAS Nº 1. Câmara Municipal de Diamantina. 24 de dezembro de 1914, pp. 143.

LIVRO DE ATAS Nº 1. Câmara Municipal de Diamantina. 07 de maio de 1923, pp. 167- 168.

LIVRO DE ATAS Nº 1. Câmara Municipal de Diamantina. 26 de janeiro de 1923, pp. 153.

JORNAL DIAMANTINA. Diamantina, 19 de Dezembro de 1926. Ano I, nº1, p.1. col. 2.

_____. Diamantina, 2 de Julho de 1927. Ano I, nº 26. p. 3. col. 1.

JORNAL O MUNICÍPIO. Diamantina, 23 de Junho de 1900. Ano VI, nº 231, p.1. col. 1.

JORNAL PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina, 06 de Fevereiro de 1921. Ano 14, nº 22 p. 2. col. 2.

JORNAL PÃO DE SANTO ANTONIO.. Diamantina, 18 de Janeiro de 1931. Ano 25, nº 18, p.2. col.2.

JORNAL PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina, 06 de Fevereiro de 1921. Ano 14, nº 22, p.2, col. 2.

“VÓZ DE DIAMANTINA”. Diamantina, 18 de junho de 1938. Ano 3, nº 13, p.4. col. 1.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA apresentado pelo Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal Juscelino Demerval da Fonseca em 02 de junho em 1931. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931. Biblioteca Antônio Torres.

IMPRENSA NACIONAL. Discursos pronunciados pelo Deputado Carlos Ottoni sobre a Estrada de Ferro de Diamantina no período de 25 a 28 de novembro de 1904. 1904. Rio de Janeiro. Biblioteca Antônio Torres.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista, Geografia e Ensino**. Belo Horizonte: Departamento de Geografia - IGC/UFMG, v.2, n.5, jun. 1984. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=category&id=20&Itemid=151>. Acesso: 03 maio 2021.

AMATO NETO, V.; PASTERNAK, J. Chagas disease centenary. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 381-382, 2009. DOI: 10.1590/S0034-89102009000200022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32610>. Acesso: 28 jul. 2020.

_____.; PASTERNAK, J. Chagas *disease centenary*. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 381-382, 2009. DOI: 10.1590/S0034-89102009000200022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32610>>. Acesso: 28 jul. 2020.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação à Brasil República à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo uma discussão conceitual. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. p. 229-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte2xt&pid=S0052581997000200003&lng=e&nrm=iso>. Acesso: 07 abr. 2020.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. Discussões em torno da reconstrução do significado da lepra no período pós-sulfônico, Minas Gerais, na década de 1950. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.541-557, abr.-jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9702015000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 04 nov. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo, utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

_____. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil.** Petrópolis: Vozes-Abrasco, 1986.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CORREIA, Celeste de Jesus Santos. **A Construção da Estrada de Ferro Diamantina (1903 – 1914).** Monografia apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. FAFIDIA/UEMG. Diamantina, 2002.

DIAS, Emmanuel; ZELEDON, Rodrigo. Infestação domiciliária em grau extremo por *Triatoma infestans*. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2-3-4, p. 473-486, 1955. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S007402761955000200023&lng=en&nrm=iso. Acesso: 11 fev. 2019.

DIAS, João Carlos P.; DIAS, Emanuel; Gouveia, Silvia C.; Bronjen, Elizabeth. **Ministério da Saúde.** Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Doença de Chagas: Textos de apoio. Brasília: Ministério da Saúde. Sucam, 1989.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar., vol. I, 2011.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., vol. II, 1993.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário.** Dissertação (Mestrado). Mimeo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FAVARETTO, José Arnaldo. **Biologia unidade e diversidade, 2º ano.** São Paulo. 1ª ed: FDT, 2016.

FRANCA, Tanos C. C.; SANTOS, Marta G. dos e FIGUEROA-VILLAR, José. D. **Malária: aspectos históricos e quimioterapia.** Quim. Nova. São Paulo, vol.31, n.5, p.1271-1278, 2008.

FERNANDES, Antônio Carlos. **O turíbulo e a chaminé.** A ação da Igreja no processo de constituição da modernidade em Diamantina, 1864-1917. Belo Horizonte: FAFICH/UFGM, 2004.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo; FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (orgs.). **A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil.** Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

FONSSAGRIVES, J. B. *Hygiène et Assainissement des Villes.* Paris, 1874.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALVÃO, Januario Peres Furtado. **Curso elementar d'higiene.** Porto, Typographia Commercial, 1845.

GOODWIN JR., James William. **Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição.** Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: Educação, Higiene e a Reinvenção do Homem. CAD. **CEDES**, Campinas, v.23, n.59, p.25-38, abr., 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso: 12 jun. 2019.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil.** São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

HOCHMAN, G.; BANDEIRA DE MELLO, M. T.; SANTOS, P. R. E. dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 233-273, jul. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000400011>>. Acesso: 10 jun. 2018.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, p.23-40, 1996. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio9788575415177.epub>>. Acesso: 12 ago. 2019.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas (Org). **BH: Horizontes Históricos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

KORDÖRFER, Ana Paula. Jeca Tatu, um ilustre Opilado: o movimento sanitarista e combate ancilostomíase na obra de Monteiro Lobato (Brasil 1910-1920). **Revista História: Debates e Tendências.** (On Line), vol. 18, nº 3, p.4336-448, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5524/552459257009/html/index.html>>. Acesso: 10 set. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória.** Campinas. SP. Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.PDF>>. Acesso: 11 jan. 2021.

LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. Disponível em: <<http://carloschagas.ibict.br/sobrech/sec/eh-592.PDF>> Acesso: 15 jun. 2019.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social.** Razão médica e racionalidade científica moderna.

Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CARVALHO, Carlos Henrique. Intelectuais, educação e imprensa: perspectivas teórico-metodológicas à História da Educação. In: XI COLUBHE, 2016, Porto. **Anais Comunicações Individuais – Eixo Pensamento Pedagógico**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 743-755, 2016. Disponível em: <<http://web3.letras.up.pt/colubhe/actas/eixo6.PDF>>. Acesso: 17 jan. 2021.

MARZLIAK, Mary Lise Carvalho; SILVA, Regina Célia Pinheiro; NOGUEIRA Wagner, et. al.. **Breve histórico sobre os rumos do controle da hanseníase no Brasil e no Estado de São Paulo**. Hansen Int. Suppl. 1 p. 39-44 (2), 2008. Disponível em: <<http://hi.ils.br/imageBank/936-2741-1-PB.PDF>>. Acesso: 23 out. 2018.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de A. **Os miasmas e a teoria microbiana das doenças**. [Miasma and the microbial theory of diseases]. Scientific American Brasil [Série História]. USP: 68-73, 2006. Disponível em: <<http://www.ghc.usp.br/server/pdf/ram-Miasmas-Sci-Am.PDF>>. Acesso: 30 ago. 2018.

MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; FERREIRA, Renata Rivera; TOLEDO, Maria Cristina Ferraz de. **Contágio: história da preservação das doenças transmissíveis**. São Paulo: Moderna, 1997. Disponível em: <<http://www.ghc.usp.br/Contagio/intro.html>>. Acesso: 21 jun. 2019.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. Os Mata Machado de Diamantina: negócios e política na virada do século XX. **Anais XIII Seminário sobre Economia Mineira, 2008**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/s/cdp/diam08.html>>. Acesso: 09 set. 2020.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio cultural ambiental urbano. In: Mori, Vctor Hugo (orgs.) **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006, pp. 35-76.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930**. Belo Horizonte: Tipografia Marília Editora, 1971.

MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. **A influência do urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano em Florianópolis**. (Mestrado em Geografia) UFSC. Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83510/195469.pdf?sequence=1&isAlowed=y>>. Acesso: 08 julh. 2019.

NASCIMENTO, N.O.; BERTRAND.K.; J.L; BRITTO, A.L. Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX a XX. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v.20, n.1, p.102-133, jan/jun, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA_20.1_web.pdf>. Acesso: 07 jan. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n. 10, pp.10-22. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso: 10 jan. 2021.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

PENNA, Belisário. **Minas e Rio Grande do Sul**: estado da doença, estado da saúde. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1918.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n.53. Jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>>. Acesso: 12 maio 2019.

PINTO, Aureliano. **Breves considerações a propósito das cidades**. Dissertação apresentada à Escola de Medicina, Porto, Portugal: Imprensa Comercial, 1880.

PONTES, Alana Abrantes Nogueira *et al.* Iodação do sal no Brasil, um assunto controverso. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo**, vol. 53, n. 1, p.113-114, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0004-27302009000100017>>. Acesso: 4 ago. 2019.

REZENDE, Ana Lúcia Magela de. A higiene e a morte: o miasma e a onda do pútrido. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/873>>. Acesso: 13 maio 2020.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Espaço & Debates**, v. 37, p. 77-89, 1994. Disponível em: <<https://igce.rc.unesp.br/Home/Instituicao/DiretoriaTecnicaAcademica/graduacao/pre7328-planejamento-urbano.pdf>>. Acesso: 14 fev. 2019.

SÁ-SILVA, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Amp; Ciências Sociais**. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>>. Acesso: 08 julh. 2019.

SANTOS, Dayse Lucide Silva. **Cidades de vidro**: a fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina (1900 a 1940). 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A9FQDH>>. Acesso: 20 maio 2018.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro; FIGUEIREDO, Regina Érica Domingos de. Belisário Penna, combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 848-847, out./dez. 2012. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000400005>>. Acesso: 09 out. 2019.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O sanitarista Belisário Penna (1868-1939), um dos protagonistas da história da saúde pública no Brasil. **Revista Brasileira Fotográfica**. Set. 2018. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=12777>>. Acesso: 03 out. 2019.

_____. O plano de educação higiênica de Belisário Santos – 1900-1930. **Revista Dynamics**, 2012, vol. 32, nº 1, pp. 45-68. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-95362012000100003>. Acesso: 01 out. 2019.

SAYD, Jane Dutra. **Mediar, medicar, remediar**: aspectos da terapêutica na medicina ocidental. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O espaço do cidadão**. Nobel. São Paulo. 1998.

SEIXAS, Ederlaine Aparecida. **Necessidade em viver bem sanitarismo em Diamantina – Minas Gerais 1846-1910**. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) FAFIDIA/FEVALE- UEMG, Diamantina: 2008.

SEVCENKO, Nicolau. (Org). **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 .

SCHMIDT, Bebício Viero. **O estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: IPM, 1983.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernadi. **Entre políticas públicas e tradição**: O processo de criação do Campo Santo de Diamantina (1846-1915). Dissertação (Mestrado em História). FAFICH/UFMG Belo Horizonte, 2005.

_____. Práticas tradicionais de sepultamento na cidade de Diamantina. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Belo Horizonte. v. 3, n. 7, p. 113-130, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30330>>. Acesso: 12 jan. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, José Moreira de. **Cidade**: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SNOW, John. **Sobre a maneira de transmissão do cólera**. São Paulo (SP): Hucitec/Abrasco; 1999.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: biographical photos. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro: vol. 9, n. 2, p. 387-404, 2002. < <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000200008> >. Acesso: 13 jun. 2019.

THORPE, Christopher, et al. **O livro da sociologia**. In: BAUMAN, Zygmunt. James Graham; tradução Rafael Longo. 2ª ed. São Paulo: Globo Livros, 2016.

TOCHETTO, D.; FERRAZ, C. O urbanismo de Saturnino de Brito e as ressonâncias provocadas. **Revista Risco**, v. 13, n. 22, p. 84-101, 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i22p84-101> >. Acesso: 16 jan. 2020.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias**: a convivência do homem com os microorganismos. São Paulo: Editora Senac, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.